



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LINHA DE PESQUISA: CULTURA E CIDADES**

**AS TREVAS DA ILUMINAÇÃO: ENERGIA ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE  
(1940-1960)**

**CATALINE ALVES BRANDÃO**  
Orientador: Prof. Dr. Severino Cabral Filho

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**LINHA DE PESQUISA: CULTURA E CIDADES**

**AS TREVAS DA ILUMINAÇÃO: ENERGIA ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE**  
**(1940-1960)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Severino Cabral Filho.

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2014**

**AS TREVAS DA ILUMINAÇÃO: ENERGIA ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE  
(1940-1960)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Severino Cabral Filho  
Orientador

---

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó  
Suplente - Examinador Interno

---

Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho  
Suplente - Examinador Externo

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2014**

*A minha querida mãe Maria Zeni. A minha vida, a minha profissão e trajetória não faria sentido se você não estivesse ao meu lado. Este trabalho é a prova do meu amor e retribuição de todo esforço que fez por mim...*

## AGRADECIMENTOS

É com imensa felicidade que agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho tão importante para a minha trajetória acadêmica. Dias, meses e anos de pesquisa proporcionaram a digitalização de corpus documental valioso, sem ele não poderia de modo algum recuperar uma cidade que foi esquecida nas memórias e notícias de jornais.

Agradeço ao Pai Celestial que me deu força, sabedoria e paciência para redigir este trabalho e efetivar uma pesquisa satisfatória para as minhas pretensões. E a me fazer acreditar que todas as renúncias que fiz hoje valessem a pena.

Aos meus pais e a minha irmã Kalina, tão compreensivos e amáveis. Entenderam meus momentos de raiva, birra e isolamento. Aos meus infundáveis gritos pedindo “silêncio”, muito obrigado.

A minha irmã Cláudia, Giuseppe meu cunhado, pelas palavras de incentivo e coragem, compreendendo as vezes que não lhes pude dar atenção. Pela ajuda, opiniões e sugestões, obrigado.

Ao meu noivo, Thércio... Fonte de toda minha energia nesta terra! Que jamais me deixou sozinha, que me deu carinho, atenção, afeto, amor. Que me distraía quando percebia minhas tensões. Que sempre me perdoou e me compreendeu por todas as vezes, que me desconheceu pelas minhas atitudes grosseiras, provenientes das tamanhas atribuições que tinha. Muito, muito, obrigado. Eu te amo, meu amor!

Aos meus menininhos, meus sobrinhos amados. Gabriel e Júnior. As brincadeiras, sorrisos e abraços, me fizeram enxergar a beleza da inocência e do coração puro, transmitindo uma paz que me fez perceber que tudo deve ser feito com calma e serenidade.

A minha segunda mãe e amiga, Marlúcia Alves, por ti tenho um carinho imenso. Que sempre se importou comigo, querendo saber da minha pesquisa, de como eu estava, se tudo estava dando certo, me lembrando que Deus e Maria sempre estavam comigo. Seu incentivo foi muito importante!

Ao meu professor e orientador, sereno e gentil, Severino Cabral Filho, confiou em mim, e aceitou com imensa alegria me acompanhar nesse degrau do conhecimento. Agradeço imensamente pela solicitude, diligência e atenção. Sempre disposto a ajudar, você apostou na minha pesquisa, acreditando que era possível seguir em frente.

Ao professor Gervácio Aranha e Luciano Mendonça, os grandes mestres que sempre foram imensamente estimados por mim. Por todo conhecimento transmitido, pela vivência juntos, aprendi

muito. Amadureci bastante, como ser humano e como profissional, vocês são muito importantes para mim.

Ao professor Alarcon Agra do Ó, suas aulas de mestrado contribuíram de maneira ímpar, na minha vida. Enquanto alguns nos jogam “baldes de água fria”, você jogou um balde de experiências e conhecimentos.

Lembro-me com carinho do professor Iranilson Buriti, nos anos finais da minha graduação disse que meu sonho seria ser aluna dele no mestrado. Sonho realizado! Obrigado por suas sugestões, críticas e apoio, hoje sou outra Cataline, graças à você, muito obrigado.

Felipe, Arnaldo, Rosa, Ana, Geo, Socorro: secretários da graduação e pós-graduação, muito obrigado por me ajudar, ouvir e acalmar. Vocês não imaginam que nossas conversas foram fonte de apoio e alegria. Jamais vou esquecer de vocês!

A minha turma, amigos muito especiais o mestrado me presenteou. Ana, Daniele, Daniela, Mainara, Debora, Rose, Aparecida, Rafaela, Laís, Josiana, Kelly, José Pequeno, Francisco, Thomas, Joab, Thiago. A linha cultura e cidades, foi a turma mais unida que tive desde a infância! Obrigado, pelas conversas, risadas, desabafos...

A minha querida e amável amiga Taise, que sempre esteve ao meu lado. Sem você não teria chegado aqui.

A CAPES, pelo financiamento e concessão da pesquisa.

Ao Centro de Memória da Eletricidade, instituição da Eletrobrás, que contribuiu no financiamento da minha pesquisa, na doação de livros da instituição. Agradeço a imensa atenção.

Ao professor, Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho da Universidade Federal do Ceará, que contribuiu imensamente na banca de qualificação, atencioso, compreensivo, forneceu subsídios para a realização deste trabalho. Um grande homem, cuja humildade salta aos olhos. Obrigado, meu olhar sobre a pesquisa ganhou outros rumos com suas contribuições e sugestões.

A Fátima, amiga e testemunha desde trabalho. Pelas pesquisas realizadas no Museu Histórico de Campina Grande.

As funcionárias, da Biblioteca Pública Municipal de Esperança. Extremamente atenciosas, diligentes. Obrigado, pelos cafezinhos tão deliciosos e pela imensa preocupação com a efetivação da minha pesquisa.

Nas páginas que seguem a realização de um sonho...

*“Luz é claridade. Luz é sol. Luz é irradiação. Luz é refulgência. Luz é vida. Parafrazeando o imenso Rui Barbosa, luz é ainda progresso. Luz é método. Luz é celeridade, luz é justiça.” (Cristino Pimentel)*

## AS TREVAS DA ILUMINAÇÃO: ENERGIA ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE (1940-1960)

### RESUMO

Nosso estudo tem como objetivo tratar das representações construídas acerca da energia elétrica em Campina Grande quando é planejada a adoção da hidroeletricidade por meio de Paulo Afonso no ano de 1956. A construção da hidroelétrica representava a dinamização e melhorias no fornecimento de iluminação na cidade, já que a energia elétrica em Campina Grande se tornara, desde sua inauguração em 1920, elemento de “atraso” e “inferioridade”, se tornando empecilho ao progresso e à civilização de uma cidade moderna que desejava a todo custo se pautar nos moldes das grandes cidades brasileiras.

Iremos percorrer os materiais jornalísticos locais entre os anos 1940-1960, os quais trazem indícios das expectativas, conflitos e tensões que foram produzidos por uma cidade que sofria a ineficiência de seu serviço de eletrificação, desta forma, aqueles que usufruíam da eletricidade depositaram um conjunto de expectativas que seria possível mediante a nova fonte de geração de energia, considerado como a redenção da cidade no que diz respeito à iluminação. Para tanto, objetivamos ainda refletir sobre as implicações desse equipamento moderno no cotidiano de setores da população campinense, tendo em vista o discurso de modernização que justificava a implantação deste serviço.

**Palavras-chave:** Energia elétrica - Modernização- Campina Grande.



## RÉSUMÉ

Notre étude vise à répondre aux représentations de l'électricité à Campina Grande, il est prévu l'adoption de l'hydroélectricité par Paulo Afonso en 1956. La construction de hydroélectrique a représenté la dynamique et des améliorations dans la fourniture de l'éclairage dans la ville, puisque l'électricité de Campina Grande est devenu , depuis son inauguration en 1920 , membre du «retard » et « infériorité », devenant obstacle au progrès et civilisation d'une ville moderne qui voulait à tout prix à être guidés comme les grandes villes .

Nous allons passer en revue les documents pour les médias locaux, entre les années 1940-1960, qui portent des traces de attentes, les conflits et les tensions qui ont été produits par une ville qui a souffert de l'inefficacité de leur électrification de service, donc ceux qui ont apprécié l'électricité déposé un ensemble attentes de ce qui pourrait être fait par la nouvelle source de production d'électricité, considéré comme le rachat de la ville en ce qui concerne l'éclairage. À cette fin, nous cherchons à approfondir la réflexion sur les implications de l'équipement moderne dans les secteurs de Campinense quotidienne de la population, en vue de moderniser le discours qui a justifié le déploiement de ce servisse

**Mots-clés:** Electricité – Modernisation- Campina Grande.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>AS REVIRAVOLTAS DA ILUMINAÇÃO EM CAMPINA GRANDE .....</b>	<b>29</b>
1. Um projeto modernizador para Campina Grande .....	29
2. Os debates técnicos e administrativos: à guisa de uma solução por parte dos engenheiros eletricistas.....	45
3. Desejos e expectativas pela nova iluminação elétrica .....	50
<b>ELÉTRICAS REPRESENTAÇÕES: A CHEGADA DE PAULO AFONSO EM CAMPINA GRANDE .....</b>	<b>57</b>
1. Repercussões na Paraíba sobre o projeto Paulo Afonso .....	58
2. A hidrelétrica de Paulo Afonso: promessas de redenção para Campina Grande.....	74
3. A luz, sempre a luz: A hidroelétrica de Paulo Afonso.....	85
<b>O DESEJO DE CONSUMO: A ELETRICIDADE NO COTIDIANO CAMPINENSE.....</b>	<b>98</b>
1.A propaganda se instaura: nos meandros da modernização e da tecnologia .....	98
2. Energia elétrica a baixas voltagens: o empecilho no consumo e eletrodomésticos .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>135</b>

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Localização geográfica- Campina Grande. Fonte: Google mapas, 2011. ....	30
Imagem 3: Visualização da região central de Campina Grande .....	36
Imagem 5: Nova empresa de Luz e Força- Os Serviços Elétricos Municipais. Localizada nas proximidades do Açude Velho, anos finais de 1940.....	37
Imagem 6: O bairro do Prado, periferia de Campina Grande .....	56
Imagem 9: A União, 23 de agosto de 1943 .....	102
Imagem 10: A União, 27 de junho de 1943 .....	104
Imagem 11: A União, junho de 1940.....	105
Imagem 12: A União, novembro de 1940.....	107
Imagem 13: A União, 1940.....	108
Imagem 14: Diário da Borborema, Outubro de 1958. ....	110
Imagem 18: Diário da Borborema, Agosto de 1958 .....	114
Imagem 19: A União, 27 de abril de 1952 .....	119
Imagem 20: Jornal de Campina, 1952 .....	120
Imagem 21: A União, abril de 1950.....	122
Imagem 22: Diário da Borborema, Dezembro de 1958 .....	123
Imagem 24: A União, 1940.....	126
Imagens 25 e 26: Anúncios publicitários, O Rebate, 1951 .....	126
Imagem 28: Diário da Borborema, Novembro de 1957.....	128
Imagem 29: O Rebate, 1952 .....	130

## APRESENTAÇÃO

O arquivo faz parte de mim. Desde o início do bacharelado em história os meandros da pesquisa sempre atraíram a minha atenção. Os jornais me reportaram a tempos históricos permitindo compreender as representações elaboradas sobre os processos que conceberam a urbanização e modernização das cidades nos séculos XIX e XX.

Durante a elaboração de um trabalho de pesquisa sugerido em 2007 na disciplina Tópicos Especiais, intitulada História de Campina Grande- PB, ministrada pelo professor Dr. Gervácio Batista Aranha da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande, objetivava-se o estudo das cidades considerando-se as modificações dos espaços urbanos nos séculos XIX e XX. Por meio de um sorteio, coube a mim tratar do seguinte tema: A energia elétrica.

Diante disso, comecei a pesquisar no laboratório do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, espaço dedicado a pesquisa de livros, documentação e trabalhos acadêmicos, sendo voluntária da organização, catalogação e limpeza do espaço. O primeiro contato com os jornais se deu a partir de xerox de jornais avulsos do Voz da Borborema do ano de 1937, 1938, 1940.

Lendo os editoriais, artigos, colunas temáticas, chamava a atenção o “Caso da Luz” tão citado e comentado pelos jornais da cidade. A partir daí, fui instigada a pesquisar mais sobre a temática, indo à busca de interrogar outros jornais da cidade que, por unanimidade, se referiam à iluminação de Campina Grande como um sistema precário e ineficiente.

Após a apresentação da pesquisa da disciplina de Tópicos Especiais, o Prof. Gervácio me sugeriu ampliar a pesquisa, pois poderia se tornar um trabalho monográfico de final de curso. E assim, atraída pela temática e em busca de “escarafunchar” os arquivos, não me desprendi dos rumos da eletricidade em Campina Grande.

Durante os anos de 2009, 2010 e 2011, enveredei nos principais arquivos da cidade (Museu Histórico de Campina Grande, Biblioteca Atila Almeida, Laboratório de Letras- Lael) sob orientação do Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó, na disciplina de Métodos e Pesquisa em História, sendo possível ampliar o saber acerca da dinâmica dos arquivos, especialmente na cidade. Por meio desse trabalho, segui mais uma vez na busca das fontes hemerográficas, atentando para as representações construídas sobre a iluminação pública e privada.

As crônicas de Cristino Pimentel e Hortênsio Ribeiro publicadas na imprensa campinense representada pelos jornais *a Gazeta do Sertão*, *O Rebate* (1932) *A Frente* (1934), *A Praça de Campina* (1935), *A Batalha* (1934), e o *Voz da Borborema* (1937-1940), se tornaram fontes valiosas para entender as representações em torno da energia elétrica em Campina Grande.

Paralelamente a esta caminhada não perdi o contato com os arquivos. Em 2011, aderi ao projeto da *Organização do Arquivo Geral do II Batalhão de Polícia Militar do Estado da Paraíba* (financiamento do PROBEX), organizado pelo Prof. Dr. Luciano Mendonça, projeto este me forneceu as chaves para um tratamento adequado com a documentação, digitalização, limpeza e acondicionamento do material. Os ensinamentos do Prof. Luciano me fizeram compreender toda a dinâmica do ofício do historiador, que se faz em grande medida com documentos. Uma experiência única.

Em meu primeiro trabalho pude coletar uma vasta documentação jornalística que resultou a monografia do bacharelado em história, sob a orientação do Prof. Dr. Severino Cabral Filho, intitulado “Entre o sonho e a realidade: implantação e recepção da luz elétrica em Campina Grande nas páginas dos jornais (1920-1940)”, mapeando e analisando a implantação e manutenção da iluminação pública na cidade assim como os conflitos e as tensões que ela fez desencadear, mostrando como se configurou o serviço na cidade, resultando obstáculos à realização do que se pretendia como “progresso” e “civilização”, haja vista a deficiência no setor.

O trabalho que segue é mais um passo da caminhada em que busco estudar as cidades em seu contexto de urbanização, modernidade e “progresso”, continuando a reflexão da dinâmica do serviço elétrico da cidade de Campina Grande nos anos de 1940-1960, nos tem muito a dizer...

## INTRODUÇÃO

O espaço urbano nos séculos XIX e XX e sua crescente modernização provocou impactos consideráveis quando pensamos na mudança de hábitos no cotidiano dos homens. Teremos a presença de uma série de projetos que se dedicaram ao embelezamento e reorganização dos traçados de ruas; para a higienização e salubridade de casas e ruas; e a construção de espaços públicos voltados ao lazer. São características que vão marcar uma nova fisionomia das cidades. Cidades que se pretendiam progressistas e civilizadas.

Diante disso, as modificações vistas no espaço urbano nos finais do século XIX e início do XX, proporcionaram a ampliação dos estudos referentes às cidades, cidades as quais passaram a ser pensadas na sua singularidade e na complexidade de suas relações sociais. Para tanto, o fenômeno urbano passou a ser objeto de estudo de sociólogos, urbanistas, arquitetos, historiadores, geógrafos, que buscaram em seus estudos problematizar as modificações e impressões produzidas na vida dos homens no espaço citadino.

É importante frisar a impressão causada nos intelectuais que buscaram compreender os efeitos dessa nova configuração do urbano, refletindo sobre as permanências e as mudanças nas cidades. Nesse sentido, é fundamental lembrarmos quando em referência à cidade e à modernidade, George Simmel<sup>1</sup> elaborou um estudo bastante característico dos efeitos do ritmo frenético das grandes metrópoles associando seus traços ao sistema nervoso de seus habitantes. Assim, a individualidade construída pelas metrópoles se configurava no resultado de efeitos de estimulações nervosas vistas nas mudanças instantâneas, o contato com o efêmero, fazendo pensar as transformações promovidas por essa modernidade que reflete no crescimento das cidades.

Outro intelectual que merece destaque é Walter Benjamin<sup>2</sup>, que também pensou sobre a modernidade inserida no contexto das transformações do espaço urbano nos séculos XIX e XX. O seu estudo promove a discussão sobre as transformações de Paris na segunda metade do século XIX vista, sobretudo, nos poemas de Baudelaire e na prosa de Balzac. Traço vislumbrado no seu livro intitulado “*Charles Baudelaire, Um lírico no Auge do Capitalismo*”. Partindo do contexto de cultura

---

<sup>1</sup> SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In Velho, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>2</sup> BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire Um lírico no auge do capitalismo. Tradução José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. 1º Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989. Obras escolhidas, v.3.

e modernidade visto no século XIX, Benjamin pôde observar as formas de construção da realidade dos homens, fetichismo da mercadoria, elementos do capitalismo em construção. Destacou desse modo o impacto provocado na vida das pessoas ao se depararem com o turbilhão das grandes cidades, articulando-o às relações capitalistas, ao vislumbre das mercadorias e das tecnologias.

O que significou efetivamente o turbilhão da modernidade? De acordo com BERMAN (1986) que pesquisou os impactos e modificações que surgiram com a vida moderna, é fundamental entender que se trata justamente de um momento de novas descobertas científicas, desenvolvimento tecnológico, inovações técnicas, com uma nova definição da concepção de espaço urbano. O autor nos chama atenção para a forma brusca como a vida moderna é definida: uma via de mão dupla, onde muitos se sentem atraídos, enquanto outros são arrastados pela avalanche de modificações.

Neste sentido, Bresciani (1997) considera as cidades como sendo uma experiência visual, marcada pela organização dos traçados das ruas, as grandes artérias e vias de circulação de pessoas, as amplas construções arquitetônicas também compõem este universo rico em significações e experiências sociais. A cidade moderna é, sobretudo, vista na sua materialidade, nas representações que faz desencadear no tocante à vida urbana e às suas implicações no campo do sensível. Além disso, podemos destacar a compreensão do surgimento de transformações impactantes e assustadoras da modernidade, o que a autora intitula de “monstro urbano” caracterizando assim toda a nova dinâmica que surge com o processo de industrialização das principais metrópoles europeias do século XIX.

Pesavento (2007) chama a atenção para a ampliação do campo de estudos sobre as cidades que tem se destacado pelo seu caráter interdisciplinar, cuja solidez permite uma apreensão mais ampla das transformações do espaço urbano. Desse modo, são perceptíveis as contribuições da história cultural, trazendo uma nova abordagem do fenômeno urbano, destacando os mais variados atores sociais, colocando em relevo as representações e práticas sociais.

Desta forma, é fundamental buscar entender a cidade como um fenômeno que pode ser apreendido através das emoções e sentimentos do viver urbano, uma cidade construída a partir de utopias, esperanças, medos, desejos, sejam eles vivências individuais ou coletivas.

De fato, o historiador que elege a cidade como objeto de pesquisa deve compreender que a cidade abrange uma multiplicidade de histórias e memórias. O espaço citadino se torna um lugar a ser decifrado, a partir de suas tramas, seus conflitos, encantos e desencantos.

Por conta dos sentidos dados à cidade, ela vai se impondo como um documento a ser investigado e decifrado, cabendo ao pesquisador entender o que significa esse emaranhado de monumentos, tempos, espaços e memórias, recuperando as várias camadas e as relações entre elas, decifrando seus enigmas e tramas, como uma arqueologia social e sentimental da cidade. (MATOS, 2007, p. 26)

E um dos maiores encantos característicos da cidade moderna foi a implantação da energia elétrica em seu seio. Como poderíamos, hoje, conceber uma vida sem eletricidade, sem os aparatos modernos que facilitam em grande medida as nossas vidas na contemporaneidade? Como imaginar a recepção de um aparato que veio modificar definitivamente todo o cotidiano experimentado no espaço urbano, com destaque para o incremento das inovações tecnológicas e industriais, o prolongamento das jornadas de trabalho, a experiência de lazeres noturnos, assim como a crescente demanda por aparelhos elétricos no espaço privado?

O nosso objetivo consiste em mostrar como a sociedade campinense na primeira metade do século XX conviveu com o fornecimento de energia elétrica e como a partir daí, as suas práticas cotidianas foram redefinidas. Desejamos ainda refletir sobre os projetos para melhoria do fornecimento de luz na cidade a partir da década de 1940, com as possibilidades abertas pela energia hidroelétrica.

Nosso recorte temporal (1940-1960) se justifica por nossas fontes nos indicarem o prolongamento das tensões e conflitos em busca de um fornecimento que atendesse a demanda de energia para a cidade de Campina Grande.<sup>3</sup> É neste momento histórico que veremos a implantação da Chesf no Nordeste trazendo para a cidade a experiência da hidroeletricidade. Desta maneira, o estudo versa justamente sobre as expectativas causadas pela iluminação pública e particular na cidade de Campina Grande; os seus impactos na vida cidadina, a adoção dos bens de consumo movidos a eletricidade, considerando o discurso que ainda estava fortemente marcado pelo desejo do progresso e modernização para a cidade.

Acrescidos a isto, trata-se de um período em que se tem a expectativa da mudança dos rumos da eletricidade na cidade, a espera ansiosa pela hidrelétrica de Paulo Afonso, vinda como meio de solucionar todos os problemas referentes à distribuição, fornecimento e manutenção das redes elétricas.

Por meio das fontes impressas, em especial os principais jornais da cidade publicados no período em estudo, iremos reconstruir as teias de como se efetivou as dinâmicas da urbanização por

---

<sup>3</sup> Nosso estudo visa ampliar a compreensão das representações e dinâmicas sobre os impasses no fornecimento de energia elétrica em Campina Grande, alguns desses debates podem ser vistos em BRANDÃO, C.A. *Entre o sonho e a realidade: implantação e recepção da luz elétrica em Campina Grande nas páginas dos jornais (1920-1940)*. 2011. Monografia. (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2011. É perceptível que as dificuldade em se tratando da energia elétrica na cidade de Campina Grande segue até a utilização da hidroeletricidade, fornecida pela Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso em 1956, o que merece ainda ser refletido e problematizado.



meio na engenhosidade técnica atribuída à eletricidade. Nos jornais, percorreremos os editoriais, colunas, artigos, crônicas e memórias, buscando encontrar indícios que nos permitam compreender a recepção de setores da população de Campina Grande ao fornecimento de luz na cidade, por meio da hidroelétrica de Paulo Afonso.

O principal objetivo de nosso trabalho reside em aprofundar as questões sobre as representações acerca da decepção proveniente da ausência deste item de conforto e, conseqüentemente, o advento da vida moderna, como também, perceber as sensibilidades daqueles que desejavam possuir em suas ruas e casas a iluminação elétrica.

Este aparato moderno possibilitou uma nova dinâmica na vida social, o aumento das jornadas de trabalho, a estreita distância entre o dia e a noite promovendo lazeres e sociabilidades noturnas. A segurança noturna é favorecida pelos raios da eletricidade, evitando, em tese, a ação de criminosos; somando-se a isto, o fundamental incremento dado às relações capitalistas, nas atividades econômicas e industriais.

Do ponto de vista técnico, a difusão do uso da eletricidade teve como condicionantes no final do século XIX dois elementos fundamentais: a transmissibilidade e a flexibilidade. Tais configurações permitiam a utilização da energia elétrica para ser fornecida a longas distâncias em relação ao local da geração de energia, bem como sua ampla disseminação.

Sua potencialidade enquanto geração de iluminação possibilitou a formação de dois novos ramos do setor industrial: a indústria elétrica e os equipamentos elétricos. Para acionar as redes elétricas fazia-se necessário todo um sistema de geração, transmissão e distribuição, o que acarretou uma demanda, cada vez maior, da produção da indústria elétrica.

Para além da engenhosidade técnica, efeitos e os impactos produzidos na economia, é importante ressaltar o papel que a energia elétrica desempenhou na vida social, traços perceptíveis em seus aspectos simbólicos e materiais, trazendo um novo cenário de práticas culturais.

Nos séculos XIX e XX, grande parte da população brasileira convivia com outras formas de iluminação seja a gás, querosene, carbureto. No entanto, com a utilização da eletricidade houve um considerável quadro de mudanças que proporcionou a multiplicação de recursos e serviços, tanto no espaço público como também no privado. “Nenhuma outra forma de energia foi capaz de conjugar tão eficiente múltiplas funções como a eletricidade, tornando acessível uma gama nunca vista de novas técnicas e novos produtos” (Memória da Eletricidade, 2001, p. 14).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> CENTRO de Memória da Eletricidade no Brasil. A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

Alguns historiadores brasileiros se debruçaram sobre a recepção de determinadas conquistas materiais no espaço da cidade. Na historiografia encontramos a luz elétrica como símbolo de modernidade inserido numa blocagem maior abrangendo outras conquistas, como o saneamento básico, embelezamento de ruas, construção dos primeiros arranha-céus, chegada do trem e telegrafo.

O Centro de Memória da Eletricidade no Brasil se torna peça fundamental para a compreensão da importância dada aos assuntos referentes à energia elétrica no país. Criado em 1986, teve como objetivo produzir toda uma documentação sobre o setor da energia elétrica no Brasil, criando assim um considerável material iconográfico e textual.

Neste cenário, podemos citar *O panorama do setor da energia elétrica no Brasil*, publicado pelo Centro de Memória da Eletricidade o qual traz uma discussão referente à dinâmica produzida pela eletricidade no país até a implantação da Eletrobrás e seus desdobramentos, enfatizando em grande medida os aspectos técnicos e administrativos das companhias elétricas.

Merecemos destacar mais duas outras obras produzidas por esta mesma instituição que alicerçam a produção da historiografia sobre o tema. Estamos tratando do livro intitulado *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)* e *A vida cotidiana no Brasil Nacional: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1930- 1970)*. Ambos os livros recuperam uma perspectiva histórico-social marcada por práticas e hábitos cotidianos, buscando refletir sobre a utilização da energia elétrica nas principais cidades brasileiras, colocando em relevo aspectos referentes aos espaços público e privado.

Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão em seu artigo *A energia elétrica como campo de pesquisa historiográfica no Brasil* atenta para o destaque concedido à eletricidade enquanto inovação técnico-científica e industrial, nos mostrando que a produção referente à história da energia elétrica do Brasil só passou a ser efetivamente problematizada a partir da década de 1980, quando vários trabalhos foram publicados sobre o tema, atendendo a uma demanda de preservação e memória do patrimônio histórico.

Um estudo que privilegia a eletricidade e seus desdobramentos pode ser visto em Amara Silva de Sousa Rocha, intitulado *“A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque”*. Este texto traz algumas considerações de como se configurou a recepção da luz elétrica na cidade do Rio de Janeiro e seus desdobramentos referentes ao monopólio das concessionárias responsáveis pelo serviço de eletricidade na cidade, marcados por barganhas políticas e econômicas.

Helena de Carvalho Lorenzo, em seu texto *“Eletricidade e modernização em São Paulo na década de 1920”* recupera o debate sobre a experiência elétrica em São Paulo destacando a

compreensão e análise das relações promovidas pelo progresso técnico e as transformações na vida econômica e social. A eletricidade na região se desenvolve graças a sua incorporação no campo industrial, com uma modernização alicerçada em grande medida na expansão cafeeira.

Gildo Magalhães, em seu livro *Força e Luz*, busca refletir sobre a eletricidade e o processo de modernização na República Velha, destacando a implantação da energia elétrica como fator fundamental para a modernização do país e sua crescente industrialização. Para pensar tais questões o autor se propõe a apresentar como a energia elétrica, a saber, de matriz hidráulica, foi utilizada no Brasil.

Para a experiência da cidade de Fortaleza, podemos destacar a pesquisa de Silva Filho “*Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano em Fortaleza(1945-1965)*”, em que o autor refletiu sobre a eletricidade no cotidiano em Fortaleza, colocando em relevo os graves problemas experimentados pela população diante a precariedade do serviço de força e luz na cidade, dificultando a integração da eletricidade no cotidiano, assim como o incremento da economia local. Neste sentido, o autor analisa o processo de eletrificação da cidade que anunciava um sistema de energia capaz de acionar determinados equipamentos que faziam parte do espaço privado no cenário de modernização, compreendendo assim, a dimensão que ganha a energia elétrica como elemento de desenvolvimento técnico e material.

Podemos citar ainda a dissertação de mestrado de Andrade (2009) cujo trabalho pretende mostrar a entrada da eletricidade que é revelada em várias esferas da vida, se tornando elemento da construção do mundo urbano em Natal. Para tanto, a autora desenvolve uma história da eletricidade apresentando as mudanças proporcionadas com a chegada desse equipamento moderno e as outras formas de iluminação que antecederam a sua chegada.

A historiografia paraibana também apresenta estudos voltados à cidade e à modernização, com referências a conquistas materiais e simbólicas que resultaram na aquisição de determinados aparatos modernos, como a luz elétrica.

Aranha (2003), em seu texto “*Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)*”, faz considerações relevantes quando vem recuperar a recepção das conquistas materiais em seu subtítulo intitulado “*A iluminação dita moderna: excelência da “civilização”?*” O autor objetiva apresentar no contexto de modernização as primeiras experiências de iluminação pública moderna em algumas cidades paraibanas. Ao tratar da recepção da luz elétrica destaca a iluminação no espaço público e privado como sendo componente fundamental presente no cotidiano das cidades. É importante percebermos

que o diferencial de seu trabalho reside na compreensão de como este aparato moderno é implementado na Paraíba atentando para as limitações das cidades nortistas, uma novidade oriunda do estrangeiro, cujos letrados puderam contribuir na representação e recepção deste equipamento moderno.

Cabral Filho (2007, p.74-111), em sua tese de doutoramento intitulada “*A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*” avalia os significados da participação dos homens comuns no processo de garantir a manutenção e assistência de aparatos modernos, trazendo considerações sobre a energia elétrica, analisando alguns desdobramentos derivados dos esforços para o fornecimento e manutenção deste equipamento.

Sousa (2003, p. 133-185), em “*Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas*”, também recupera a recepção da luz elétrica atentando para a sua precariedade e a luta dos cronistas na reivindicação de tal aparato moderno. Assim, as crônicas de Cristino Pimentel nos servirão como indício da angústia da elite diante da falta de serviços por parte das instituições governamentais nas melhorias de uma cidade tão importante como era o caso de Campina Grande.

É importante destacar o trabalho de Paes (1994) intitulado “*Do azeite de mamona à eletricidade: Anotações para uma História da Energia Elétrica na Paraíba*”. Mesmo sendo um trabalho desenvolvido por um engenheiro elétrico, e mais ainda, uma obra encomendada pela instituição Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa) mostra todo o processo que envolveu a eletricidade na Paraíba através de companhias elétricas, suas técnicas e gestores públicos envolvidos de forma positiva, torna-se uma pesquisa que recupera os anos iniciais de efetivação deste aparato moderno nas principais cidades da Paraíba.

Ainda sobre os estudos paraibanos que privilegiam a iluminação pública e seus efeitos no contexto de modernização, podemos citar o estudo de Doralice Maia “*A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX*” traçando a trajetória da iluminação na capital Paraíba, ressaltando seus efeitos cotidianos quando implantado o serviço. A iluminação vinda no ideário de vida moderna e “civilizada” movia os gestores para a contratação de empresas que pudessem oferecer este serviço, bem como o processo de desenvolvimento das tecnologias que fizeram parte da iluminação pública na capital, desde a queima de óleos (óleos de mamona e de peixe) e gás, até adquirir a luz elétrica.

A história cultural será o nosso referencial historiográfico na elaboração deste estudo, uma vez que nos permite, nas searas teóricas e metodológicas, perceber a vida dos homens e suas

construções de mundo, a partir de seu imaginário, suas representações e sensibilidades, dados a nossa percepção nas fontes as quais recorreremos.

A terceira geração dos Annales constrói o cenário que se caracterizou como sendo a “virada crítica” que entre outros elementos que visavam uma mudança nos modos do fazer histórico, primavam ainda por uma virada cultural. É fundamental compreender que a noção de nova história cultural ganha corpo pautada, sobretudo, na reformulação da articulação entre realidade social e representação.

É neste sentido que nossa temática se coloca no debate proposto pelos Annales que destacaram em suas problematizações o cotidiano, as práticas sociais e a cultura material, refletindo sobre sua dinâmica. Para tanto, os historiadores culturais buscaram no seu nascedouro apreender a realidade social partindo de ações significativas e de representações através do que as tradições culturais em consonância com seus indivíduos poderiam falar.

A ação remete causalmente à experiência e as representações, mas estas remetem ao mundo; a realidade social é captada mediante os recursos culturais disponíveis e só assim se torna ação, mas essa realidade impõe limites significativos que os sujeitos não estão livres de ultrapassar. (CARDOSO, 2012, p. 17)

A representação tornou-se uma categoria de destaque na História Cultural, sendo incorporada pelos historiadores a partir das considerações de Émile Durkheim e Marcel Mauss. Assim a representação se configura enquanto uma forma de construir o mundo, fazendo com que os homens percebam a realidade e possam pautar a sua existência, ainda sendo uma forma de representar o real. A representação trata-se de uma forma de presentificar algo ausente, tornando sensível a sua presença. Vale ressaltar que representar não se trata de reconstruir uma cópia perfeita do real, é fundamental percebermos que se apresenta enquanto um reflexo, daquilo que foi posto um dia, em outra época.

É fundamental notar que não basta apenas representar, mas se deve perceber que é uma representação de algo distante do tempo, no espaço, uma atenção especial deve ser dada ao representado, tendo em vista que o mesmo envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, legitimação, exclusão.

Então surge a questão: qual seria o objetivo da articulação entre representação e história? O que nos é possível recuperar do passado está justamente nas suas representações, como forma de expressar os homens e seu mundo, seja por meio de imagens ou discursos, um trabalho efetivamente caro ao historiador, tendo em vista que o mesmo vai à busca de algo que não existe mais, um tempo já escoado, só podendo assim ser recuperado através de registros e sinais que podem chegar até nós.

Desta forma, podemos dialogar com Chartier (1990) haja vista que um traço importante diz respeito à maneira proposta pelo autor de pensar a cultura, partindo do campo das representações. É justamente pensar como a realidade social nos diferentes momentos históricos é construída, pensada ou interpretada, cujas representações coletivas permitem a existência das práticas, lugar em que o mundo social é construído.

Sobre o conceito de representação, Chartier afirma que esta se caracteriza enquanto realidade de sentidos múltiplos, enfatizando que as representações são construídas para a compreensão do mundo social. É importante colocar em relevo que as representações estão pautadas em interesses muitas vezes forjados, ou seja, os discursos não são neutros, tendo em vista que produzem estratégias e práticas, abarcando relações de poder e dominação as quais são produzidas por determinados indivíduos de uma dada sociedade.

Neste contexto, a representação parte de algo ausente, trata justamente do que é distante de nós. Diante disso, os objetos portadores de representação, trazem uma série de significações, as quais devem ser pensadas num determinado contexto histórico e cultural. É importante refletir como as pessoas de outra temporalidade deram sentido ao seu mundo, entender o “outro” no passado, compreendendo as múltiplas significações que os homens imprimiram sobre sua realidade social, sendo necessário fazer uma contextualização histórica.

Para nossa compreensão do universo da recepção da luz elétrica em Campina Grande recorreremos ao conceito de *sensibilidade*. Nesse sentido, estaremos pautados nas concepções teóricas de Pesavento (2004), haja vista que esta historiadora explora esse campo de produções referente à História das Sensibilidades. No artigo *Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidade* a autora nos apresenta a problemática a qual o historiador cultural se submete ao estudar as sensibilidades; é fundamental perceber que ela propõe investigações acerca dos redutos inéditos à história dos homens no tempo, buscando suas motivações, seus sentimentos, suas razões e suas emoções. Outra forma de reconstrução do passado.

Assim, não basta apenas ter conhecimento de tais sensibilidades, faz-se necessário algo que fundamente sua tarefa dando prova e legitimidade ao discurso historiográfico. Tais elementos podem ser encontrados nos registros, fontes, as chamadas marcas da historicidade. Estudar o sensível não é sentir da mesma forma, afirma Pesavento, é apenas explicar como este poderia ter sido pelos rastros apreendidos para revelarmos essas experiências.

Toda experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve oferecer a leitura enquanto fonte, deve se objetivar em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e

dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. (PESAVENTO, 2004:4)

Assim sendo, as marcas da historicidade são vistas a partir de imagens, palavras, textos, sons, práticas, intitulada pela autora como evidências sensíveis. Para tanto, estaremos partindo de um olhar detetivesco, haja vista que buscaremos interpretar sinais, produzindo sentidos que nos proporcione uma aproximação com os homens do passado, entendendo o porquê das suas expectativas, desejos, esperanças, sonhos e frustrações.

Sobre o *imaginário* é perceptível que este comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, sendo construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças, agindo como meio de organizar o mundo em que se vive.<sup>5</sup> Sendo assim, o imaginário traz em si um conjunto de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em várias épocas, puderam construir para si, dando sentido ao seu mundo.

De acordo com Le Goff (1990) o imaginário se elabora enquanto forma de realidade. Assim, as representações vistas no imaginário são capazes de induzir e pautar as ações humanas, desta forma tudo que o homem considera real faz parte do próprio imaginário. É fundamental perceber que o imaginário estabelece uma estreita relação com o cotidiano da vida dos homens. “Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real”.<sup>6</sup>

Ao tratarmos da cultura material e sua dinâmica em Campina Grande, é fundamental recuperarmos as considerações de Fernand Braudel em seu livro “Civilização Material, Economia e Capitalismo”<sup>7</sup> quando nos fala dos pressupostos da cultura material que se alicerça mediante a economia de mercado, onde esta por sua vez, se constrói nas relações marcadas pela sobrevivência dos homens. Para tanto, atenta que a vida material passa a significar os homens e as coisas, caracterizados basicamente como alimentos, habitações, luxo, utensílios, cujo fundamental reside em acompanhar a relação entre os homens e as coisas na medida em que é possível compreender as suas existências em sociedade.

Como propõe Rede (2012, p. 133) a cultura material em grande medida foi posta de lado por parte dos historiadores que negligenciaram as possibilidades de articulação entre a vida social e a

---

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. A História Nova. [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

<sup>7</sup> BRAUDEL, Fernand. Civilização material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Volume I: As Estruturas do Cotidiano. Tradução: Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

materialidade. Para tanto, é importante ressaltar que poucos historiadores se valem das fontes materiais enquanto forma de apreensão das práticas culturais de outros momentos históricos.

Todavia, acreditamos que a ampliação dos estudos acerca da cultura material ultrapassou o interesse de antropólogos e arqueólogos se destacando também em outras áreas do conhecimento, como é o caso da História. Tal ampliação se desenvolve com a consolidação de uma sociedade de consumo de massa que se afirma após a Segunda Guerra Mundial, elaborando nos circuitos acadêmicos uma análise social, refletindo assim os elementos da materialidade que compunha a sociedade.

Rede (2012), citando Meneses, nos mostra suas contribuições na medida em que este último coloca em relevo a intervenção humana como elemento em que se opera a socialização da materialidade. Com isto, é perceptível que a apropriação se torna elemento fundamental nas relações construídas na sociedade, haja vista que na presença de padrões culturais estabelecidos e compartilhados é possível verificar a interação do homem com o universo material.

Não se trata, entretanto, de um processo de mão única, pois a cultura material é entendida, a um só tempo, como produto e vetor das relações sociais; produto porque resulta da ação humana, de processos de interações que criam e transformam o meio físico, mas também vetor porque constitui um suporte e condutor concretos para a efetivação das relações entre os homens. (REDE, 2012, p. 140)

É importante destacar que a cultura material também vivencia a dinâmica de transformações, na medida em que a mesma não se constitui enquanto elemento estático, mas que, sobretudo, possui suas trajetórias, passível de mudanças, pois como os demais elementos sociais, a cultura material também possui a sua historicidade somando-se ao seu valor de documento histórico.

Neste contexto, dialogamos com Roche (2000), pois o mesmo se propõe a estudar a dinâmica do consumo nos séculos XVII e XVIII, percebendo como a produção de uma cultura material aos poucos se define na sociedade contemporânea.

Interessa-nos suas contribuições sobre a vida material que durante muito tempo se mostrava impossível de ser historicizada, cujos aspectos econômicos e sociais sombrearam outras formas de apreensão do passado. Desta forma, a renovação da Escola dos Annales, fez com que voltasse a compreensão para os mecanismos interpretativos e os valores, tendo em vista que os aspectos socioeconômicos não atendiam aos modelos de explicação da realidade social.

Desta maneira, a esfera da cultura, entre os historiadores, ganha o mesmo status atribuído ao econômico e ao social, o que permite criá-los e resignificá-los. Para tanto, o diálogo com outras



ciências humanas contribuíram para a leitura deste universo de práticas, hábitos e comportamentos individuais e coletivos.

Para uma compreensão satisfatória de nossa temática que se constrói num cenário de grande expectativa vinda do otimismo que se cria nos projetos de tecnologia e modernização do setor elétrico no Brasil e por, extensão em Campina Grande, iremos recuperar as concepções teóricas de Koselleck (2006) quando este elabora a reflexão do entendimento sobre o tempo histórico, que se efetiva em grande medida por meio de duas categorias conceituais: O espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Diante disso, é justamente colocar em relevo a realidade histórica de cada momento histórico, compreendendo as vivências, recordações, expectativas dos homens no tempo.

Como propõe Ricoeur (2007), torna-se fonte histórica tudo aquilo que é passível de ser interrogado pelo historiador, via de acesso para se apreender as marcas do passado. Assim, ele nos esclarece: “o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado, instituído documento, pelo questionamento.”

Segundo o autor quem vai aos arquivos, qualquer que seja a natureza da documentação, deve compreender claramente a necessidade de uma crítica documental, desse modo, o historiador vai aos arquivos munido de perguntas e em seu exercício questiona, analisa e efetivamente vai à busca dos não-ditos da fonte documental pesquisada.

Como já anunciamos, nossas principais fontes de pesquisa serão jornais impressos. Eles nos fornecerão os indícios da modernização e as representações construídas em torno do fornecimento de energia elétrica na cidade. Por meio dos jornais, vislumbramos toda uma dinâmica que se constrói sobre a energia elétrica e suas implicações entre as décadas de 1940 e 1960<sup>8</sup>. Eles retratam as tramas e os conflitos que envolveram a falta de luz, bem como a adoção de uma série de equipamentos elétricos e o tão sonhado fornecimento de luz à base da hidroeletricidade. Esses materiais nos auxiliam a compreender uma temporalidade já escoada, nos remetendo à formas de pensar e agir ao mesmo tempo em que revelam sujeitos, memórias, eventos e conquistas.

Iremos interpretar as fontes no intuito de apreender a dinâmica e os hábitos ditos modernos que fizeram parte da cidade em estudo: matérias jornalísticas que, entre editoriais, crônicas e anúncios expressavam anseios, desejos e frustrações de uma parcela da população de Campina Grande que desejava ser moderna.

---

<sup>8</sup> Iremos trabalhar com os jornais os quais eram publicados no período que compreende nosso recorte temporal, haja vista que os mesmos trazem indícios de uma cidade desejada quando se trata do fornecimento de energia elétrica. Os jornais União, Evolução, Diário da Borborema, Jornal de Campina.

Luca (2010) nos fala que na década de 1970, com a renovação promovida pela terceira geração dos Annales - que se pautava no tripé novos objetos, problemas e abordagens - trouxe à luz estudos históricos a partir da utilização dos jornais enquanto fonte que poderia recuperar vários campos de abordagens e temáticas. No entanto era uma incursão ainda prematura entre os historiadores, tendo em vista, que a tradição historiográfica dos séculos XIX XX estabeleceu uma hierarquia qualitativa dos documentos; neste cenário os jornais se configuravam enquanto marcado por “interesses, compromissos e paixões”, trazendo imagens parciais e repletas de subjetividades.

A autora ainda menciona Glénisson, o qual destaca que ao tratar da discussão referente aos jornais, esclarece a importância de conhecer em efetivo a fonte impressa estudada, desde sua publicação, área de difusão, relações com instituições políticas. Tais elementos que em certa medida foram negligenciados pelos historiadores que se elaboraram seus estudos partindo da imprensa enquanto fonte de pesquisa.

Somando-se a isto, é fundamental atentar para o que efetivamente se tornou notícia, pois tal elemento já é indício para a percepção de uma série de questões. É importante atentar para as motivações que levaram a publicação de determinadas notícias, percebendo assim as nuances das manchetes principais e as notícias apresentadas nas páginas internas, chamando a atenção também para as temáticas, a linguagem e a natureza do conteúdo. (LUCA, 2010, p. 140).

Dialogamos ainda com Barbosa (2007), que problematiza a literatura produzida sobre fontes impressas, um campo efetivamente novo, porém bastante difundido nos círculos acadêmicos. Desta forma, a autora chama a atenção para a compreensão da imprensa e sua relação com o social, onde se faz necessário um diálogo entre conteúdo, produto da mensagem e a forma como o leitor apreende e interpreta os sinais que são expressos na fonte impressa.

Não podemos perder de vista a lógica do próprio campo em que este é produzido, tais como os aspectos técnicos, discursivos e profissionais. Um fator que merecemos destacar quando pensamos em trabalhar com os jornais é justamente entender a característica da narrativa jornalística que traz construções sensacionais, as imagens figurativas, fantasiosas, como também a dramaticidade que em grande medida compõem as matérias, visando atrair a atenção do leitor.

As transformações vivenciadas nas cidades modernas se tornaram recorrentes nas páginas dos jornais. O objetivo e difusão dos impressos nos séculos XIX e XX residiam em manter o leitor atento a avalanche de novidades, deixando-o a par dos últimos acontecimentos. Neste contexto, outros gêneros literários passam a retratar as novas configurações de uma urbanidade que se inicia, sobretudo

através de seu aparato tecnológico. O “progresso” e a “civildade” são destaques nos jornais, na forma de crônicas, reportagens, entrevistas.

A própria materialidade dos impressos também se moderniza na medida em que a imprensa vivencia as inovações tecnológicas que começam a ganhar corpo nos finais do século XIX e início do XX, traço disso é perceptível nos diários que passam a incorporar outros gêneros, como notas, reportagens, entrevistas, editoriais, crônicas, surgindo também seções dedicadas ao público feminino, propaganda, lazer, vida social e cultural, o que amplia no tocante ao aspecto temático, as possibilidades do historiador em utilizar os jornais como fonte de pesquisa para a compreensão das sociedades pela sua cultura material, seu cotidiano e suas sensibilidades.

A propaganda veiculada nesses jornais surge nesse cenário como suporte expressivo na medida em que, ao anunciar os mais diversos produtos, faz desencadear e alimenta o consumo que, por sua vez, muito nos diz sobre o imaginário das sociedades.

Para a realização da nossa operação historiográfica, recorreremos ao método indiciário proposto por Ginzburg (1986). Tal método se efetiva a partir dos indícios, que se alicerçam na atenção dedicada aos detalhes, estudos dos traços secundários, tendo em vista que aquilo aparentemente desimportante merece destaque, pois pode iluminar realidades profundas, revelando aos historiadores segredos valiosos, indo além do que é dito. É compreender uma realidade complexa a partir de elementos que passam despercebidos por muitos. O método indiciário consiste numa forma de iluminar o passado; ao utilizá-lo o historiador se nivela ao detetive que investiga o passado, de cujos vestígios pode ser capaz de elaborar um revelador enredo histórico. Por meio do paradigma indiciário o historiador analisa as evidências e questiona-as como pressuposto para uma melhor compreensão do passado sobre o qual se debruça.

É justamente através de imagens produzidas por intelectuais que trouxeram para as páginas de jornal seus anseios, motivações e expectativas, que veremos também a possibilidade de seguir vestígios aparentemente negligenciados, fazendo falar as vozes que emitiram mais que um discurso modernizante, expressaram conflitos, tensões e angústias, mas também desejos, expectativas e esperanças, aspectos componentes de qualquer sociedade.

O nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro deles, intitulado *As reviravoltas da iluminação em Campina Grande* buscaremos colocar em relevo as reformas empreendidas para dinamizar o sistema elétrico da cidade nos anos de 1940-1960. Iremos enfatizar os projetos modernizantes de Vergniaud Wanderley para com a empresa de luz de Campina Grande.

Refletiremos, assim, sobre os impasses que surgiram com a compra de motores, blecautes, falta de investimentos, reformas na empresa de luz e as inúmeras queixas de letrados e elite local.

Posteriormente, no segundo capítulo *Elétricas representações: a chegada de Paulo Afonso em Campina Grande*, traçaremos um percurso das expectativas que resultaram dos projetos de implantação da hidroeletricidade em Campina Grande a partir da usina hidrelétrica de Paulo Afonso. Atentaremos para as representações construídas nos jornais acerca da recepção desse melhoramento, que traziam em grande medida múltiplas significações sobre o que representava efetivamente a cachoeira de Paulo Afonso para as pessoas que vivenciaram em Campina Grande a precariedade do fornecimento de luz elétrica. Não podemos perder de vista o que de fato foi modificado com a implantação do fornecimento da eletricidade gerada pela hidroelétrica de Paulo Afonso, pois, através de nossas fontes, é perceptível um novo cenário de tensões elaborado pela imprensa.

*O desejo de consumo: a eletricidade no cotidiano campinense* encerra nosso trabalho, nele trataremos da dinâmica que se instaura na cidade com a adoção de determinados aparelhos elétricos recepcionados e difundidos com grande euforia pela publicidade dos principais jornais da cidade. O desejo pelo novo é frustrado pela dificuldade em se utilizar determinados equipamentos, causa de angústias e reclamações que os mesmos jornais se esmeravam em dar repercussão, na medida em que se proclamavam porta vozes da sociedade que, naquelas circunstâncias, sentia limitadas as suas possibilidades de usufruir dos mais diversos equipamentos de conforto produzidos pela mais moderna tecnologia.

## CAPITULO I

### AS REVIRAVOLTAS DA ILUMINAÇÃO EM CAMPINA GRANDE

#### 1. Um projeto modernizador para Campina Grande

Nos anos de 1930 o memorialista Manuel Mendes ao falar sobre Campina Grande a descreve com grande entusiasmo. Seu avô, Severino Mendes que no ano de 1931 deixara a região pernambucana, após a tragédia do Tracunhanhém<sup>9</sup>, aposta no recomeço de sua vida no interior paraibano:

No Planalto da Borborema, a 570 metros de altitude, no agreste paraibano, perto do brejo e do sertão, Campina Grande era um centro comercial importante. Do sertão, vinham o algodão, o gado, o couro e o queijo; do brejo, a rapadura, a cachaça, a farinha, o feijão, o milho, o fumo e a água. A feira, imensa, lembrava um mercado persa. Sua fama e sua riqueza atraíam gente de outras cidades e até de outros Estados. Era grande a presença de forasteiros que se misturavam com os tropeiros e vaqueiros, naquela encruzilhada de muitos caminhos e muitos destinos. (MENDES, 1999, p. 31)

Lugar de um comércio efervescente, a cidade favorecia a possibilidade de construção de vida nova, e conseqüentemente, o fácil enriquecimento. A partir no ano de 1907, com a chegada do trem na cidade de Campina Grande o cenário se define na busca da implantação da eletricidade. A historiografia campinense anunciava as impressões do progresso econômico e industrial na cidade.

Campina Grande, desde seu povoamento inicial no século XVII, já havia adquirido prestígio e futuro promissor, devido a sua posição geográfica privilegiada, sendo ponto de ligação entre o sertão e a zona litorânea paraibana, alicerçou os elementos necessários de sua prosperidade, dotada de considerável potencial econômico, sobretudo, em suas atividades comerciais, industriais e agrícolas.

---

<sup>9</sup> No início dos anos de 1930, uma forte chuva assolou a cidade de Bom Jardim no interior pernambucano provocando a cheia do Rio Tracunhanhém que em poucos minutos invadiu a cidade baixa onde morava a família Mendes. No dia seguinte, metade das casas não existia mais, nada restara. Desolado pela tragédia que afetou o Armazém Souza de sua propriedade, seu Severino Mendes juntou suas economias e partiu de Bom Jardim em 1931.

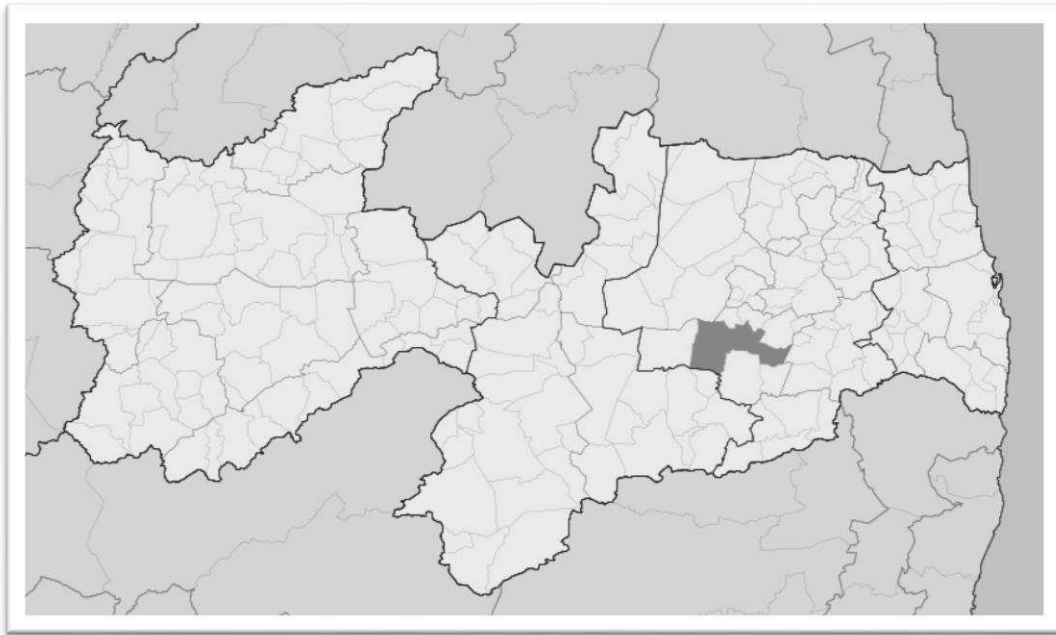


Imagem 1: Localização geográfica- Campina Grande. Fonte: Google mapas, 2011.

Em 1917, no orçamento estadual recuperado por CÂMARA (1998, p. 87-88)<sup>10</sup>, a cidade se destacava na tabela especial de “indústria e profissão”, ganhando espaço entre as cidades paraibanas. Para o cronista a estrada de ferro fez crescer em grande medida o comércio da região, convergindo inúmeros comerciantes, tropeiros, boiadeiros. É justamente com a chegada da ferrovia que Campina Grande passa a viver certa estabilidade econômica e a crescente efetivação das mais variadas atividades voltadas para o comércio e a indústria.

Epaminondas Câmara ainda nos fala do aumento da aquisição de equipamentos e melhoramentos modernos o que contribuiu para dar o tom a uma cidade que passou a ser tão importante como foi a caso de Campina Grande, na Paraíba. No auge, atribuído à indústria capitalista, Campina Grande dedicava tais empreendimentos a Cristiano Lauritzen e Epitácio Pessoa que a agraciaram com a estrada de ferro, possibilitando a ampliação do desenvolvimento da cidade.

Aos poucos, com a consolidação do comércio, os hábitos tradicionais vão dando espaço para a modernização, os caminhões substituem as carroças de burros, e os postes de energia elétrica dão vida à cidade até então iluminada a querosene.<sup>11</sup>

[...] Campina Grande como cidade já atravessou o período *ante-ferrovia*, na qual pequena modificação se observou. O segundo *post-ferrovia*, o que estamos

<sup>10</sup> CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. 2ªed. Campina Grande: Caravelas, 1998. A 1ª Edição da obra data do ano de 1947, entendendo assim Epaminondas Câmara como sendo contemporâneo desses eventos.

<sup>11</sup> É importante frisar que mesmo com a implantação da energia elétrica em 1920, ainda existiam casos de ruas e residências que utilizavam outras formas de iluminação.

assistindo, poderá ainda se transformar num terceiro, com surpresas de toda natureza, de vez que Campina é a terra das surpresas. (CÂMARA, 1998, p. 51)

Epaminondas Câmara projeta fases pelas qual Campina Grande haveria de passar, para que, assim, aos poucos, atingisse o patamar de uma cidade dita moderna. O autor elenca oito fases, sendo três pertencentes ao período *ante-ferrovia* e mais quatro fases que, segundo ele, correspondiam ao momento *post-ferrovia*. Compreendemos que Câmara apresenta a chegada do trem como divisor de águas para a mudança da cidade, exigindo desta maneira, outros melhoramentos.

Desta forma, a prosperidade da cidade de Campina Grande se efetivava com a consolidação do beneficiamento do algodão, tendo seu auge vislumbrado nos anos 30 do século XX, cuja produção do algodão da cidade foi possibilitada pelo declínio da produção algodoeira dos Estados Unidos que vivia grande oscilação em seu mercado interno e conseqüentemente mundial. Neste cenário, Campina Grande passou a estabelecer relações econômicas com a Inglaterra, desta forma, ao atender ao mercado internacional, a cidade passou a ser conhecida como a “Liverpool Brasileira” ao se tornar a maior produtora de algodão do Brasil.

Nos anos iniciais do século XX, foi possível verificar a grande produção de algodão facilitada em grande medida pelas estradas de ferro implantadas na região, dinamizando a comercialização do produto. Em Campina Grande, a fibra chegava ainda em caroço, onde o trabalho de descaroçamento e prensagem eram efetivadas na cidade, com firmas de grande porte responsáveis pela exportação do algodão.

A implantação da energia elétrica em Campina Grande nos remete a um processo lento e gradual, tendo em vista que diferentemente de outras cidades da região Nordeste como Fortaleza e Recife, esta não passou pela intermediação do sistema de iluminação a gás, mas diretamente da queima de querosene para a energia elétrica.

A inauguração da energia elétrica foi concretizada no ano de 1920, depois de muitas reivindicações por parte dos intelectuais da cidade, pois Campina Grande se destacava no cenário nordestino como centro populoso de considerável convergência de comerciantes. As tentativas de implantação da energia elétrica em Campina Grande remontava ao ano de 1915. Com isto, sob a administração de Cristiano Lauritzen<sup>12</sup>, tentou-se a implantação dos serviços de energia elétrica; uma vez que os editais lançados às empresas concorrentes de serviços elétricos não as atraíram a fornecer

---

<sup>12</sup> Dinamarquês, Cristiano Lauritzen foi prefeito de Campina Grande entre os anos de 1904 a 1923. Comerciante de joias e relógios, ao chegar em Campina Grande em 1880, casou Elvira Cavalcanti, filha do rico coronel Alexandrino Cavalcanti. Lauritzen ganhou destaque no cenário político pelo grande surto de desenvolvimento que proporcionou na cidade de Campina Grande.

energia elétrica à cidade, e mais ainda, os contratos em muitas vezes não se efetivavam por conta das divergências entre a empresa fornecedora de energia elétrica e a municipalidade.

O contrato firmado entre o município e a empresa J. Brito & CIA de Recife (posteriormente Luz e Força S.A), obrigava o município a pagar a quantia de 16.800 \$ 000, equivalente a 1.400\$000 mensais. Em um primeiro momento, a luz elétrica iluminava as principais artérias da cidade, com lâmpadas de 200, 100 e 50 volts, ligadas a um motor Otto de 100 H.P.

Hoje, o visitante que se encontra em Campina Grande fica espantado com o seu movimento, com sua população de meia centena de milhares de habitantes e vendo nas suas ruas e nas portas dos muitos armazéns, caminhões e automóveis que trazem a placa do Piauí, Ceará, Pernambuco, do Rio Grande do Norte e mesmo de alguns outros Estados [...]. (Citemos Campina Grande. A União, 20/01/1940, p. 1).<sup>13</sup>

Nos anos iniciais da década de 1940, os jornais paraibanos, em tom eloquente, colocavam em relevo a importância de Campina Grande em seu aspecto econômico e industrial, sendo considerado influente centro do Nordeste. O jornal nos fala de todo o progresso e dinamismo visto em Campina Grande, de sua “grande influência comercial incontestada, que ultrapassa as nossas fronteiras, é assim, um milagre no mapa econômico nordestino”<sup>14</sup>.

Segundo Câmara (1998) estendeu-se a cidade com a crescente extensão da malha urbana, surgindo assim novos bairros, como Bodocongó, Bela Vista, Prata, Monte Santo, Alto Branco, Santo Antônio, José Pinheiro, Santíssimo, Prado, Catolé, São Vicente, Cruzeiro, Moita, etc.

---

<sup>13</sup> O jornal a União Oficial do Estado, começou a circular em fevereiro de 1893, sendo o mais antigo a circular no Estado da Paraíba.

<sup>14</sup> A União em 21 de janeiro de 1940.



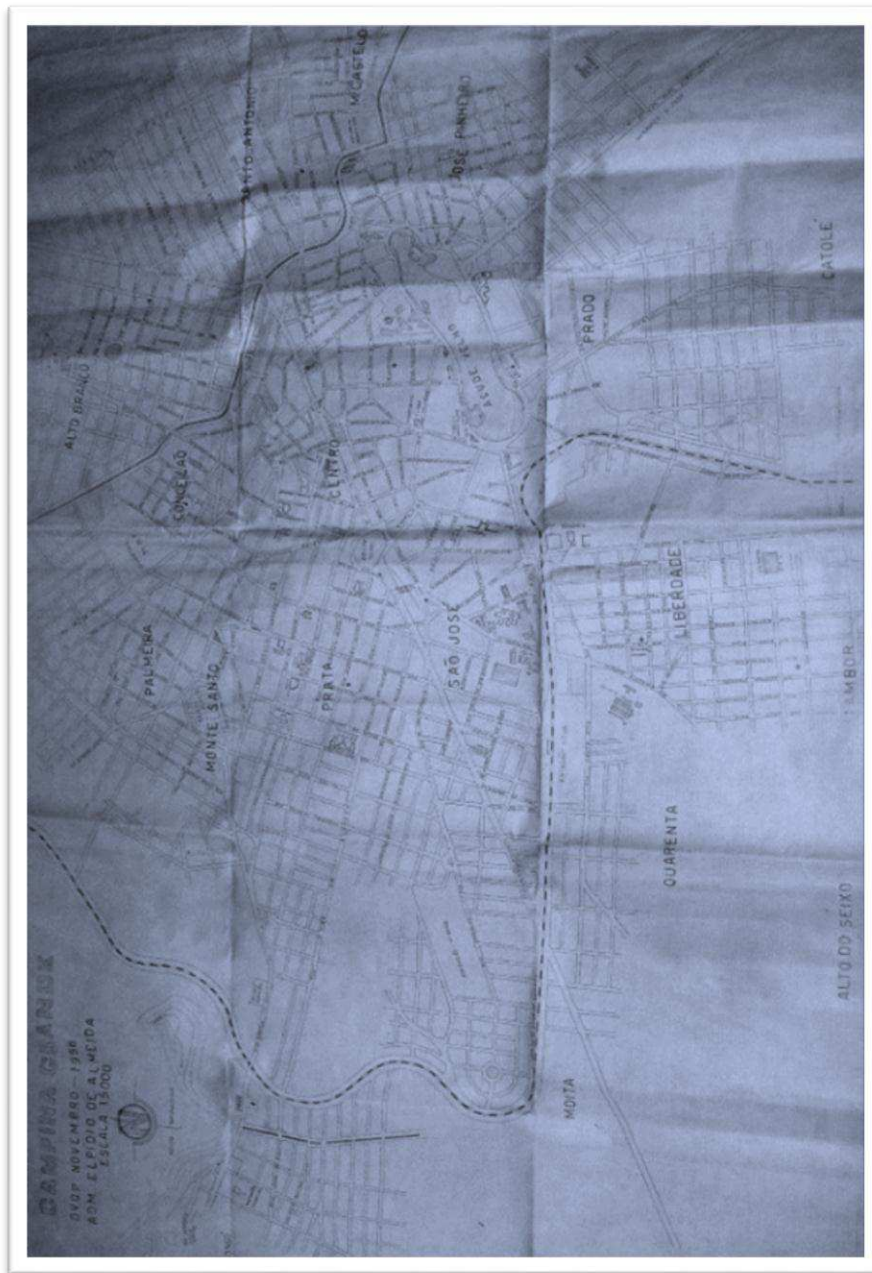


Imagem 2: Planta da cidade de Campina Grande <sup>15</sup>

Por meio da leitura atenta dos jornais podemos perceber que entre os projetos urbanísticos de remodelação da cidade de Campina Grande empreendida por Vergniaud Wanderley estava a reforma da empresa de luz da cidade. Quando Vergniaud retoma a prefeitura de Campina Grande em 1940<sup>16</sup>,

<sup>15</sup> Ao utilizarmos o mapa de 1956 para compreendermos a dinâmica cartográfica dos bairros dos anos de 1940, esclarecemos que não houve mudanças na cartografia da cidade, o que não altera nossa compreensão acerca da malha urbana e suburbana da cidade.

<sup>16</sup> Vergniaud Wanderley, nascido em 1905 em Campina Grande, foi prefeito da cidade por duas gestões (1935 a 1937 - 1940 a 1945). Filho de Vigolvino Wanderley e Maria Augusta Borborema Wanderley. Fez seus primeiros estudos no Liceu Paraibano, tornando-se bacharel em Direito no ano de 1929 pela Faculdade de Ciências Jurídicas do

continua com mais vigor a reforma urbanística da cidade, colocando em prática as promessas de gestões municipais anteriores.

Considerado por certa historiografia paraibana como o gestor municipal que promoveu uma considerável reforma urbana, buscou transformar Campina Grande numa cidade dotada dos parâmetros modernos em voga na sociedade brasileira. Objetivava, sobretudo, construir uma cidade de progresso com saneamento, hotéis de luxo, prédios de mais de um pavimento, água salubre, praças, energia elétrica, dando continuidade às transformações urbanas empreendidas em anos anteriores por outros gestores da municipalidade.<sup>17</sup>

A este prefeito é atribuído um caráter de reformador autoritário, por não se acanhar em desapropriar os casarões coloniais da elite tradicional da cidade, substituindo-os por edificações em estilo *Art Décor*, efetivando um verdadeiro bota-abaixo, erradicando do centro da cidade traços e elementos a seu ver inestéticos, que enfeava Campina Grande.

Wanderley encampou a empresa de luz à municipalidade, denominando-a a partir de então Serviços Elétricos Municipais, o que, teoricamente, traria melhorias para o serviço de luz da cidade, como nos atesta a fonte jornalística,

A empresa de luz passa a municipalidade dedicando a sua administração para resolver definitivamente um grande e serio problema de Campina Grande. O novo edifício para a instalação da referida empresa, já se encontra bastante adiantado, estando em vias de conclusão a montagem do possante motor a gaz pobre<sup>18</sup>, completamente novo. A base para o segundo já está concluída. Logo os dois primeiros motores estejam funcionando, o que se espera seja em junho próximo, dar-se-á então a desmontagem parcialmente dos quatro motores da antiga empresa, para serem montados no novo edifício (Campina Grande- Noticiário dos Municípios. A União, 21 de abril de 1944, p. 2).

---

Recife. Foi promotor público em Blumenau-SC, em 1930, e juiz de direito nesse Estado. Em 1935 trabalhou como chefe de polícia. Senador da República de 1947/1951. Encerrando sua carreira como Ministro do Tribunal de Contas em 1952.

<sup>17</sup> Tratando desta temática podemos citar os trabalhos de Cabral Filho e o de Sousa os quais recuperam aspectos importantes da reforma urbana empreendida na cidade, atentando para as mudanças e as transformações vistos nos projetos de urbanização e remodelação da cidade nas suas múltiplas facetas. Segundo Sousa (2003), desde a metade do século XIX algumas cidades brasileiras vinham passando por mudanças estéticas e sanitárias, fundamentalmente em suas principais artérias. Traços que recuperavam os modelos europeus pautados em torno do ideário de civilização e progresso, neste contexto, Campina Grande acompanha os padrões das transformações urbanas que se processavam no restante do país. Cabral Filho (2007) também traz suas contribuições sobre a modernização de Campina Grande e a remodelação da cidade, verificando a experiência cidadina por meio das imagens. Na gestão de Vergniaud Wanderley, por exemplo, foram produzidas imagens da construção de uma Campina Grande moderna no intuito de alicerçar os fundamentos do progresso, desenvolvimento e civilização. As imagens desse período de fato refletiam o desejo de progresso de uma elite letrada que almejava se inserir nos padrões de outras cidades brasileiras. Ver: CABRAL FILHO, Severino. A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007.

<sup>18</sup> O gás pobre também conhecido como *gás de gasogênio*, é uma mistura combustível de gases, produzida pela combustão incompleta de combustíveis sólidos. Este tipo de gás obteve grande destaque nos períodos de escassez energética, sendo empregado em vários países, no intuito de produzir combustíveis que fossem favoráveis para o uso em motores de combustão interna e turbina a gás.

Antigo e novo se entrecruzam, um traço contraditório haja vista a notória utilização dos antigos motores que iriam servir para a nova empresa de luz. Os mesmos jornais que noticiavam o estado precário e inútil dos motores festejavam o então melhoramento com expectativa, anunciando os passos largos que passavam a ser dados na redefinição dos melhoramentos da nova empresa de luz.

Embora se cogitasse uma ampla reforma no sistema de iluminação da cidade uma usina reserva seria projetada para manter os motores que já faziam parte da usina antes da reforma, motores sucateados, um verdadeiro alinhavo no setor de geração de energia, segundo a notícia veiculada:

As máquinas que, de modo precário, trabalham atualmente, irão sofrer sérios e demorados reparos, pois não é concebível que se desprezem motores da marca dos “Atlas Diesel”, de fabricação sueca, e semelhantes. Assim, comporão eles a usina reserva em condições de auxiliar a central elétrica, quando isto se exigir por alguma eventualidade. (Usina Reserva. A União, 20 de outubro de 1944, p.2)

Embora fosse um motor que necessitava de uma série de reparos, fica claro que não poderia ser eliminado da usina de luz o motor sueco Atlas Diesel, haja vista que o seu caráter estrangeiro referendava a qualidade do produto. Bastava apenas a máquina que indicava o simbolismo que ela registrava enquanto maquinaria moderna que proporcionava o conforto a partir da geração de energia.

Para dinamizar os serviços da Empresa de Luz e Força a prefeitura contratou o engenheiro Jefferson Belo que segundo a prefeitura “estava empenhado em deixar a cidade com uma das mais modernas empresas de luz do Estado.” Para tal empreendimento seriam necessários motores com capacidade de 700 HP que resolveria o problema de luz da cidade. “Assim, Campina Grande que presentemente conta com uma iluminação péssima estando quasi às escuras, brevemente terá compensada essa grande falta com o perfeito serviço de luz e força”<sup>19</sup>

Dia a dia, progredindo em todas suas fontes de riquezas, Campina Grande, deparava-se, no entanto com o insolúvel problema da eletricidade. Fábricas, oficinas, laboratórios etc. tinham seus compromissos condicionados a um conjunto de peças gastas. Em abril último o prefeito Vergniaud Wanderley resolveu por fim essa situação vexatória. E resolveu-o a sua própria maneira, adquirindo todo o acervo da S.A Empresa de Luz e Fôrça de Campina Grande desapropriando as suas velhas instalações que obstruíam parte da mais bela avenida campinense e iniciando simultaneamente a construção de uma Central Elétrica que será em breve inaugurada. (Luz para Campina Grande. A União, 20 de outubro de 1944, p. 2)

No decorrer ano de 1944 se projetavam mudanças no quadro geral dos serviços de luz elétrica na cidade, que após ter vivenciado momentos de grandes expectativas e poucas realizações, os

---

<sup>19</sup> A União, 21 de Abril de 1944.

letrados, industriais e comerciantes, percebiam a dimensão de um caso com poucas soluções. Desta forma, as matérias jornalísticas passam a redesenhar o universo do sonho e a busca dos poderes públicos em efetivamente elaborar melhorias no sistema problemático de eletricidade de Campina Grande.

Assim, o bota-abaixo de Vergniaud atingiu a velha usina ineficiente e precária para pôr em seu lugar uma nova e moderna empresa de luz. A remodelação ia desde a instalação da usina de luz até a própria distribuição e fornecimento. Como a cidade experimentava um verdadeiro atraso em matéria de iluminação pública e domiciliar, a antiga usina de luz passou a ser representada na fala do gestor municipal como símbolo de precariedade que obstruía a grandiosa reforma do espaço urbano em Campina Grande.



Imagem 3: Visualização da região central de Campina Grande

1. Antiga usina de luz
2. Nova usina de luz



Imagem 4: Antiga empresa de Luz e Força S.A nos finais dos anos de 1930, antes da reforma urbana.

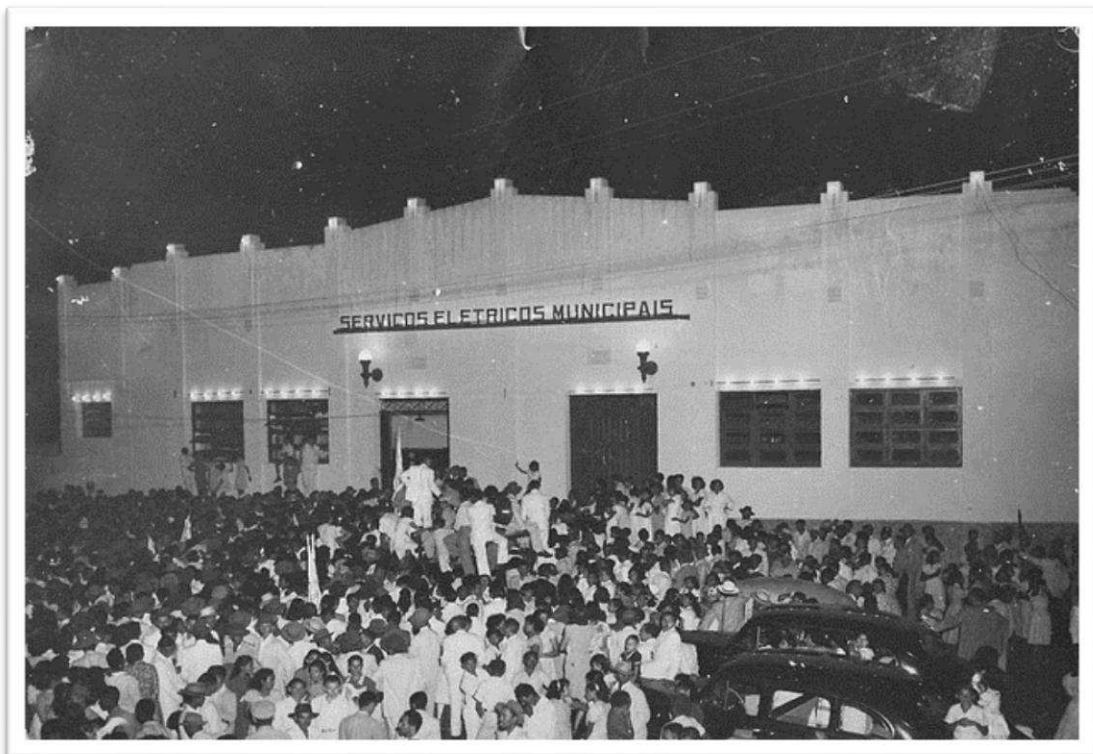


Imagem 5: Nova empresa de Luz e Força- Os Serviços Elétricos Municipais. Localizada nas proximidades do Açude Velho, anos finais de 1940.

O importante empreendimento era construir uma Central Elétrica que atendesse às demandas por energia elétrica para a decantada Rainha da Borborema<sup>20</sup>. Se este gestor tinha como principal característica dar a cidade aspecto moderno, poderia contribuir para a nova feição da iluminação da cidade e seus serviços.

Os mais diversos empenhos fôram empregados no sentido de conseguir-se o embarque nos Estados Unidos da America do Norte de dois tubos geradores, com capacidade de dois mil HP, acompanhados dos respectivos grupos de caldeiras. Porém, devido as circunstancias conhecidas, não foi possível, no momento, levar o efeito do magnifico projeto. Logo se normalizem as condições de favorecimento das fábricas norte-americanas, chegará a Campina o mencionado grupo de máquinas. Entretanto, mesmo com a ausência temporária destas, a cidade ficará dotada, com a usina ora em construção, duma central elétrica ao nível do seu desenvolvimento atual e capaz de suportar, também, as suas maiores necessidades futuras. (Esta notícia focaliza a atividade do edil Campinense. A União, 20 de outubro de 1944.)

A solução para as dificuldades no mau fornecimento de eletricidade para a cidade estava relacionada em grande medida com a importação dos materiais elétricos adquiridos para dinamizar a sua iluminação. Desta forma, tornava-se necessário dotar a empresa fornecedora de energia elétrica de equipamentos que fossem ao encontro das demandas do crescimento populacional urbano e a nova reforma de embelezamento do espaço citadino empreendida pela gestão municipal.

A Segunda Guerra Mundial estava impedindo o envio desses materiais elétricos para o Brasil. É perceptível o alerta para a população na espera da normalização das fábricas estrangeiras que naquele momento estavam a serviço da guerra na produção de equipamentos para fins bélicos. Sobre isto podemos perceber que cotidianamente os jornais publicavam propagandas na forma pedagógica de esclarecer a importância na economia dos equipamentos elétricos e sua correta utilização.

Limpe, com frequência, os globos e lâmpadas, para obter 25% a 30% mais de luz, com as mesmas lâmpadas existentes em seu lar. Use abat-jours internamente brancos, pois os escuros absorvem a luz, desperdiçando-a. Mude o forro quando necessário. Apague as luzes quando não estiver usando. É uma forma de auxiliar o país no programa de conservação de materiais. (Nove sugestões para a iluminação em tempo de guerra. A União, 25 de julho de 1943.)

E continua,

O volume da produção da fábricas da General Electric para a guerra é tão grande e o segredo exigido é de tal importância, que, por ora, nada podemos dizer. Logo, que

---

<sup>20</sup> Como propõe Cabral Filho (2007) quando Campina Grande começou a se destacar no cenário nordestino como uma considerável exportadora de algodão, angariando desta atividade as principais fontes de receita do município, passa de *princesa* da Borborema, sendo elevada à condição de *rainha* nos discursos de sua elite, que se vangloriava com o progresso e desenvolvimento da região. Ver: CABRAL FILHO, Severino. A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007.

os fatos possam ser relatados, estamos certos de que a descrição dos aperfeiçoamentos da indústria durante os anos de guerra, constituirá um dos capítulos mais fascinantes da história do progresso industrial. (Nove sugestões para a iluminação em tempo de guerra. A União, 25 de julho de 1943.)

Desta forma, o cenário do conflito mundial refletia substancialmente no que diz respeito aos aparelhos elétricos voltados para a geração de energia. Tendo a GE como grande monopolista nos assuntos referentes à eletricidade, a aquisição de motores para as usinas em Campina Grande também estavam sujeitos aos rumos tomados pela guerra e pela produção que disponibilizava esta empresa. Como bem colocam os anúncios propagandísticos, não seria inútil esperar pela normalização da produção das fábricas, pois novas tecnologias estavam a caminho. Elaborava-se assim mais uma oportunidade de espera para a compra dos motores da usina de luz elétrica.

Neste contexto da Segunda Guerra Mundial é importante colocar em relevo a dinâmica que estimula e fornece uma série de anúncios publicitários no Brasil, fazendo assim parte da política de alinhamento entre os Estados Unidos e o Brasil, configurado na política da Boa Vizinhança empreendida por Roosevelt, então pelo Presidente dos Estados Unidos.

Para tanto, os Estados Unidos contaram com o serviço de informação do multimilionário Nelson Rockefeller que se valia dos anúncios e propagandas das empresas como Ford, General Electric e General Motors com o intuito de estimular o consumo e conseqüentemente a americanização do Brasil.

Tendo em vista os eventos da Segunda Guerra Mundial com as grandes empresas voltando a sua produção para fins bélicos, não se tinha produtos para vender ao mercado internacional, mesmo assim estimulados pelas estratégias conciliadoras entre os dois países, são vinculadas propagandas com os incrementos e investimentos que o pós-guerra poderia proporcionar com a retomada da produção de mercado. Para além da venda e comércio de produtos elétricos, o fundamental residia em manter forte a política da boa vizinhança no Brasil.

Entre outras coisas se propunha melhorias na rede aérea, o fundamental era seguir os parâmetros modernos em voga e deixar de lado o problema da energia era ignorar a efetivação de um melhoramento moderno de importância para Campina Grande que se tornava cidade de desejo para o prefeito modernizador.

A distribuição de energia pela cidade será inteiramente substituída por material novo, compreendendo posteação, fios, etc. pois, como é sabido, para a rede aérea convergem vitais normas de organização das modernas companhias que exploram serviços de energia elétrica. (Rêde aérea. A União, 20 de outubro de 1944, p.2).

Somando-se as projeções de melhorias da iluminação nos espaços público e privado se intencionava modificações no sistema de transportes, por meio da eletricidade, traço do moderno que também se tornava ordem do dia nos projetos urbanísticos. Sobre os transportes, o noticiário nos fala,

Ao visitar-se Campina Grande, estranha-se a falta de transporte organizado. A face desse problema já se computou, entretanto, nos melhoramentos que se tornarão u'a bem servida cidade de luz, fôrça e transportes. Assim, ônibus elétricos percorrerão as suas ruas de ótimo calçamento e movimentadas pelo seu agitado comércio. [...] Assim, Campina Grande terá muito em breve, talvez ainda êste ano a sua nova Usina Elétrica e restabelecido o fornecimento de iluminação pública e particular. (Transportes. A União, 20 de outubro de 1944, p. 2).

Não há indícios da instalação dos bondes elétricos na cidade de Campina Grande como componente dos projetos urbanos na gestão de Vergniaud Wanderley. Na grande remodelação da empresa de luz da cidade na década de 1940, Campina Grande em poucos anos estaria servida como foi intitulado nos jornais da época com “possante empresa de luz e fôrça” ficando aparelhada o suficiente para promover a execução dos transportes de bondes elétricos.

A energia elétrica que já se mostrava deficiente nos domicílios e reduzida a voltagem em poucas ruas da cidade, explica a ausência de bondes elétricos na cidade, projeto frustrado para o tão desejado conforto dos cidadãos. Andar em modernos bondes elétricos se tornou um melhoramento apenas na capital paraibana.

Na gestão de Severino Procópio,<sup>21</sup> no ano de 1945, entre as realizações municipais obtivera destaque a nova empresa de luz,

A Usina de Luz Nova está situada nas proximidades do Açude Velho, com um edifício novo e exclusivamente destinado aquele serviço. Possui três grandes naves de filtração d'agua para refrigeração dos motores. O Prefeito Severino Procópio concluiu os trabalhos necessários para o aproveitamento dos serviços e o segundo dos motores da Nova Usina foi pôsto a funcionar já na atual administração, o que tem permitido um maior fornecimento de energia elétrica á população. Grande número de peças foram cedidas na Suécia através da Firma Luporini J. Cia do Rio de Janeiro. Parte das mesmas já chegou, esperando-se as demais dentro em breve. Logo que sejam todas montadas, entrará em funcionamento o grande motor “Atlas” de 500 HP, que virá reforçar consideravelmente a iluminação pública da Cidade. Outros serviços estão sendo atacados na Nova Usina de Luz, entre os quais o acabamento do edifício, montagem da oficina mecânica, etc. O prefeito Severino Procópio não tem poupado esforços no sentido de restabelecer o mais breve possível o fornecimento de luz e energia elétrica que tantos prejuízos tem trazido á Campina Grande. (A União, 16 de agosto de 1945, p.6 Realizações municipais em Campina Grande- Administração Severino Procópio).

---

<sup>21</sup> Nomeado prefeito de Campina Grande em 01 de abril de 1945 à 06 de novembro de 1945, na interventoria de Ruy Carneiro, em substituição ao prefeito Vergniaud Wanderley.



Revela-se a precariedade do sistema elétrico da cidade, sem deixar, no entanto, de acenar com um futuro promissor. De fato, as reformas e projetos passavam pelas mãos dos gestores municipais. Os empreendimentos da gestão de Vergniaud só foram concluídos na gestão do prefeito seguinte, e assim iam sendo efetivadas as reformas da empresa de luz da cidade.

Para além dos benefícios no setor energético apresentados no editorial, se punha em relevo as realizações do citado prefeito no que diz respeito aos melhoramentos do espaço urbano. Desta maneira fica perceptível que as representações acerca da luz elétrica em Campina Grande acabam sendo associadas às barganhas e conquistas puramente políticas; sendo assim, a eletrificação da cidade se configurou como uma oportunidade de ascender no campo da política local, pois aquele prefeito que efetuasse melhorias substanciais no caso da luz e as tornassem públicas através da imprensa, certamente poderia ganhar prestígio entre os cidadãos, ao demonstrar preocupação com os rumos do “progresso” campinense.

É neste sentido que, em matéria de melhoramentos no que se refere aos Serviços Elétricos Municipais, ganha destaque no cenário campinense o Prefeito Elpídio de Almeida<sup>22</sup>. O mesmo colocou em prática reformas de planejamento na iluminação da cidade, bem como estendeu redes de transmissão para os principais distritos da cidade.

Em agosto de 1949, a prefeitura municipal de Campina Grande com a autorização do então prefeito, contrai um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para o pagamento das duas últimas prestações do contrato efetuado entre a prefeitura e a empresa Sulzer Frères S.A, do Rio de Janeiro, no intuito de fornecer dois motores a diesel de 950 HP.

A chegada de novos motores assim como em outros momentos de relativas melhorias foi uma aquisição decantada com grande satisfação e elogio ao Prefeito Elpídio,

Conforme eram esperados chegaram a esta cidade os novos transformadores para a Usina de luz desta cidade, assim como vários outros materiais elétricos adquiridos pela Prefeitura na Suíça. Com a chegada dos novos, transformadores, e do restante do material, os Serviços Elétricos Municipais ficam em condições de poder melhorar sensivelmente a energia elétrica fornecida aos bairros mais afastados da cidade, logo que os mesmos sejam assentados e entrem em funcionamento. O Prefeito Elpídio de Almeida recomendou providências urgentes para que sejam os novos transformadores postos a funcionar sem qualquer perda de tempo. (Chegaram os transformadores da UZINA ELÉTRICA. O Rebate, 11 de julho de 1951, p.2.)<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Dr. Elpídio de Almeida, elegeu-se prefeito de Campina Grande para a gestão ocorrida entre 1947 a 1951, pela UDN. Foi deputado federal, e retoma a prefeitura de Campina Grande em 1955 até 1959.

<sup>23</sup> Em 1932 começou a circular o primeiro número do semanário O Rebate, da Sociedade Beneficente dos Artistas. Dirigido pelos jornalistas Luiz Gil de Figueiredo, Pedro Aragão e Eurípides de Oliveira. Nos anos de 1940 se torna diário, retomando seus trabalhos enquanto “órgão proletário de interesse regional”.

Em paralelo ao aumento da força motriz na cidade houve a implantação da energia elétrica nos distritos de Puxinanã, Lagoa Seca, São José da Mata, Pocinhos, Fagundes. A expectativa do novo era impresso em outras localidades próximas a Campina Grande que não deixavam de reconhecer as dificuldades vividas na cidade de grande efervescência comercial e urbana.

A chegada da luz elétrica em São José da Mata nos mostra os traços da expansão da eletricidade para as áreas mais afastadas de Campina Grande, assim como a zona rural; o noticiário abaixo clarifica o que se pretende expor:

Com o referido ato perfaz o número de cinco usinas elétricas distritais inauguradas na administração do Prefeito Elpídio de Almeida, os quais são Lagoa Seca, Galante, Puxinanã, Pocinhos e São José da Mata. Revela salientar que a atual administração encontrou todos os distritos de Campina Grande praticamente às escuras, estando firmemente disposto a deixar os mesmos com suas respectivas usinas geradoras inauguradas e em perfeito funcionamento. [...]

Homem padrão de governante nós dizemos, Prefeito Elpidio de Almeida, porque sabemos, conhecemos e sentimos o que é a política que o senhor vem fazendo a frente da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

É A POLÍTICA DA LUZ! É a iluminação da cidade, problema crucial de uma população durante quasi vinte anos, que o senhor resolveu com coragem e bons propósitos! É a luz das vilas que, como a nossa, já tiveram a felicidade de ver satisfeita a aspiração maior ou concretizado desejo suprenol. (sic) (Inauguração de São José da Mata. O Rebate, 8 de setembro de 1950, p.2)

O gestor municipal acaba por ser representado como o prefeito capaz de mudar os rumos da eletricidade em Campina Grande. Tal fato nos faz rememorar através das fontes que a compra de motores efetuada no ano de 1938 por Bento Figueiredo<sup>24</sup>, também o tornava figura de respeito ao administrar a cidade, sendo glorificado pela imprensa, por ter dedicado uma atenção especial à iluminação da cidade. Novos motores e nova usina indicavam eventos representados com grande destaque, elementos que contribuía para o desenvolvimento da cidade.

Em letras garrafais é dada atenção especial a política da luz que consistia em atribuir a Elpídio os meios para a efetivação da luz, era como se o gestor tivesse a capacidade de doar a luz, permitindo que fosse possível traçar outros rumos da eletricidade de Campina Grande em expansão.

Repetem-se também as ilusões, pois em pouco tempo as tensões reaparecem. É o reflexo de uma cidade que cresce em seu aspecto espacial, mas sem possuir as capacidades técnicas suficientes para atender ao fornecimento de energia elétrica.

---

<sup>24</sup> Assumiu o cargo de prefeito de 12/09/1935 a 18/12/1935, após ter sido secretário da Prefeitura. Retomou a prefeitura de Campina Grande no ano de 1937 até 1940, mediante a criação das Interventorias. Durante sua gestão implantou a Biblioteca Pública, Mercado Público Municipal e o Matadouro Público Municipal, que foi construído em fase de acabamento quando a Prefeitura Vergniaud Wanderley.

Se por um lado, gestores municipais eram elogiados pelas realizações no serviços de eletrificação da cidade, por outro lado, eram duramente criticados, como foi o caso de Plínio Lemos<sup>25</sup> no ano de 1953.

Estava eu fora da Cidade no mês de setembro passado, quando o Dr. Lemos numa de suas insuportáveis e ridículas “falas” pela Rádio Borborema, fez aqueles patéticos apelos no sentido de que o Povo campinense economizasse luz e energia. Lembrome bem de como a voz de S. Excia, estava trêmula, covarde e medrosa que nos fazia lembrar um réu a confessar um tremendo crime que praticou. Com o atrevimento e capacidade de sofismar de que é detentor um administrador de honestidade duvidosa, o Prefeito procurou jogar nos ombros da Câmara de Vereadores de nossa cidade, a responsabilidade pela periclitante situação da Empresa de Luz e Força de nossa terra. Todo o mal teria sido causado pelos Vereadores adversários de S. Excia pelo fato de terem votado contra o empréstimo de DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS, solicitada pelo Executivo Municipal, no qual constava um pedido de Dois Milhões e Quinhentos Mil Cruzeiros destinada a compra da quarta unidade para os Serviços Elétricos. Mas essa história é bem diferente e o Prefeito mentiu, como é seu costume, pois na hora da votação do empréstimo o Vereador Benedito Mota apresentou a subemenda nº1 cancelando essa dotação de Dois Milhões e Quinhentos Mil Cruzeiros sob a alegação de que o Prefeito, chegando do Rio de Janeiro naquele dia (dois de julho p. passado.) havia resolvido não mais comprar a quarta unidade. Sobre o empréstimo falou inicialmente o vereador Petrônio Figueiredo que abordou a péssima situação creditória da Prefeitura e mostrou o quanto é irresponsável e desastrado o atual Prefeito. Depois usou da palavra o vereador Felix Araújo que fez uma análise completa do projeto de empréstimo e condenou em palavras candentes, o infeliz governo Plínio Lemos. Vou transcrever alguns textos dos discursos pronunciados pelo vereador assassinado, para que o povo campinense principalmente os industriais e comerciantes tirem uma conclusão de quem é a culpa da péssima situação em que chegou o problema da luz e energia de Campina Grande: - Que o Prefeito pratique loucuras, dele será o crime. A Câmara não, essa não pode ser cúmplice nem conivente em aventuras. A Câmara para consolidar o prestígio que conquistou no seio da nossa comunidade esclarecida, continuará a agir como está agindo, ajuizada, prudente e objetivamente. E agora senhores pra finalizar a análise séria e objetiva das finalidades do empréstimo, apreciamos o caso da compra e montagem da quarta unidade para os serviços elétricos. Pede-nos o Prefeito Dois Milhões e Quinhentos Mil Cruzeiros para esta destinação específica. Em primeiro lugar, o preço do motor e da parte elétrica, custa, atualmente, pouco menos de Dois Milhões e Cem Mil Cruzeiros. Admitamos, entretanto que acrescidas, outras despesas, no momento imprevisíveis, se elevem os gastos da aquisição da quarta unidade a Dois Milhões e Quinhentos Mil Cruzeiros. Ainda aqui, porém, o Projeto do Executivo significa um embuste atirado a Câmara. Porque, como sabido, como é praxe nos contratos dessa natureza, como tem sido costumeiro nas obrigações firmadas entre Sulzer Frères S.A e a Prefeitura, é necessário que se efetue o pagamento do sinal numa base variável entre dez e vinte cinco por cento. Terá a Prefeitura que dispender inicialmente pouco mais de Quinhentos Mil Cruzeiros. (Plínio Lemos e o caso da Luz Jornal de Campina, 29 de novembro de 1953, p. 5).

---

<sup>25</sup> Prefeito de Campina Grande nos anos de 1951 à 1955. Foi Advogado, promotor público e oficial do gabinete de José Américo de Almeida no Ministério da Aviação e Obras Públicas.

O artigo acima retrata as querelas políticas acerca de como estavam se processando os investimentos em bens públicos, escrito no intuito de justificar a sociedade o que efetivamente acontecia com a luz elétrica da cidade. É desta forma que o Prefeito Plínio Lemos se torna o grande culpado dos problemas referentes ao fornecimento de energia, protelando a compra de mais um motor para a usina dos Serviços Elétrico Municipais. Envolvido em intrigas partidárias, piora ainda mais a sua gestão municipal, quando é acusado de ser o mandante do assassinato do vereador Felix Araújo, tendo este último denunciado de maneira veemente irregularidades em sua gestão, inclusive seu desacordo com a Câmara ao tratar da luz elétrica da cidade.

A encomenda da quarta unidade elétrica é de absoluta necessidade. Se o atual Prefeito do município, conserva em sua memória, ainda, por um espantoso milagre, as lembranças dos contratos que teve com o snr. Elpídio de Almeida, durante a campanha política em que foi eleito e nos primeiros dias da sua administração, há de estar lembrado que o snr. Elpídio de Almeida, a todo momento, estava a chamar a sua atenção para imprescindível necessidade de encomendar, imediatamente o quarto motor. Mais do que isso: mesmo quando já se anunciava a chegada da terceira unidade, deve, lembrar-se o atual Prefeito, de como o snr. Elpidio de Almeida, no desejo de colaborar com a cidade, e ajuda-lo, a bem orientar-se no trato da coisa pública, estava constantemente a lhe solicitar toda parcimônia, todo cuidado, toda fiscalização, para que não se permitisse excesso de ligações que pudessem determinar, como já o determinaram, o esgotamento da capacidade normal dos três motores. Nada disso, valeu ao Prefeito. Nem sequer lhe valeu a palavra de um técnico, de um engenheiro de responsabilidade, o Dr. Aurélio Araújo, quando em relatório sobre a Central Elétrica de Campina Grande, concluído em 27 de Dezembro de 1951, menos de um mês depois da ascensão do snr. Plinio Lemos ao poder, estudando as condições da época e previsões futuras de nossos serviços elétricos, chamava atenção para nossa empresa. Desatento as sugestões de um administrador experimentado, como foi o Dr. Elpidio de Almeida e insensível a palavra de um técnico como é o Dr. Aurélio Araújo, o snr. Plinio Lemos deixou que o tempo corresse e permitiu centenas de novas ligações. (Plínio Lemos e o caso da Luz. Jornal de Campina, 29 de novembro de 1953, p. 5).

A política local, que estava dividida entre os nomes de Elpídio de Almeida e de Plínio Lemos à Prefeitura Municipal, construía um espaço de tensões, tendo como álibi os assuntos referentes à iluminação da cidade. O fato é que na Câmara de Vereadores, partidários do Dr. Elpídio de Almeida, acusavam Plinio Lemos de não se interessar em ver as melhorias do espaço urbano, desejando em grande medida o “atraso” da cidade, se negando a efetivar a compra dos motores e equipamentos que iriam mover a quarta unidade. Tornava-se argumento forte para introjetar no público leitor a culpa numa única figura, esclarecendo justamente a população, a saber, a elite local o que efetivamente configurava o precário funcionamento dos Serviços Elétricos de Campina Grande.

Ontem como hoje, as artimanhas do jogo do político se constroem justamente por promessas em que a sociedade deposita suas expectativas em melhorias de suas necessidades cotidianas. O

prestígio poderia ser facilmente adquirido por meio de promessas e desejos dos melhoramentos essenciais para aquela cidade, como era o caso de sua iluminação.

O escândalo do caso da luz era visto como uma, entre tantas falhas, da administração do Prefeito, que segundo o discurso jornalístico, se recusava a ouvir orientações de gestores anteriores bem como a opinião técnica que lhe dava subsídios para compreender a dinâmica dos assuntos de eletrificação da cidade. Reduzia-se a utilização da energia elétrica nos domicílios, constituindo um forçado racionamento para conter gastos, mas que ao mesmo tempo, estimulava o crescimento da demanda com instalações elétricas desmedidas dentro do perímetro urbano, cujas três unidades não mais supririam a necessidade de geração elétrica.

## **2. Os debates técnicos e administrativos: à guisa de uma solução por parte dos engenheiros eletricitas.**

Nos finais da década de 1940, começam a surgir nos jornais de maneira mais contundente o que se poderia fazer em efetivo para melhorar a energia elétrica da cidade. Os discursos dos engenheiros eletricitas são postos em relevo no intuito de aumentar as possibilidades das soluções do caso da luz, tendo em vista que estes conheciam de perto o assunto.

Para elaborar uma reflexão elegemos dois relatórios publicados no jornal *A União* que sugerem uma solução do ponto de vista técnico e administrativo para resolver as irregularidades do fornecimento do sistema de eletrificação da cidade. Por meio destes debates, podemos apreender algumas diretrizes que clarificam aspectos relevantes dessa circunstância.<sup>26</sup>

E' pena, que um plano geral de eletrificação da cidade de Campina Grande, se resumia apenas em um sonho. A evidência das vantagens que sua eletrificação apresenta é tão transparente, que a um simples golpe de vista o técnico experimentado a aconselha.

E' uma obra de grande vulto que exige a inversão de um grande capital. No momento atual, em que se torna cada vez mais premente a realização desse magnífico empreendimento, julgo oportuno ventilar o assunto à guisa de informações aqueles que se não familiarizaram ainda com tal questão de tanta importância para a vida do maior centro comercial-industrial do Estado da Paraíba. O problema não consiste apenas na compra e montagem de novas máquinas.

E' preciso, antes de tudo, se traçar um plano geral, se fazer um estudo completo e detalhado do crescimento anual da cidade, do aumento do número provável de consumidores num período de X anos, do sistema de distribuição a ser adotado, do traçado de linhas de alta e baixa tensão, da tensão do serviço mais aconselhada para que mais tarde a Usina não venha sofrer modificações dispendiosas, para só depois

---

<sup>26</sup> É importante frisar que estes debates também eram presentes na capital do Estado, que convivia com a inutilidade do serviço de iluminação pública e privada, aspectos presentes no jornal *A União*.

então se resolver acerca da disposição da central, da repartição da potência entre os distintos grupos, do estabelecimento de grupos de reserva e demais partes da instalação. (A União, 20 de fevereiro de 1947, p.6. Considerações gerais sobre o plano de eletrificação de Campina Grande. – *Palestra proferida no Rotary Club de Campina Grande, pelo rotariano Dr. João Rolim Cabral, técnico da Empresa de Luz e Força.*)

Do ponto de vista racional a ausência de planejamento é apresentada como a razão crucial da precariedade da energia elétrica. A falta de projetos e medidas que trouxessem o fornecimento satisfatório inviabilizou possíveis soluções. Os elementos técnicos por si só não resolveriam todos os problemas, mas, sobretudo, seria importante fazer um balanço dos consumidores para que se pudesse ampliar o fornecimento partindo das redes de transmissão. De fato não era possível ampliar a rede de consumidores se os equipamentos permaneciam os mesmos; se tornava fundamental materiais e redes de reserva.

Uma Central demasiado grande traz consigo uma taxa muito alta de amortização e consequentemente um elevado encarecimento da energia fornecida para cobrir essa taxa de amortização, e isto é prejudicial aos interesses dos consumidores. Ao lado dessa desmontagem econômica, temos uma outra não menos importante: o rendimento.

Uma vez concluído o projeto de eletrificação de Campina Grande e determinado com maior exatidão possível o custo de suas diferentes partes, continuaremos no estudo em busca da determinação da renda da instalação projetada.

Não se limitam estes estudos, com a comprovação de que a soma arrecadada cobre satisfatoriamente os gastos feitos. E' necessário também investigar se é possível vender a energia a um preço tal suportável aos meios econômicos dos consumidores. E isto só é possível mediante o estabelecimento de tarifas com finalidades de incrementar o consumo e ao mesmo tempo melhorar a exportação de energia. E' preciso criarem-se várias tarifas: tarifas para a luz, tarifas para a fôrça e tarifas para a calefação. (A União, 20 de fevereiro de 1947, p. 6. Considerações gerais sobre o plano de eletrificação de Campina Grande. – *Palestra proferida no Rotary Club de Campina Grande, pelo rotariano Dr. João Rolim Cabral, técnico da Empresa de Luz e Força.*)

Dentro do projeto de eletrificação pensava-se também nos rendimentos econômicos de quem tinha interesse em adquirir a energia elétrica nos domicílios, elemento que deveria ir ao encontro aos gastos efetuados nas compras, manutenção dos motores e unidades de geração. Diante disso, nos chama atenção o interesse por parte dos engenheiros em ampliar a venda de contratos para que se pudesse dinamizar ainda mais as rendas da empresa de luz da cidade. Sendo assim, é perceptível que a precariedade no serviço de luz elétrica em Campina Grande não apenas se tornava tema de discussão para intelectuais, mas, sobretudo era uma preocupação daqueles que administravam os Serviços Elétricos Municipais que desejam manter seus usuários fornecendo a qualidade do serviço.

As máquinas também obtiveram destaque nas reflexões do engenheiro Dr. João Rolim Cabral na medida em que se discutia, quase que cotidianamente, a precariedade e sucateamento das máquinas da empresa. Sobre isso ele nos fala,

E' voz corrente em Campina Grande que o problema de luz só será resolvido com turbina a vapor. E' falha demais esta opinião. O caso de Campina Grande será solucionado satisfatoriamente com motores Diesel. Uma usina a vapor leva mais tempo para ser amortizada e o preço da instalação é cerca de 100% mais dispendiosa que a usina a Diesel. Além disso, o tempo de montagem da primeira é muito maior que a desta última. Uma usina Diesel aparelhada está em condições de poder atender a qualquer momento às irregularidades no serviço o que não acontecer com a usina a Vapor, pois, como bem sabemos, uma caldeira requer algumas horas para seu completo funcionamento A União, 20 de fevereiro de 1947, p.6. Considerações gerais sobre o plano de eletrificação de Campina Grande. – *Palestra proferida no Rotary Club de Campina Grande, pelo rotariano Dr. João Rolim Cabral, técnico da Empresa de Luz e Força.*)

Desse modo, era sugestão do engenheiro a decisão de qual meio de geração de energia elétrica seria mais viável para que o serviço fosse melhorado; a escolha partindo de um técnico favorecia uma medida mais econômica e que ao mesmo tempo permitiria a solução do caso: usina a diesel ao invés de uma usina a vapor. Assim, a praticidade da aquisição de equipamentos a diesel resolveria de imediato o problema. E é justamente isso que se faz: as máquinas nos anos posteriores seriam acionadas a óleo diesel.

Para tanto, foi planejado outro estudo publicado no mesmo jornal em formato de Relatório para o então Prefeito Sabiniano Maia<sup>27</sup>, expondo medidas eficazes. O Relatório recuperava inúmeras questões de ordem técnica que mostram como eram construídas as representações por parte dos engenheiros sobre a iluminação de Campina Grande bem como tentava minimizar o caso.

E' objetivo do parecer que segue, estabelecer um meio mais prático de solucionar o abastecimento de Luz e Força da cidade de Campina Grande, que ora se encontra deficiente e em estado precaríssimo, tomando-se em consideração o aproveitamento, em que for possível do material existente, solução esta que deve atender às necessidades atuais e abranger as expansões naturais de uma cidade progressista durante uma nova etapa razoável. (A União, julho de 1947, p.4. Dos estudos dos serviços de luz e força, feitos na cidade de Campina Grande, a ser apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Sabiniano Maia, Prefeito Municipal – Introdução-.)

O ponto fundamental era solucionar o abastecimento e ampliar as possibilidades de aproveitamento. Mais uma vez, é posto em relevo a falta de materiais que atendessem a demanda de aquisição de luz tanto para as residências como para os espaços públicos. Afinal de contas, todo o

---

<sup>27</sup> Prefeito de Campina Grande de 14 de março de 1947 à 30 de outubro de 1947. Cronista, diretor do jornal A União e membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

debate é construído para os projetos de tornar Campina Grande uma cidade com ares de “civilização” e modernidade.

Neste período funcionavam duas empresas de luz. A usina velha, situada na Praça da República<sup>28</sup>, nas proximidades da Floriano Peixoto principal rua do centro da cidade, neste espaço funcionavam duas unidades a Gás Pobre. E a usina nova, empreendida nas reformas de Vergniaud Wanderley estava situada junto ao Açude Velho e próximo da Estação Ferroviária composta por duas unidades a Gás Pobre e uma a Diesel.

O relatório alertava para que medidas urgentes fossem tomadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também objetivando a própria continuidade dos serviços elétricos na cidade. O trecho abaixo denuncia a total precariedade das usinas: mal conservadas e sucateadas, que vivenciavam problemas no regulador de voltagem que acabava por gerar prejuízos nos equipamentos elétricos, razão das oscilações e apagões.

[...] sem entrar em pormenores, é suficiente para demonstrar que as condições atuais das unidades geradoras são precárias ao extremo, para a continuidade do serviço dessa natureza. As duas unidades que estão em serviço não podem gerar mais do que uma fração da capacidade nominal de cada máquina, devido ao estado de conservação das mesmas. Mesmo com as limitadas ligações atuais e sobrecarregada, a voltagem não vai além de 70% do normal, resultando isto em perdas excessivas nas linhas, transformadores, medidores e subseqüentemente, elevando o custo de cada “Kilowatt” produzido fora de todas as proporções. (A União, julho de 1947, p.4. Dos estudos dos serviços de luz e força, feitos na cidade de Campina Grande, a ser apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Sabiniano Maia, Prefeito Municipal –Unidades geradoras-.)

O regulador de voltagem, pelas razões acima descritas, havia sido enviado ao Rio de Janeiro para que fosse efetuado os devidos reparos, já que era considerado equipamento fundamental numa usina elétrica. Após seu conserto, poderia, de maneira satisfatória, voltar a funcionar com rotações normais que melhorariam consideravelmente as condições da luz elétrica fornecida.

De fato, segundo o engenheiro J. Smith<sup>29</sup>, a rede distribuidora de energia necessitava de uma revisão completa, cujos postes de madeira deveriam o quanto antes ser substituídos pelos de cimento. Do ponto de vista técnico, a rede ainda era acanhada para o porte de Campina Grande, contendo

<sup>28</sup> A empresa ficava ao lado da atual Praça Clementino Procópio.

<sup>29</sup> Segundo Cabral Filho (2007), Jaime Smith era engenheiro eletricitista da Pernambuco Tramways, contratado para prestar serviço na empresa dos Serviços Elétricos Municipais de Campina Grande, na gestão de Sabiniano Maia, em 1947. Ver: CABRAL FILHO, Severino. A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007.



transmissão feita em 380 volts com treze transformadores, com capacidade total de 910 K.V.A. O engenheiro deixava claro que apenas com uma análise mais detalhada poderia se conhecer melhor a planta da cidade e conseqüentemente a elaboração de um sistema de distribuição que pudesse atender as mais variadas artérias da cidade.

Dada a ausência quase que total dos informes sobre os quais se poderia firmar um estudo no que diz respeito as atuais e futuras necessidades dessa cidade, e em virtude da restrição no fornecimento de energia durante um longo período, o único meio que resta para se poder chegar a uma conclusão satisfatória é a de comparações com outras cidades de igual tamanho, obtendo-se informações relativas as necessidades locais. O signatário foi informado que Campina Grande tem cerca de 13.000 a 14.000 prédios (habitações, inclusive industriais) e que está aumentando na razão de 360 novas edificações anuais, tendo diversas indústrias e um comércio movimentadíssimo. Os principais fatores que determinam o acréscimo da procura de energia são: a- Fornecimento seguro e abundante; b- Energia barata.

Com a instalação de novas unidades geradoras cumpre-se a primeira exigência porém, em vista da escassez de combustível, nos arredores da cidade, o preço de energia tem de ser, forçosamente, um tanto elevado. Parte do comércio e pequenas indústrias foram forçadas a adquirirem pequenos grupos geradores, visto que a Empresa não podia atendê-los nas suas necessidades e é de crer que passarão a ser abastecidos dessa fonte, uma vez que a mesma esteja em condições de fazê-lo, por questão de economia e conveniência [...] (A União, julho de 1947,p.4. Dos estudos dos serviços de luz e força, feitos na cidade de Campina Grande, a ser apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Sabiniano Maia, Prefeito Municipal- Consumo de energia).

A crise energética na cidade dificultava a compreensão dos dados quantitativos e qualitativos sobre o fornecimento e a dinâmica de consumo. Os jornais nos mostram a realidade espacial de Campina Grande no ano de 1947, cidade que crescia consideravelmente seja na construção de casas, estabelecimentos comerciais e nas indústrias. Ainda neste período a carência de energia elétrica só podia ser suprida nos estabelecimentos e indústrias que se valiam da eletricidade a partir da compra de geradores próprios, sem perspectivas de usufruo dos motores da nova usina de luz, haja vista que a pouca energia ainda muito deficiente produzida favorecia os principais espaços públicos e alguns domicílios que pagavam a conta de luz elétrica. A tendência da falta de energia contribuía em grande medida para o aumento das tarifas no que diz respeito ao serviço.

Diante das críticas publicadas na imprensa, os Serviços Elétricos Municipais se pronunciavam no intuito de tornar público as razões de mal fornecimento e oscilações constantes, considerando as melhorias de administração por parte da gestão municipal,

Afim de evitar comentários, desautorizados a respeito, os Serviços Elétricos Municipais torna público que embora sendo pensamento da Administração Municipal fornecer energia elétrica durante toda a noite e todo o dia, isto somente será possível...

1. Quando toda a rêde elétrica da cidade estiver completamente separada, de modo que a corrente pública que iluminam as ruas possa ser desligada sem interromper a corrente particular que ilumina as casas;

2. Quando o consumo da força elétrica durante o dia compensar mais ou menos o consumo de combustível para o fornecimento da mesma força, o que a administração espera em muito em breve se dará.

Fornecer energia ininterrupta, atualmente com a rêde elétrica ainda incompleta representa para a Comunidade, como sobretudo desperdício e gesto inútil de dinheiro. Os Serviços Elétricos Municipais prosseguem seus trabalhos de separação das duas rêdes - pública e particular - e espera utilizar toda a energia produzida na Nova Uzina Elétrica o mais breve possível. Quando esta previsão se realizar o fornecimento de luz e força será feito toda a noite e todo o dia, sem interrupção nenhuma, como bem está a exigir o progresso e o adiantamento da cidade de Campina Grande. (O Rebate, 26 de agosto de 1950, p.1 Serviços Elétricos Municipais.)

Ainda no ano de 1950 a grande preocupação residia em fornecer energia elétrica durante todo o dia. Tornava-se fundamental estabelecer medidas de consumo e efetivar a separação de duas redes de transmissão no sentido de melhorar o fornecimento público e privado. A sobrecarga se dava justamente pela falta de divisão das redes, traço presente na fala dos reclamantes que denunciavam que a empresa de luz privilegiava os espaços a serem iluminados, prejudicando os demais. Mais uma vez, fica evidente que as representações referendavam que o progresso e desenvolvimento da cidade dependia em grande medida do aumento da geração de energia que atendesse uma rede maior de transmissão.

### **3. Desejos e expectativas pela nova iluminação elétrica**

As memórias de Manuel Mendes atestam a precariedade no serviço de luz prestado pelos Serviços Elétricos Municipais de Campina. Manuel, que viveu grande parte de sua infância e adolescência na cidade, nos fala da impressão que teve ao retornar à Campina Grande em 1948, após um ano no Rio de Janeiro,

Depois de quase um ano vivendo numa cidade grande e bem iluminada, à primeira vista de Campina, quase às escuras, deixou Manuel uma estranha impressão. Julgando que àquela hora ainda houvesse festa na rua da Matriz, decidi descer do caminhão em frente à Prefeitura, para de lá ir no bazar apanhar dinheiro com seu pai e pagar o motorista. Mas, tal como vira em seu sonho, a rua estava vazia. A festa acabara mais cedo porque faltara luz. (MENDES, 1999, p. 145)

Muito além do reencontro com a família que havia permanecido no Nordeste, enquanto o filho mais velho fora ganhar a vida na cidade grande, o que efetivamente surpreende o narrador é o contato

com uma cidade às escuras tendo em vista a sua vivência na decantada “cidade maravilhosa” e muito bem iluminada.

Tratar do sensível não é tarefa fácil, afinal não poderemos descrever o que sentiram os habitantes de Campina Grande, que voltaram mais cedo para casa por falta de luz. A festa era justamente a festa de Natal que acontecia no Largo da Matriz<sup>30</sup>, rua central da cidade de Campina Grande. Mas, podemos indiciar que por se tratar de um período em que os discursos modernos eram ordem do dia nas cidades brasileiras, a falta de luz naquela ocasião se configurava total atraso e inferioridade.

O *Jornal de Campina*<sup>31</sup> também recuperou os assuntos referentes aos serviços de iluminação da cidade. No editorial acerca da urbanização do Açude Velho nos traz a sensibilidade dos letrados quanto ao gasto desnecessário na adoção de recursos para o embelezamento de espaços públicos, já que a cidade carecia de outras melhorias no espaço urbano, e que de fato eram prioridades,

Como ideia, nada mais notável que a urbanização do Açude-Velho. O plano Buple Marx em suas linhas gerais é realmente grandioso. Embelezará muito mais a cidade. Mas, quantos milhões serão gastos para a realização de um projeto de tamanha amplitude? Ora, senhores, não há motivos para tal espanto. As despesas são orçadas apenas na irrisória quantia de 10 milhões para uma prefeitura que só este ano espera arrecadar 35 milhões? Mas.. 10 milhões para o embelezamento de uma parte da cidade. De uma cidade em que falta tudo a começar da água. Numa cidade a cujos bairros faltam calçamento, luz, assistência social, hospitais. Falta um mundo de pequenas coisas para atender ao povo. E no entanto vamos gastar 10 milhões. (Jornal de Campina, 31 de agosto de 1952, p. 2. Urbanização do Açude Velho.)

Do mesmo modo, para além do embelezamento e urbanização do Açude Velho, o jornalista questiona outros melhoramentos, a saber a água e a luz da cidade, que em grande medida seriam muito mais importantes que um projeto grandioso como o que criticava. Em meio as descrições do espaço com luxo desnecessário, nos deparamos com a intensidade dada à iluminação do lugar que se revela como um grande espetáculo,

As pessoas que não conhecem Campina Grande, verão á sua entrada um magestoso parque no meio do açude, com seus elegantes cassinos, cinemas, soterterias e um mundo de diversões a moda americana. E não é só, em torno do velho açude, parques infantis serão instalados e á noite, nas noites escuras como breu, tudo ficará profusamente iluminado como nos sonhos orientais das mil e uma noites, ou melhor, falando em linguagem moderna, como nos filmes musicais da MGM. (Grifo nosso. Jornal de Campina, 31 de agosto de 1952, p.2 Urbanização do Açude Velho.)

<sup>30</sup> Nos anos de 1943-1944 o prefeito Vergniaud Wanderley transformou o Largo na Matriz, na atual Av. Floriano Peixoto.

<sup>31</sup> Bi-Semanário, a segunda fase do Jornal de Campina começou a circular em 1952. Sob direção de William Ramos Tejo e Virgínio da Gama e Melo. Intitulado Órgão noticioso e de interesses regionais.

Percebemos que o desejo e o sonho se entrecruzam para projetar uma luz elétrica que viesse a favorecer as noites de lazer e sociabilidades, numa cidade elaborada pelos letrados que falavam de uma iluminação que estava muito mais no campo do sonho e das expectativas do que condizente com a realidade dos Serviços Elétricos Municipais de Campina Grande. É feita uma comparação com a empresa norte-americana de entretenimento de filmes que causava grande perplexidade no público pelos seus efeitos fantasmagóricos, não economizando nos seus elementos iluminativos. Uma iluminação dessas proporções para uma praça da cidade, estaria muito distante da realidade campinense, onde de fato era necessário dar uma atenção especial para a iluminação pública e particular.

Com o objetivo de tornar públicas as dificuldades em alguns setores da cidade, o Jornal de Campina, que visava falar em nome da coletividade, divulga as dificuldades para os consumidores efetuarem o pagamento da luz:

NA PREFEITURA- É outro problema se pagar a luz. Agora, desde que foi organizado o expediente único, ficou sendo um sacrifício. Na segunda-feira passada, a fila estava quase em frente dos Armazens Nova Aurora. Se essa dificuldade fôsse notada para o dinheiro sair, vá lá. Mas, é para entrar no cofre. Que infelicidade. Se não for pago até o dia 20, tem mais 10% depois, desliga-se. Mas, como Campina Grande em pêso com centenas de instalações elétricas, pode desobrigar-se desse pagamento, se o recebimento funciona uma vez por dia e com uma só pessoa para atender? Ao menos se o serviço fôsse eletrificado. E DAÍ? - Nada resta a fazer. Se não for ao Correio, não receberá o dinheiro, o que será pior. E se não pagar a luz e água, ai sim. Irão embora de uma vez. Adeus. Água e luz é luxo. (Jornal de Campina, 26 de setembro de 1952, p.3 Certo ou errado?)

Somando-se a precariedade do serviço de luz, entra no rol das críticas o atendimento para o pagamento da conta de luz. Se por um lado desejava-se melhorar os serviços de eletrificação da cidade, por outro, o sistema de atendimento também se tornava precário. Pior seria não pagar a luz, pois se já era precária com reduzidíssima voltagem, imagine sem nenhuma. Realmente um luxo para poucos.

Cristino Pimentel, em suas crônicas eivadas de queixas pelo atraso e inferioridade nos assuntos relacionados aos melhoramentos urbanos, sugeriu um estado generalizado de doidice em Campina Grande. Ele nos diz:

O mundo esta doido Alexandre. Doidos os homens, doidas as coisas, doidos os políticos, doidos os governos, enfim, tudo doido! [...] A rêde de iluminação publica, aqui, acolá, esta sem um poste, e muitos outros sem globos, porque os caminhões e carros quebraram e a prefeitura não mandou repor. E mais, dentro de pouco tempo

estaremos sem luz porque uma de nossas grandes empresas cobriu os seus motores e está se utilizando dos nossos para movimentar suas industrias. Está bom? [...] (Cristino Pimentel. Tudo doido! Tudo doido! Jornal de Campina, 2/11/1952, p.3)

É perceptível que o quadro não mudou muito com a empresa de luz sendo da municipalidade, como atesta Cristino Pimentel ao dialogar com Alexandre<sup>32</sup>. Compreendemos que não havia uma preocupação em investir nas redes elétricas, assim o espaço público é negligenciado em detrimento do espaço privado, lembrando que este último carecia muito de melhorias, pois certa indústria da cidade, de acordo com Pimentel, tomava para si grande parte da geração de energia, prejudicando o restante da cidade que usufruía do serviço, e como se não bastasse o tráfego de veículos da cidade, quebravam os postes, com moroso conserto.

Os postes quebrados da rua Venâncio Neiva e Bêco da Casa Guerra, tem sido alvo de muitas reclamações por parte do povo. Além de ficar a via pública sem a iluminação, fica o publico exposto a um choque elétrico, quando por um descuido coloca a mão num desses postes quebrados. Também as crianças poderão sofrer muito com essa grande falta dos serviços elétricos. Mas acontece que os postes quebrados, foram pagos à Prefeitura...logo, coloca-los no lugar, não é favor é uma obrigação da Edilidade Campinense. (O povo reclama. Jornal de Campina, 14 de dezembro de 1952, p.2).

Outro elemento que norteava as queixas dos cidadãos eram os postes quebrados, caracterizando como um desrespeito aos moradores das referidas ruas. Acreditamos que a preocupação não eram as descargas elétricas que poderiam atingir os transeuntes, mas, sobretudo, a ausência completa de luz nas principais ruas da cidade. Os choques talvez fossem uma forma alarmante de se chamar atenção para o problema maior: a iluminação. Alguns editoriais foram publicados neste jornal no intuito de pressionar o poder público para melhoras da eletrificação da cidade. Com o título que expressava indignação “Será Possível?”, se falava da falta constante de luz no centro da cidade,

Perguntamos aos responsáveis dos Serviços Elétricos Municipais que ocorre com a luz dessa cidade? Sim, porque em algumas ruas temos a impressão que ainda nos encontramos dentro do demorado racionamento-forçado que tivemos de atravessar até que o Prefeito Elpídio de Almeida comprasse os dois primeiros motores de 950HP, acompanhado dos seus respectivos acessórios. Hoje, com mais um motor de 950 HP comprado... que foi também naquela administração, cujo funcionamento foi tão esperado e anunciado, quando esperamos que melhorasse mais e mais a luz então existente, lamentavelmente encontramos lâmpadas acessas, mas tão fracas que não permitem aos nossos uma regular iluminação no centro da cidade[...] Resumindo, porque não são substituídos os postes quebrados da Av. Floriano Peixoto, Dez.

---

<sup>32</sup> Alexandre tratava-se de um personagem imaginário criado por Cristino Pimentel no intuito de efetivar um diálogo em suas crônicas.

Trindade etc. não é possível Srs. que Campina esteja condenada a jamais ter a satisfação de se apresentar modernamente iluminada pois, o pouco que conseguimos já está se acabando. (Jornal de Campina, 23 de novembro de 1952, p.3 Será Possível?).

Mesmo com a reforma na eletrificação empreendida por Elpídio de Almeida, logo a cidade se viu com iluminação deficiente, o que gerava indignação, tendo em vista que grande parte da iluminação havia melhorado consideravelmente. Os materiais elétricos já pareciam sucateados.

Sem água e sem luz, eis o trágico fim que aguarda a mais bela, a mais rica, a maior cidade do interior nordestino se mãos hábeis e sadias de um futuro administrador, em tempo, não salvá-la do despenhadeiro a que foi jogada pela cúria e inercia dos que atualmente governam o nosso Estado e município[...] Mas, como uma desgraça nunca vem só, paralelamente a falta d'agua outro mal que é tão grande é a falta de luz e força para as indústrias. Os motores comprados pelo ex- prefeito Elpídio de Almeida, estão em vias de estourar, resultando do excesso de ligações. Sem água e sem luz a cidade vai sucumbir. Que fazer? Por enquanto nada. Resta esperar pacientemente as eleições de 1955. Esperar com o título na mão e uma vassoura na outra. E chegando o momento, não devemos perder a oportunidade. Vamos limpar a Paraíba. (Jornal de Campina, novembro de 1953, p. 3. A cidade vai ficar sem água e sem luz.)

Para além das pretensões da escrita jornalística, o título do editorial parece querer chocar, causar impacto e elaborar uma série de debates e discussões sobre uma cidade que durante muito tempo se prejudicou com a falta de luz. Sob o título “A cidade vai ficar sem água e sem luz”, enfatizava a importância de Campina Grande e o que restaria dela sem os elementos fundamentais à dinâmica da cidade.

Os textos jornalísticos não se prestaram apenas a projeção de uma cidade moderna, urbanizada, que carecia de melhorias apenas nos espaços públicos e nas ruas principais do centro da cidade. Como sugere Brescianni (1999) ao lado da cidade decantada enquanto em expansão e modernizada, que a cada dia, modificava sua feição estética, existia, por outro lado, outra cidade, marcada enquanto cenário negligenciado nos discursos dos urbanistas e intelectuais dedicados em descrever os projetos de modernização e embelezamento da *urbs*.

Assim, é perceptível uma cidade de bairros distantes e esquecidos, no que diz respeito aos melhoramentos urbanos, como se não fizesse parte do desejo de modernização anunciado nos principais jornais da cidade. Na conhecida “feira dos restos”,<sup>33</sup> Albino, pai de Manuel tal como outros pobres que escolhiam o início da noite, para realizem suas compras, onde poderiam comprar bem

---

<sup>33</sup> O memorialista faz referência a feira do Bacurau: “onde se vendiam as sobras do dia, o resto da escolha dos fregueses cuja riqueza e exigência da qualidade eram medidas pela hora em que iam as compras. Ver: MENDES, Manuel Pessoa. O menino do Tracunhaném. Brasília: Thesaurus, 1999.

mais, com os poucos recursos financeiros que dispunham. Ao reunir tudo em seu balaio, Albino tinha o caminho de volta para casa traçando sua rota pelas ruas mal iluminadas e quase às escuras do bairro do Prado, periferia da cidade.

Depois voltaram, juntos para casa, com o balaio de Albino em cima dos sacos das compras de Severo, no seu carro de madeira. [...] Deixaram a rua Maciel Pinheiro, calçada de paralelepípedo, descendo a Marechal Floriano, entrando à esquerda, depois da usina de luz, na rua 4 de Outubro, de terra. No final dela, a praça, com a estátua de João Pessoa e a sede do Campinense, o clube mais chique e seletivo da cidade. Algumas centenas de metros adiante, os armazéns de Araújo Rique e da Sanbra, O açude Velho e a fábrica de óleo de caroço de algodão, onde acabava a fraca iluminação elétrica. Do outro lado do açude, o início da rua Vigário Calixto. Mais à frente, entrando à esquerda, na esquina onde ficava a barbearia do seu Garcia, a rua do Prado. (MENDES, 1999, p. 38).

Sobre os bairros periféricos, a literatura memorialística, nos fornece indícios dos anos finais da década de 1930, haja vista as esparsas referências que os jornais fazem aos bairros mais afastados, sendo citados apenas com a chegada de Paulo Afonso após 1956. A medida que os personagens se afastam do centro, a iluminação aos poucos parece sucumbir. O bairro do Prado, bairro pobre, sem infraestrutura, saneamento, água e iluminação elétrica, pelos relatos podemos compreender o que significava viver naquele lugar, possuindo ainda a má fama, embora não merecesse, de ser considerado um bairro de “mulheres da vida”, pois por serem consideradas assim foram transferidas da região.

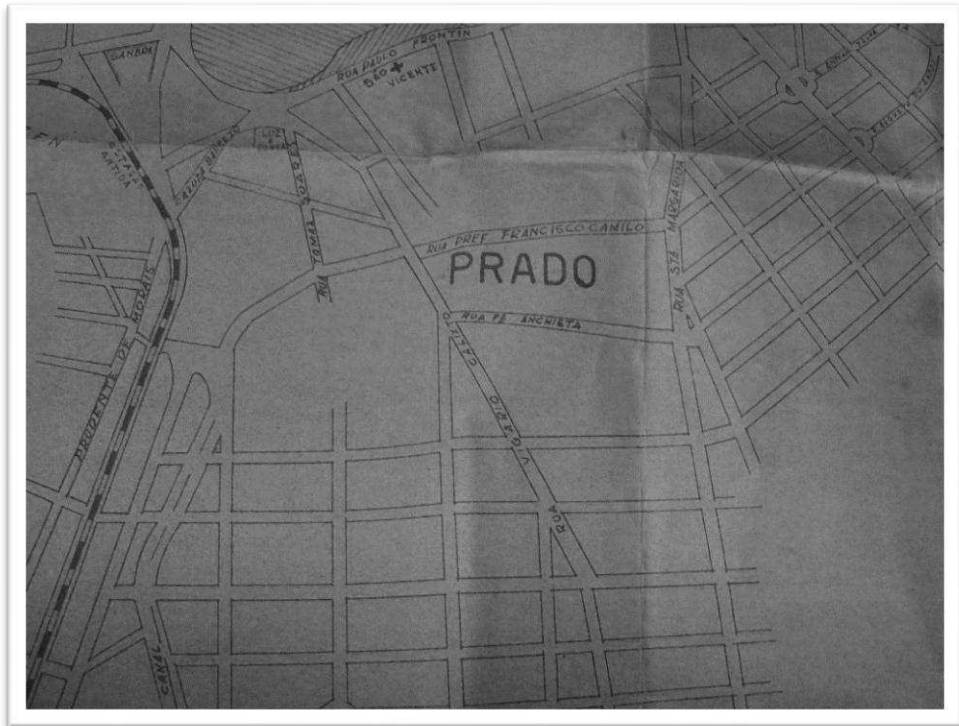


Imagem 6: O bairro do Prado, periferia de Campina Grande

Nas inúmeras reivindicações apresentadas pelos jornais da cidade à época, não se fazia menção de como era a realidade da malha urbana que começava a se expandir em Campina Grande, no que diz respeito ao seu sistema de iluminação. Enquanto os projetos de ampliação, melhoramento e compra de motores para as duas usinas da cidade, não se atentava buscar dar o mínimo conforto, o conforto de uma condição de vida minimamente humana, que no bairro do Prado em termos de iluminação se fazia com um candeeiro de lata com pavio de algodão bruto.

No início da década de 1950 os dois grandes problemas, objetos das reclamações dos campinenses eram a água e a luz. A sensibilidade que produz o editorial estampa de maneira dramática o fim a que a cidade estaria condenada caso os melhoramentos necessários nesses dois setores não fossem realizados. O descaso é explicado pelas barganhas políticas; figuras de gestores municipais acabam sendo duramente criticadas por conta da falta de tais serviços. As eleições de 1955 trariam a reeleição de Elpídio de Almeida para o município de Campina, já que o mesmo detinha grande prestígio na sociedade campinense e, principalmente quando em tese havia solucionado o grave problema da luz elétrica na cidade, efetuando a compra de motores e aumentando a carga de geração de energia elétrica.



## CAPÍTULO II

### ELÉTRICAS REPRESENTAÇÕES: A CHEGADA DE PAULO AFONSO EM CAMPINA GRANDE

*A luz em Campina Grande, Alexandre, continua decadente. Paulo Afonso não resolveu essa decadência. Calcule meu amigo, uma luz decadente! É o mesmo que um literato sem espírito. Um literato sem espírito talvez seja melhor do que uma luz decadente. A luz decadente pode melhorar ou não, e um literato sem espírito pode acender o facho da esperança ou da cabeça e fazer algo de espirituoso. (Cristino Pimentel, Cousas da Cidade 1957.)*

Nosso século se coloca diante do debate em torno de uma possível crise energética. A sociedade brasileira encara um dilema sem saber ao certo quais medidas deverão ser tomadas para reverter o quadro. O Brasil, nas últimas décadas passou a conviver com racionamentos e quedas de energia constantes, cuja necessidade de buscar recursos naturais como forma de produzir energia se tornou ordem do dia entre os órgãos responsáveis pela produção e geração de energia elétrica no país. Os apagões constantes prevalecem.

É como se nos deparássemos com o ressurgimento do passado, o que se configura na combinação de uma experiência ou renovação da sensibilidade do vivido. Evocamos, assim, uma nova temporalidade através de um passado que ainda se faz presente. (Pesavento, 1995).

Neste sentido, é importante destacar os processos que concederam à eletricidade um papel imprescindível na sociedade brasileira, tornando-a, em grande medida, fundamental para o incremento das relações socioeconômicas e culturais. Privilegiamos tratar da cidade de Campina Grande que obteve grande destaque no que se refere às atividades comerciais, considerado o maior empório comercial do interior do Nordeste.

Tendo em vista o desenvolvimento da região por meio dos grandes investimentos da produção de algodão, o capital estrangeiro se fazia presente através de empresas multinacionais que efetivavam vultosos investimentos no comércio de algodão. As firmas dotadas de grande maquinaria desde prensas hidráulicas de alta densidade, até o fornecimento do capital para a produção. Assim, as multinacionais se encarregavam de compra, beneficiamento e exportação do algodão o que contribuiu, fundamentalmente, para o pujante setor industrial e econômico de Campina Grande.

A SANBRA<sup>34</sup>, uma das principais empresas instaladas em Campina Grande, dinamizava o crescente setor industrial da cidade, possuidora de uma estrutura física com prensas, usinas, fábrica de óleo, tendo ainda locais específicos para armazenar e industrializar o produto.

A chegada da luz elétrica na cidade transformou os hábitos cotidianos. A beleza e o encantamento promovido pelos raios de luz ficam evidentes nos relatos daqueles que foram contemporâneos dos eventos. Por outro lado, trouxe a insatisfação daqueles que desejam o “progresso” e “civilização” da cidade, sendo perceptível um imaginário jornalístico marcado por sentimentos ambíguos: o desejo e a esperança depositados no novo foram experimentados juntamente com as insatisfações e as decepções.

Diante disso, foi injetado no inconsciente coletivo a necessidade de se ter esse benefício cotidiano; a iluminação surge como um símbolo que veio em grande medida contribuir para as relações vividas tanto no espaço privado como no público, seja nas ruas, casas ou estabelecimentos comerciais.

O fornecimento de energia elétrica na cidade se constituía um atraso no que está associado à sua modernização e progresso. Por ser tão precária e oscilante, como atestam os jornais e cronistas da época, expressava “franca decadência e inferioridade”<sup>35</sup>. Desde a inauguração da luz elétrica em Campina Grande no ano de 1920, já era perceptível as críticas dos intelectuais e cronistas que reclamavam a precariedade do sistema de iluminação da cidade. Anos após a inauguração, os jornais cotidianamente informavam a necessidade de renovações no contrato com a empresa de luz, maior abrangência de artérias da cidade que possuíssem energia, aumento dos horários de fornecimento, bem como se chamava atenção para a falta e oscilações constantes da eletricidade. Energia elétrica precária para o porte de Campina Grande que se via prejudicada em seu comércio e aparência de uma cidade considerada moderna.<sup>36</sup>

## 1. Repercussões na Paraíba sobre o projeto Paulo Afonso

---

<sup>34</sup> Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, filial de uma multinacional Argentina Bung Bornl instalada em Campina Grande em 1935.

<sup>35</sup> Voz da Borborema, 6/04/1938, p. 2.

<sup>36</sup> Estudamos os processos modernizantes na cidade de Campina Grande partindo das considerações teóricas de ARANHA (2003: 81-82)<sup>36</sup>, o qual estuda a modernidade nas cidades nortistas não com os traços que compõem o quadro das grandes metrópoles caracterizadas pela correria e ritmos frenéticos próprios de uma cidade moderna, mas buscando considerar seu limite físico e, a partir deste, encontrar subsídios para caracterizá-la como tal. Ver ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

A interferência do Estado brasileiro na utilização do potencial hidráulico, se deu no governo de Rodrigues Alves, preocupado com a crescente expansão do grupo Light no país. Assim, no ano de 1904, o decreto de nº 5.407 instituiu as regras para os contratos estabelecidos mediante o aproveitamento da hidroeletricidade, regulamentando a concessão sem exclusividade. Desta forma, o aproveitamento de energia elétrica esteve voltado apenas para serviços federais, não tendo força para os estados e municípios.

De acordo com Lamarão (1988, p. 30), a primeira utilização de energia hidráulica no país ocorreu no ano de 1883 em Minas Gerais, voltada para movimentar bombas de desmonte hidráulico através da pulsão de jatos d'água que revolviavam o terreno rico em diamantes. Esta utilização ainda reduzida permitia o fornecimento de iluminação elétrica às dependências das minas e às casas dos funcionários que moravam perto da empresa.

Lorenzo (1997, p. 169-170), nos informa sobre as primeiras experiências de produção de energia hidrelétrica na região sudeste, em especial São Paulo, considerado pólo de intensa produção cafeeira, que nos anos de 1920 integra o cenário do aumento da capacidade produtiva, revertida em energia hidráulica que se tornava mais barata em relação à energia térmica, gerada com carvão importado. Em meio ao crescimento urbano e industrial na cidade de São Paulo nos anos de 1920, a Light encontrou a construção da Usina de Cubatão como solução para atender a demanda exigida na geração de energia, tem-se, assim, uma série de investimentos no campo da hidroeletricidade.

A primeira usina hidrelétrica do Nordeste foi criada em 1913 através da iniciativa de um industrial cearense, Delmiro Gouveia, instalada na cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco, em Alagoas. A usina tinha como objetivo acionar a maquinaria da fábrica de tecidos do industrial, somando-se a isto, a energia era voltada para a iluminação da Vila Operária onde moravam os trabalhadores de sua fábrica.

Desta forma, as pequenas usinas foram construídas basicamente para as necessidades de fornecimento de energia para serviços públicos de iluminação e atividades econômicas. Já em 1934, cerca de 80% da capacidade instalada de energia elétrica na região Sudeste tinha origem hidráulica.

Com isto, em 1934 teremos a implantação do Código de Águas que muda os caminhos da legislação brasileira em torno da produção, consumo e distribuição da energia elétrica, sendo considerado instrumento legal básico da regulamentação do setor de águas e energia elétrica. Entre alguns elementos vislumbrados no projeto, era enfática a sistematização dos aproveitamentos hidrelétricos do país, bem como atribuía-se à União o poder de autorizar ou conceder o aproveitamento de energia hidráulica. O papel dos Estados neste projeto era justamente criar um

serviço técnico e administrativo, com a organização aprovada pelo governo federal. Desta forma, o Código de Águas abriria caminhos para o regime de autorização e concessão dos aproveitamentos hidroelétricos.<sup>37</sup>

Na Paraíba, temos indícios que fazem referência ao Código de Águas e às possíveis melhorias no setor de geração de energia, enfatizando o dilema vivido no país no que diz respeito às matrizes energéticas, onde se projetava a legalização e ampliação da energia hidráulica. A maior parte da produção de energia elétrica na Paraíba, era feita por meio da termoeletricidade, tendo em vista a pouca produção e a escassez de recursos hídricos na região. Apenas na década de 1940, começaram a surgir na região as possibilidades energéticas mediante o aproveitamento hidráulico do Rio São Francisco.

Assim, em Campina Grande, a pouca energia produzida pela empresa concessionária Luz e Força S.A e posteriormente pelos Serviços Elétricos Municipais, era de origem térmica, o que justificam os poucos investimentos e melhorias em seu fornecimento. Em se tratando de investimentos para a implantação de empresas concessionárias de energia elétrica de grande porte, como obtiveram destaque no Brasil a Light e a Amforp, buscava-se, sobretudo, regiões atraentes para grandes investimentos.

Sendo assim, no interior dos estados, funcionavam numerosas empresas de pequeno porte, fossem elas concessionárias particulares a serviço da municipalidade ou empresas mantidas pelas prefeituras, atendendo precariamente os consumos locais, sem investimentos, com reduzidas unidades termelétricas com pouca capacidade de potência.<sup>38</sup>

A grande demanda do setor industrial do eixo Rio de Janeiro- São Paulo atraiu em grande medida os olhares quando se pensava no setor de produção de energia. Por se considerarem exclusivos consumidores em potencial de energia elétrica, obstaram possíveis incentivos para as regiões Norte e Nordeste, traço que pode ser vislumbrado na historiografia da energia elétrica do Brasil onde pouco se fala da região Nordeste, espaço visto como atrasado e que certamente não necessitaria de consumir eletricidade e/ou aparelhos elétricos.<sup>39</sup>

Nos anos iniciais de 1940, os brasileiros buscavam o crescimento econômico e a industrialização. A cada momento era perceptível a ampliação dos rumos da urbanização, assim como projetos de intervenção no que se refere ao espaço citadino. Iniciativas por parte do governo federal,

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> LAMARÃO, S. T. N. ; CABRAL, L. M. M. ; CACHAPUZ, P. B. B. . Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

atestados nas figuras de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra buscaram efetivar a implementação de um conjunto de projetos que proporcionassem o desenvolvimento e a industrialização no país.

Neste cenário desenvolvimentista é dado um destaque especial à exploração dos potenciais da eletricidade. Com o intenso crescimento da população, cresce proporcionalmente o consumo de energia elétrica o que provoca sua escassez, razão e estímulo à medidas pioneiras no campo da geração de eletricidade.

Em meio à crise da demanda por energia elétrica no Brasil nos anos de 1940 que começava a ameaçar o crescimento econômico do país, proveniente do aumento do consumo de energia para várias finalidades, exige-se do país medidas preventivas. Desta forma, Getúlio Vargas solicita uma equipe técnica norte-americana liderada por Morris Cooke com a finalidade de ajudar no planejamento da economia do Brasil. Ao traçarem um diagnóstico, consideraram que entre os principais entraves para o desenvolvimento do país estava as deficiências no setor elétrico.<sup>40</sup>

Com isto, é criada em 1943 a Comissão Técnica Especial do Plano de Eletrificação, no intuito de promover debates entre os grupos da indústria da eletricidade para que pudessem traçar metas para um efetivo Plano de Eletrificação no País. Assim, o Plano Nacional de Eletrificação concluído em 1946 visava estabelecer diretrizes objetivando o desenvolvimento do setor de energia elétrica no país. Consequentemente, o fundamental era criar sistemas interligados regionalmente, atentando para a demanda inicial dos planos de eletrificação nos estados brasileiros. Assim, fazia-se necessário dividir o país em regiões que pudessem ser autossuficientes em recursos energéticos de acordo com a demanda de consumo.

Entre as medidas partindo de iniciativas estaduais, é importante citar a primeira empresa de eletricidade criada pelo governo federal, pelo decreto-lei de nº 8.031, de outubro de 1945, quando é implantada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), visando o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso para suprir as necessidades energéticas da região Nordeste, precariamente servida por usinas termelétricas.

Trinta anos mais tarde, a construção de uma grande central geradora em Paulo Afonso foi apresentada pelo Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, como solução definitiva para o problema energético do Nordeste. Essa proposta representava uma revisão profunda nos programas federais para o Nordeste, aquela época basicamente voltados para a parte setentrional da região, em detrimento da área cortada pelo curso médio e inferior do São Francisco. (LAMARÃO, 1988, p. 95-96)

---

<sup>40</sup> Idem.

Era a oportunidade desejada para os nordestinos que conviviam com os deslizes em seu sistema elétrico, suprimindo os sistemas distribuidores regionais que ficavam a cargo dos governos estaduais. Anteriormente aos projetos de criação da Chesf, as melhorias nos setores energéticos eram voltados para a região Sul, como atesta a historiografia sobre a temática, assim era possível pensar no desenvolvimento da região Nordeste, enxergando-a como região potencialmente consumidora de energia elétrica.

Neste contexto, a criação da Chesf representaria, em grande medida, o desenvolvimento do setor elétrico, somando-se assim mais um campo de geração de eletricidade. O objetivo da Chesf residia na construção de usinas de grande porte na região Nordeste podendo assim atender à demanda por energia elétrica.

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1951) também efetivou políticas públicas para o setor de energia elétrica, onde se destaca o Plano Salte, que se propunha a resolver por meio de obras públicas os problemas de setores fundamentais para a economia brasileira: saúde, alimentação, transportes e energia.

Neste sentido, cerca de 60% dos investimentos dedicados a eletricidade estiveram voltados para os orçamentos da Chesf na construção de Paulo Afonso e outras hidrelétricas, tendo outra parcela dos investimentos dedicados ao auxílio de empresas, órgãos públicos, assim como a eletrificação rural e a indústria de equipamentos elétricos.

A imprensa paraibana não silencia diante das repercussões desfavoráveis sobre os possíveis benefícios que a cachoeira de Paulo Afonso traria para a região, como atesta o editorial publicado no jornal *A União* em 1945:

Eis um assunto de grande interesse para o nosso povo- o aproveitamento industrial e progressivo da energia hidráulica do grande e desconhecido rio, posto que seja aclamado o rio da unidade nacional. Mas, o que se vê, infelizmente, é uma multidão paralisar-se a pensar que se movimenta, somente por sacudir a sua triste argúcia ao ramerrão das inconveniências, quando pensa traças o destino do Brasil. Não estamos ainda esquecidos da visita que fez a Paraíba o ministro Apolônio Sales, para expor ao governo e a particulares o plano de aproveitamento do potencial da Cachoeira de Paulo Afonso. Esse plano logo o mais irrestrito apoio do Governo Paraibano, verdadeiramente interessado pelo desenvolvimento do Nordeste.

Pouco tempo, depois, dois dos nossos companheiros foram ouvir de perto a “garganta rouca de gritar pelo Brasil” e ampla reportagem foi publicada nesta folha e em outros jornais, revelando aos brasileiros o panorama das regiões franciscanas, com todas as possibilidades de um renascimento de cujos resultados teríamos uma boa parcela de melhoria para o nosso Estado.

O sonho do sr. Ministro da Agricultura, a primeira vista, tinha como um sabor de coisas miraculosas. E enquanto, os nossos companheiros, cheios de patriotismo davam uma justa amplificação ao plano em estudo, alguns órgãos do Sul do país, se limitavam a proclamar imaginário o que chamamos aurora redenção para o Nordeste.

Achavam esses confrades que não havia necessidade de tanta energia hidro-elétrica, porque o Nordeste não tinha indústria, como se houvesse outro motivo do nosso tardo progresso afora o descaso com que fora sempre tratado o rio São Francisco. É verdade que o combate ao plano de Apolônio Sales não tinha feição política. Mas, parecia ter, como também parecia que por parte do São Francisco havia o intuito de ser candidato ao maior posto do Brasil. Ao que parece, já não existe por parte de alguns jornais esse amor a desagregação de tudo, e podemos dizer triunfante a ideia do grande ministro que, sendo filho do Nordeste, bem compreende as necessidades dessa região. No aproveitamento da energia hidro-elétrica do São Francisco, não pode haver vidente que descubra uma iniciativa de feição suntuária. Tudo está bem claro, redundará em benefício para o povo do Nordeste.

Aos que vivem nas capitais se falam de vexames oriundos da escassez e carestia de gêneros alimentícios, não sabem o que é a vida para os habitantes das regiões secas, da luta do homem que tem nos olhos quase sempre a visão dos mandacarus e dos facheiros, das serras lisas que, aos afagos do sol, parecem montanhas de brasas. Assim, podem combater todas as iniciativas que visam fortalecer a vida nacional. Mas, está decretada a autorização da Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco. Será um fato a industrialização do Nordeste. (A União, 5 de outubro de 1945, p. 4. Notas do dia. Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco).

São rememorados na fonte a visita do Ministro da Agricultura Apolônio Sales à Paraíba e as excursões que foram feitas a cachoeira de Paulo Afonso para tornar público para os paraibanos a grandiosidade da obra. Assim, é enfatizado o desinteresse que marcou os planos de construção da Hidroelétrica de Paulo Afonso, vistos pelas empresas do Sul- Sudeste como algo surreal para a região Nordeste que na ótica dos sulistas não possuía indústrias que pudessem exigir grandes somas de energia, uma justificativa que caía por terra, pois a Paraíba, por exemplo, tinha uma dinâmica bastante visível nos assuntos referentes aos processos de industrialização, necessitando efetivamente dos investimentos no setor energético.

Para tanto, as secas que assolavam as regiões nordestinas também são postas em relevo nos argumentos que deveriam construir a hidroelétrica para o Nordeste, pois a realidade de estiagem marcava a vida dos nordestinos, no entanto, grande parte desse desejo partia de uma parcela da população que usufruía da energia.

Considerado como o renascimento do Nordeste, se tinha em efetivo total apoio do povo paraibano que acreditava nas profundas melhorias do espaço urbano, seja na dinamização das fábricas, como também, nas práticas e lazeres cotidianos que seriam ampliados com energia elétrica de qualidade, atendendo por completo as necessidades das regiões que receberiam o investimento.

Estes argumentos contra a efetivação da hidroelétrica não foram muito longe, pois muito além do suprimento do fornecimento de luz, permitiria também a irrigação de vastas áreas atingidas pela seca, contribuindo ainda para o fornecimento de energia para fins industriais. Assim, em efetivo, as

representações em torno da construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso se constituíam como uma mudança no que diz respeito à produção de energia elétrica.

Os dados estatísticos sobre o potencial da queda d'água, geralmente divulgados, representam, o primeiro cartaz convincente para o gigantesco plano do Ministro Apolônio Sales. Dos 55 milhões de cavalos-vapor existentes na América do Sul, 33 milhões pertencem ao Brasil e 1.500.000 se concentram em Paulo Afonso, numa feliz concorrência com as principais quedas do mundo. É evidente que a utilização prática desses números espetaculares, motivos antigos para rivalidades literárias entre grandezas naturais, exigem o máximo de competência na praticabilidade e previsão dos planos- pelos estudos de ordem técnica, econômica e financeira. Barata e abundante, a eletricidade se distribuirá pelo Nordeste inteiro, sangue novo para as indústrias e principal elemento para uma reabilitação decadente de nosso lamentável padrão de vida. (A União, 26 de Janeiro de 1945, p.1. Os poetas aderem a eletrificação. *Da eletrificação.*)

Desse modo, serão recorrentes no jornal *A União* matérias abordando a produção de energia partindo do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso. Em 1944, o então interventor do estado da Paraíba, Ruy Carneiro, expõe seu apoio à iniciativa deste melhoramento, já que a capital também sofria com a deficiência no fornecimento de energia. Durante o período de construção da hidroelétrica diariamente foram publicadas notícias acerca da importância do potencial energético da região.

Um dos mais arrojados planos a que vai se entregar o Estado Nacional é o aproveitamento industrial da Cachoeira de Paulo Afonso. Aquele maravilhoso potencial hidráulico a perder-se indefinidamente, nunca deixou de centralizar a atenção da nacionalidade, desafiando-lhe energia e ação para o domínio de suas águas barbas e soltas. Getúlio Vargas, resolveu enfrentar a incógnita da Cachoeira de Paulo Afonso e tirá-la do ambiente contemplativo de estranha e aterradoramente bela beleza natural, para jogá-la no mundo das realizações objetivas, beneficiadoras do homem brasileiro. E, assim, acaba de aprovar o plano de seu aproveitamento industrial, que se processará através da ação do Ministério da Agricultura, com o plano inicial de 110.000 KW. A execução do grandioso plano prevê a distribuição de energia as capitais nordestinas, inclusive João Pessoa. Solicitado o apoio da Paraíba nesse sentido, pelo Ministro Apolônio Sales, não se demorou o Interventor Ruy Carneiro em manifestá-lo integral e entusiástico. (O aproveitamento industrial da Cachoeira de Paulo Afonso. A União, 21 de outubro de 1944, p.1)

É desse modo que os planos de eletrificação do Nordeste mediante o aproveitamento de Paulo Afonso passam a ser representados nos jornais vinculados na Paraíba como elementos primordiais para a dinamização das indústrias e conseqüentemente melhoramentos no setor econômico. Getúlio Vargas “mostra-se interessadíssimo em aproveitar as energias hidroelétricas do país, que são, como se sabe, abundantes”.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> A eletrificação do Nordeste, A União, 28 de outubro de 1944, p.3.



“Bárbaras” e “soltas” deveriam ser exploradas para o melhor desenvolvimento da região Nordeste, dando aspecto de deslumbramento e natureza inexplorada do lugar. A importância de colocar em relevo as cachoeiras se fazia justamente no intuito de criar a expectativa e o desejo que estaria a caminho, cujas imagens representavam simbolicamente a grande possibilidade de geração de energia para uma cidade que convivía com os percalços no fornecimento de luz para as mais variadas atividades no espaço público e privado da cidade.

Objetivando tornar público as medidas de ampliação da geração de energia no Nordeste, em 28 de outubro de 1944 vem à Paraíba o Ministro da Agricultura Apolônio Sales no intuito de discutir as questões referentes ao aproveitamento do São Francisco. O objetivo residia em tratar, com os governos estaduais, que seriam beneficiados com o melhoramento, as questões técnicas e econômicas do projeto. Por parte do interventor do Estado cabia a tarefa e a oportunidade de expor a situação administrativa e econômica em se tratando das fontes energéticas, de acordo com a publicação no jornal que reproduz a fala do Ministro,

[...] Finalizou afirmando que a Paraíba se achava absolutamente integrada nessa esplêndida tarefa, pronta para cooperar com o plano da nossa recuperação econômica, através da energia trazida da cachoeira de Paulo Afonso para desenvolver mais rapidamente o progresso do homem da terra nordestina. Adiantou estar certo de que na Paraíba onde sempre ecoaram com intensidade marcante os grandes movimentos cívicos nacionais, e as grandes iniciativas econômicas, o plano elaborado seria recebido com entusiasmo e consciência de sua necessidade inadiável.

<sup>42</sup>

Fica claro a necessidade dos Estados em prestar total apoio à política varguista, para conquistar a aquisição de energia hidráulica. Para tanto, o intenso apoio prestado ao governo federal pela Paraíba, parece expressar uma necessidade urgente: a recompensa do estado viria certamente em forma de benefícios a partir da cachoeira de Paulo Afonso. Aos poucos, representações vão sendo construídas e, de maneira enfática, os jornais falavam do que significaria a adoção da hidroeletricidade, justificando a importância da Cachoeira de Paulo Afonso para a Paraíba que começava a se industrializar.

Paulo Afonso é, pois, um programa para o Nordeste. Por tudo isso, prevejo que o avanço para a segunda etapa se fará apenas instaladas as duas primeiras turbinas. Não preciso acentuar o que significa a eletricidade para os misteres agrícolas em geral e sobre os quais falei na minha conferência na A.B.I. No Nordeste a simples satisfação das mínimas necessidades humanas do conforto já seria suficiente para o consumo integral da energia captada ao São Francisco com a instalação das duas

---

<sup>42</sup> Idem.

primeiras turbinas. Não podemos mais acreditar que permaneçam os homens do interior, mesmo nas cidades, para não falar dos campos, sem luz, sem rádio, sem os demais confortos da vida proporcionados pela eletricidade. Desertarão para o gigantismo das capitais a absorver a seiva criadora da vida rural. Não posso anunciar ainda a construção da companhia. Não terminaram os estudos necessários ao pronunciamento das autoridades que ora opinam sobre a obtenção de recursos. Espero, porém, que isto logo aconteça, e que se organize esta entidade a que o presidente Vargas confiará a missão de atender a ânsia de prosperidade e de vida de cerca de dez milhões de brasileiros. (A União, 14 de dezembro de 1944, p. 3. Eletrificação imediata de todo o Nordeste.)

A fonte jornalística nos faz perceber que mesmo antes dos projetos de criação da Chesf e a efetiva construção da hidroelétrica de Paulo Afonso, a imprensa da época estava sintonizada com os debates em nível nacional mostrando as repercussões na Paraíba das possibilidades de aproveitamento da energia hidráulica, advindos da própria região Nordeste.

É posto em relevo a importância da eletricidade enquanto maquinaria do conforto, se a termoeletricidade não permitia de maneira favorável a produção de energia suficiente para a cidade, a hidroeletricidade na representação da cachoeira de Paulo Afonso abria caminhos para tal possibilidade. De fato, é cogitada claramente a necessidade da eletrificação rural, que começava a ganhar espaço nos debates sobre a produção e consumo de energia elétrica.

No jornal *A União* se tornava recorrente o debate acerca das melhorias no setor elétrico para todo o país, em especial o Nordeste. Conforme o articulista Castro e Silva,

As cachoeiras, que ainda se lamentavam ao abandono, poderão também aproveitadas e poderão alimentar as máquinas, dando-lhes a força e energia necessárias e permitirão, com isso, que as matas e as florestas se desenvolvam, porque os vapores não mais precisarão de lenha. Quem viu e admirou a Paulo Afonso, como eu, tem que possuir esperanças bem profundas no Brasil de amanhã, porque aquelas águas afoitas, que se debatem representam força e poder hidráulico capazes de fomentara indústria dessa região nordestina. E com energia barata e fácil, como é a hidráulica, o padrão de vida tornar-se-á mais acessível a todos e as nossas condições de desenvolvimento serão outras, no conceito continental em que formamos como povo. O aproveitamento das quedas-d'água se impõe, mesmo que se deva mais dispendir uma boa soma inicialmente. O potencial hidráulico de que dispomos aliado a siderurgia que virá em breve darão ao Brasil todas as possibilidades de que necessitamos, no momento, para atender, em definitivo, a colaboração que nos foi destinada, como povos livres, para o reerguimento e organização de um novo mundo, democraticamente capaz de acolher a todas as gentes que hoje se debatem nos horrores da guerra. (A União, Potencial Hidráulico e a indústria Nacional. Castro e Silva, 21 de julho de 1944, p. 4).

O objetivo era substituir a forma de geração de energia térmica já que a construção da hidroelétrica de Paulo Afonso possibilitava um considerável aproveitamento energético. Os rumos industriais seriam beneficiados dispondo do potencial hidráulico, e, pouco a pouco, a indústria elétrica

se efetivaria nacionalmente proporcionando o desenvolvimento do país que naquele momento se via, em grande medida, paralisado no que diz respeito as importações por conta da Segunda Guerra Mundial. A promessa se construía como benefício para todos os grupos sociais, haja vista o barateamento que a princípio favorecia a produção da hidroeletricidade.

No artigo, a questão ambiental aos poucos se definia no campo de geração de energia. Para os contemporâneos a queima da lenha trazia grandes impactos ambientais, no entanto não se expunha no conjunto das construções da hidroelétrica de Paulo Afonso os possíveis impactos ambientais ou em futuras hidroelétricas.

O incentivo para a importância da eletricidade se dava justamente pelos planos do órgão de Eletrificação do País, no intuito de estimular a sua produção energética. O Brasil, em 1944, se encontrava em 4º lugar entre os países mais ricos em se tratando dos recursos de energia hidráulica, tendo apenas a frente Rússia, Estados Unidos e Canadá.

A ELETRICIDADE constitui uma das indústrias básicas do mundo moderno. É tão importante para a independência econômica de um país, como a do ferro, do carvão e do petróleo. Dela depende hoje a amplitude industrial das nações civilizadas e, pelo índice de seu aproveitamento se infere o grau de progresso e de desenvolvimento econômico de um Estado. Como fator de civilização e fator social, a energia elétrica representa papel importantíssimo porque aumenta a capacidade de produção dos núcleos humanos- provoca o barateamento dos produtos onde atinge e eleva o padrão de vida do homem, criando este, hábitos de conforto e de higiene. O governo tem tornado bem clara a sua tendência de aproveitar as nossas fontes de energia hidráulica em eletricidade. E este critério é justificável porque somente assim poderemos ter esse fator de desenvolvimento a preços baratos e facilmente. Seria um crime desprezar os nossos desníveis e quedas de água e, ao contrário preferir a eletricidade de origem térmica. O potencial hidráulico brasileiro está avaliado em 14.366.000 KW, avaliação está que foi feita considerando as descargas de estiagem. (A União, 3 de dezembro de 1944, p. 3 O Brasil terá energia elétrica fácil, abundante e barata)

O destaque conferido à eletricidade enquanto maquinaria moderna, com capacidades tecnológicas fundamentais para a dinamização das cidades, passa a ser enfatizado como potencialidade partindo da matriz hidráulica. Anos após a sua efetivação na vida urbana moderna permanecem contundentes as representações em torno de suas vantagens e benefícios o progresso econômico e a modernização de uma cidade.

Somando-se aos benefícios no âmbito econômico se destaca a mudança das práticas cotidianas que são potencializadas com o uso da eletricidade e, mais ainda, sendo esta de origem hidráulica o que favorecia o seu barateamento; possibilitava-se assim facilidades no que diz respeito ao conforto no espaço privado.

Para tanto, fazia-se necessário extrair do próprio país os recursos energéticos necessários para atender a demanda das indústrias e de atividades que dependiam fundamentalmente do uso da eletricidade. Fica claro a existência de importação, o que contribuía para a carestia do produto, sendo importante planejar a crescente utilização dos recursos hídricos disponíveis, permitindo assim o incremento industrial e o desenvolvimento do país.

Anunciava-se a necessidade de orçamentos voltados para a produção de energia elétrica com a construção de três grandes obras, a maior delas de fato se tratava do aproveitamento hidráulico do Rio São Francisco que de acordo com estudos da época poderia produzir milhões de KW, e entre os estados beneficiados estaria a Paraíba.

Tornava-se fundamental justificar aos leitores que a usina de Paulo Afonso poderia redimir as cidades paraibanas das sombras que viviam por conta da falta de recursos para incrementar fontes energéticas caras e que não mais atendiam às demandas que as cidades exigiam com o crescente e amplo processo de urbanização.

De boa fé, ninguém dirá que não está na formidável queda, na “garganta rouca de gritar pelo Brasil”, a maior esperança do Nordeste. Durante muito tempo o rio São Francisco rolou triste e barrendo a procurar o descobridor. Tinha o seu curso monótono o mesmo aspecto das populações ribeirinhas descrentes de tudo, diante do abandono o que foram lançadas. A cachoeira era um motivo simplesmente lírico passando como uma dádiva do 2º Império, história está muito sem jeito. Iam olhá-la turistas apressados que largavam, diante de tanta água e tanta espuma, o éco inexpressivo da sua admiração meio cavilosa: “Oi como é bela!” E achando que tudo se poderia reduzir a ação de Delmiro Gouveia, no município da Pedra, deixavam a Cachoeira, aquele “abismo colossal dos elementos.”

Era necessário, porém que a Cachoeira de Paulo Afonso deixasse de ser temas de poesia, de entusiasmo e de eloquência nacional. Urgia a entrada daquela força formidável no domínio da realidade. E foi assim que se pensou no aproveitamento do potencial hidro-elétrico do Rio São Francisco. Chegou-se finalmente a conclusão do que o Nordeste não poderia progredir sem a solução do problema da energia barata. Precisamos deixar de ser uma geração argamassada de dúvida, porciando (sic) descrença. Devem ser aplaudidas ruidosamente pelo povo as grandes idéias destinadas ao engrandecimento de nossa pátria. Antes de tudo devemos ser economicamente fortes, para que possamos acreditar na fortaleza de que precisamos ser revestidos, para todos os imprevistos. O que Volta Redonda representará para o Sul, há de ser do mesmo tamanho que a Cachoeira de Paulo Afonso representará para o Norte. (A União, 14 de novembro de 1945, p.2 Volta Redonda e Paulo Afonso.)

É interessante indicarmos a metáfora que acompanha a matéria jornalística: “Garganta rouca a gritar pelo Brasil”, o país possuía grande potencial energético por meio do Rio São Francisco, mas não teve interesse em seu aproveitamento, sendo esquecido pelo próprio Brasil. Daquele “oásis no deserto” da região marcada pela estiagem poderia se extrair os recursos que mudariam a situação do país no que diz respeito as fontes energéticas. Como já foi exposto em outro momento do texto, grande

parte, senão todas cidades nordestinas, eram movimentadas por usinas termelétricas que orçavam grandes somas em dinheiro para sua manutenção e compra de equipamentos que vinham de outros países. Efetivamente, Paulo Afonso proporcionaria a solução para problemas técnicos e seu barateamento atendendo uma parcela maior da população.

Fundamentalmente, deveria destacar a importância de Paulo Afonso com suas fontes capazes de gerar energia. A matéria jornalística nos mostra a pouca atenção dada em outros contextos históricos àquele lugar, que viam as cachoeiras de Paulo Afonso como mera atração turística ou tema para poetas sem atentar para os recursos hídricos da região. A necessidade de progresso econômico e os avanços tecnológicos das regiões nordestinas só seriam possíveis mediante o aproveitamento a partir do Rio São Francisco.

Faz-se uma comparação dos aproveitamentos hidroelétricos nas regiões Sul e Nordeste, pois os mesmos benefícios que viriam a ser festejados no Nordeste com a construção de uma hidroelétrica, também poderiam ser da mesma maneira em Volta Redonda.

Imaginemos as expectativas que essa mensagem poderia causar numa cidade marcada por tensões em torno do seu fornecimento de energia elétrica, como era o caso de Campina Grande.

Embora se enfatize o desenvolvimento progressivo e a rapidez com que a energia elétrica reflete na vida cotidiana de uma elite cidadina, a introdução da eletricidade apresentou seus momentos de oscilações e precariedade, e mais ainda, um sistema que exigia caras manutenções. O que significava “atraso” para aqueles que podiam pagar por tal recurso, sem falar dos populares que careciam por completo dos benefícios da energia elétrica, utilizando em seu cotidiano, métodos considerados obsoletos de iluminação.

A publicidade jornalística também referendava a grandiosidade da obra, na medida em que enfatiza a mudança dos rumos do Nordeste por meio de Paulo Afonso. Em 1947, aparecem no jornal *A União* representações imagéticas trazendo a importância do que significaria para o Estado paraibano a criação e implantação da hidroeletricidade, e mais ainda, por se tratar de um estado marcado pela precariedade na geração de energia térmica.



Imagem 7: A União, 06 de Dezembro de 1947

O objetivo primordial residia em reunir uma quantia considerável de subscrições apoiando assim a construção da hidroelétrica, como uma forma de incentivar a ajuda dos governos estaduais ao plano de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso. *“Paraibanos! Cumpri vosso dever de contribuir concretamente para o desenvolvimento econômico da Paraíba, subscrivendo ações da Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco cuja finalidade é vos fornecer energia elétrica abundante e a baixo preço.”*

É interessante perceber na imagem o contraste de elementos do tradicional e do moderno que se mesclam: a caatinga, vegetação típica da região Nordeste, visando mostrar o “atraso” da região no que diz respeito às fortes estiagens e a eloquente monumentalização das linhas de transmissão, vislumbradas e representadas como a redenção para o Nordeste.



Imagem 8: A União, 21 de Dezembro de 1947

Os postes de iluminação eram representados como o progresso e desenvolvimento da região, se tornando fundamental cooperar para que um novo país pudesse renascer no que diz respeito às matrizes energéticas. *“Paraibanos! Sabeis perfeitamente quais são dos percalços de uma economia baseada em combustíveis importados e o inconveniente de uma economia baseada no uso da lenha como combustível. Cooperai para que seja fornecida e energia hidro-elétrica subscrevendo até do dia 15 de janeiro ações para a Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco”*.

A tão esperada chegada das benesses energéticas por meio de Paulo Afonso. Matérias sensacionalistas buscavam revelar aos paraibanos as melhorias desse projeto que em grande medida redefiniria os rumos das cidades no que tange ao seu fornecimento de luz. Adjetivando a empreitada como: “esplêndida, maravilhosa, grandiosa, excepcional, magnífica” descreviam o que significava as potencialidades da hidroeletricidade no Estado.

Vistos de perto, numa viagem feita em câmera lenta, o rio e a cachoeira nos falam seguramente sobre o futuro de reabilitação que virá. Na verdade, não é só o contato

físico de uma excursão, entre homens e águas do grande planalto, que pode assegurar um conhecimento decisivo de suas necessidades e de suas esperanças. Se viajar instruísse, como nos diz Grieco, o marinheiro seria o homem mais culto do mundo. Por mais complexos e sinuosas que se apresentam os problemas dessa região agora percorrida, fica-nos, entretanto, a certeza de que o caminho nacional a seguir é o indicado pela iniciativa do governo canalizando as fontes de riqueza da terra para o serviço do homem. Fixado ao seu “habitat” ajudado pelo avanço dominador da técnica, ele poderá reconquistar o tempo perdido, definindo-se numa expressão de pujança econômica que é a única verdadeiramente apreciável, contra as oscilações da política regional e do entusiasmo livresco. Rendemos aqui as nossas mensagens de significação dessas águas interiores, barrentas e apertadas águas de rios, matrizes de um esplendido esforço civilizador e que nos aderem como um convite, do São Francisco ao Amazonas, ao Mississipi ou ao Volga, mesmo ao Mandacarú, que à falta de canoas, poderiam percorrer de bicicleta. (Jornal A União, 28 de janeiro de 1945, p. 1. Adamar Soares. Cabanga- A ronda dos ventos.)

Entre os recursos mais marcantes para a divulgação estava a veiculação de artigos e editoriais que recuperavam os aspectos mais marcantes da construção da hidroelétrica de Paulo Afonso. Desta forma, vale destacar e refletir sobre a elaboração dessa conquista para Campina Grande.

Assim, em 1949, começaram as obras da hidroelétrica de Paulo Afonso, o que não foi uma conquista fácil para os nordestinos, tendo em vista as severas críticas da construção de uma usina no Nordeste. A crítica se pautava nos argumentos advindos da região sudeste, cuja demanda por energia se justificava por ser maior, não havendo necessidade de criação de uma hidrelétrica que favorecesse a região Nordeste, mais sim a região Sudeste por ser grande consumidor no país e ainda conviver com crises de racionamento pela carência de fontes de energia elétrica.

Os projetos de eletrificação traziam a esperança que se poderia ter esse benefício no Estado, colocando em relevo o efetivo empreendimento iniciado por Dutra, que objetivava dar continuidade à reestruturação econômica do país, em seu prisma energético. Fica evidente a dedicação de uma atenção especial à região Nordeste, que vivia com crises energéticas que exigiam o racionamento forçado.

A primeira fase de Paulo Afonso vai desafogar, desde logo, cinco capitais angustiadas pelo problema de energia elétrica racionada, englobando de passagem a solução de muitos pequenos problemas municipais análogos. Mas essa demonstração de energia brasileira- que consagra o governo do General Dutra, como o grande animador de um dos maiores movimentos de recuperação econômico-social da nação. (A União, 7 de julho de 1950, p. 2. Quadro realista do problema de energia para 209 municípios. *Energia Brasileira.*)

Os jornalistas, de fato, buscavam mostrar as melhorias que a hidroeletricidade poderia trazer para a dinâmica cidadina nos serviços de eletrificação: assim, no processo de construção, se apresentavam nos jornais paraibanos os benefícios dessa fonte energética,



A energia hidráulica iniciará o seu ciclo poupando óleo mineral importado aqui, carvão estrangeiro acolá, lenha escassa e cara adiante, com os quais se vão alimentando os pequenos grupos termo-elétricos o serviço oneroso de coletividade e indústrias particulares. O exemplo de Delmiro Gouveia- ainda hoje das maiores fontes de hulha branca do Nordeste- levando a indústria de tecelagem para o ambiente sertanejo, não é exemplo frusto. Onde a energia termo-elétrica poderia competir economicamente com a de Paulo Afonso, seria no Recôncavo Baiano graças ao emprego do gás de Aratú [...] Se os próprios centros urbanos da zona em causa padecem de carência crônica de energia, que se poderá dizer do meio rural, cuja população representa 70 % do total da região? Repetimos a pergunta porque nela está a resposta quanto ao significado de Paulo Afonso. A engenharia brasileira está realizando aqui uma obra notável, para o qual se sente estimulada, antes de tudo, menos pelo dinâmico empreendimento, do que pela sua feição mediante fonte de energia retemperadora da nacionalidade. (A União, 7 de julho de 1950, p. 2. Paulo Afonso em 1950 *Quadro Realista*)

Era necessário utilizar os recursos hídricos disponíveis no país para que se pudesse baratear os custos voltados para o setor energético. A exemplo de Delmiro Gouveia que foi ousado na época, ao se valer da energia hidráulica para mover sua indústria de tecelagem, os industriais contemporâneos com a construção de Paulo Afonso, almejavam também apostar nesta nova possibilidade de geração de energia econômica e barata. Não precisava repetir a importância atribuída a Paulo Afonso, pois ela já significava muito para aquele cenário que necessitava com urgência da hidroeletricidade, na esperança de dinamizar a vida cotidiana que exigia a energia elétrica para seu conforto e comodidade.

Entre as dificuldades encontradas na construção da hidrelétrica estiveram os trabalhos de desvio do rio São Francisco devido à natureza técnica que era atestado na profundidade de seu leito e força das águas, considerada a época como a maior obra da engenharia nacional que foi concluída em setembro de 1954 e inaugurada oficialmente em janeiro de 1955.

Considerada na época, por muitos especialistas, como a maior obra da engenharia nacional, a usina de Paulo Afonso I, foi oficialmente inaugurada em 1955. Em uma caverna aberta em rocha, foi instalada a primeira casa de força, equipada com três unidades geradoras de 60.000 KW cada, duas dela em operação desde dezembro de 1954 e a terceira a partir de setembro de 1955. Ainda em 1954, as primeiras linhas de transmissão, destinadas a Recife, Salvador, Aracaju, Maceió e João Pessoa, foram concluídos. (LAMARÃO, 1988, p. 152)

Para tanto, é relevante perceber os objetivos e intenções que são construídas pelo universo variado de falas que constroem as matérias jornalísticas que desejavam tornar público os empreendimentos que dinamizariam a Paraíba e seus municípios. As excursões eram uma forma de tornar público e informado aqueles que não podiam se deslocar para a cidade de Paulo Afonso,

tornando-se um recurso favorável para os projetos que visavam melhorias do espaço urbano, assim como veículo de divulgação dos projetos de administrações públicas.

Entre os elementos postos em relevo foi possível encontrar as descrições que acompanhavam, passo a passo, a construção e a engenhosidade da obra, bem como a população que fazia parte das regiões ribeirinhas próximas do rio São Francisco.

## **2. A hidrelétrica de Paulo Afonso: promessas de redenção para Campina Grande.**

As repercussões em Campina Grande acerca da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso podem ser vislumbradas, na década de 1950 nos jornais que circulavam na cidade. Tal empreendimento poderia resolver em definitivo os problemas em relação à energia da cidade.

Neste cenário serão recorrentes nos principais jornais da cidade na época, o *Jornal de Campina* e o *Rebate*, a criação de suas comissões de jornalistas para registrar e fazer notas do ritmo das construções em Paulo Afonso, bem como introjetarem no inconsciente coletivo, a importância dada à conquista da hidroeletricidade.

Em meados da década de 1940 foi travada em Campina Grande verdadeira querela em relação à precariedade de sua iluminação pública e particular, desde seu fornecimento, distribuição e serviço. Tensões marcaram as relações entre a elite desejosa de “progresso” e “civilidade”, a municipalidade e a empresa concessionária Luz e Força S.A. Desta forma, a partir do aproveitamento hidroelétrico se projetava mudanças no que se refere ao fornecimento de luz na cidade.

Percorremos os jornais de grande circulação no período em estudo<sup>43</sup>, no intuito de perceber a dinâmica que se processava na cidade de Campina Grande nos anos 1940, dentro do cenário nacional e nos debates sobre as novas fontes energéticas para o país. No mesmo ano, Dr. Vergniaud Wanderley toma posse como novo prefeito de Campina Grande. Durante a gestão de Vergniaud houve a aquisição da empresa de luz pela municipalidade, onde foram iniciados os trabalhos na criação da Central Elétrica do Açude Velho. “A cidade tinha 11482 casas. Durante o ano a cidade ficou às escuras, havendo somente luz nos domicílios de poucas ruas, e nestas mesmas faltando durante dias e semanas” (CÂMARA, 1998, p. 146).<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> As fontes impressas jornalísticas as quais iremos nos valer são: *Jornal de Campina - 2º Fase (1952-1953)*; *Jornais avulsos do Rebate (1948-1957)*; *Evolução (1958-1959)*. *Diário da Borborema (1958-1959)*. *A União (1940-1952)*.

<sup>44</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. 2ª ed. Campina Grande: Caravelas, 1998. A 1ª Edição da obra data do ano de 1947, entendendo assim Epaminondas Câmara como sendo contemporâneo desses eventos.

Mediante a apreciação dos textos jornalísticos podemos inferir que os mesmos destacavam em vários aspectos as quedas-de-água tornando necessário o seu registro. As águas representavam a abundância do “progresso” econômico que estava por vir à Paraíba, a grande quantidade de águas para os intelectuais e cronistas da época de fato se caracterizava como o elemento redentor colocando fim às trevas que na fala dos letrados castigavam os campinenses.

Empolgados pelo plano fantástico do Ministro Apolônio Sales, que visa transformar o Rio São Francisco num fator de grande riqueza para o Brasil, dois jornalistas paraibanos quiseram conhecer o vale celeiro e mais do que isso, as possibilidades da libertação do Nordeste por meio do aproveitamento do potencial hidráulico da Cachoeira de Paulo Afonso. E’ escusado dizer que íamos apreciar o esplendor das grandes quedas sem a mínima visão técnica. A nossa vontade foi arrastada até ali pelo desejo de uma contribuição ao trabalho que libertará a nossa região quando seja realizado. Mas, ao brasileiro cumpre conhecer o São Francisco. E’ que ele foi, no conceito de muitos mestres, o caminho da civilização pastoril, da “civilização do couro” o que Capistrano de Abreu atribuía tanta significação para o desbravamento e colonização dos sertões. E é porisso (sic) que partirá da grande carga d’água a nossa industrialização, como o máximo problema do Estado Nacional. O ministro Apolônio Sales nos promete eletricidade barata e econômica, com a reabilitação dos valores humanos regionais. Paulo Afonso é a esperança espumante do Nordeste. E’ a recuperação econômica, social e humana do Brasil queimado de muito sol. Há de terminar com o seu aproveitamento o drama do homem nordestino.

Olhamos para o mais brasileiro dos nossos rios, correndo em uma altitude de 300 metros sobre o nível do mar. Grande na divisão do seu curso – a cachoeira, o Alto e Baixo São Francisco. Rola para o mar uma descarga de bilhões de metros cúbicos d’água.

Porque duvidar da libertação nordestina por meio do aproveitamento hidro-eletrico do grande rio? Havemos de fugir á inclemência da seca. Mas, o caminho único é o aproveitamento de Paulo Afonso. Devemos aproveitar o São Francisco com todas suas forças hidráulicas e só assim teremos a modernização de nossa vida agrícola. Do caudaloso, bom e imponente rio há muito que falar e escrever. (A União, 23 de janeiro de 1945, p. 1. Nas regiões franciscanas Dois jornalistas que viram sentiram o esplendor de Paulo Afonso.)

Elaborado em prosa com fortes traços de um lirismo é descrito o que representava Paulo Afonso com suas águas espumantes. A empolgação tomava conta das sensibilidades dos jornalistas paraibanos que se viam na tarefa de transmitir as impressões marcantes daquele contato. Tornava-se fundamental conhecer aquele lugar que traria tantos benefícios à região. Assemelhando-se às representações imagéticas construídas na corrida do ouro da Califórnia no século XIX, Paulo Afonso se tornava cidade próspera em que afluíam inúmeros visitantes das mais variadas regiões do Nordeste brasileiro. Jornalistas apreciavam cada queda de água com grandiosidade e esplendor, pois acreditavam estarem próximos da libertação para uma região que sofria a carência em suas fontes de geração de energia.

O Rio São Francisco que historicamente já havia sido decantado por poetas, intelectuais e políticos, trazia uma imensidão de água que criaria proporcionalmente uma indústria fecunda e desenvolvida. Somente Apolônio Sales, filho da terra poderia dar a esperança, vendo as necessidades da região Nordeste e a urgência desse empreendimento. “Reabilitação”, “renascimento”, “progresso”, “desenvolvimento” para uma região que havia sido esquecida no que diz respeito aos seus aspectos econômicos e marcado por estiagens.

As representações positivas que engrandeciam os rumos da construção da hidroelétrica, não poderiam projetar de modo algum falsas esperanças, era o que mais se colocava em relevo: “Porque duvidar da libertação?”. A única saída estava no aproveitamento de Paulo Afonso.

Entre os melhoramentos urbanos reivindicados pela sociedade campinense estavam a energia elétrica e a água saneada. Durante toda a segunda metade do século XX, a população campinense se deparava com os impasses no que diz respeito ao progresso, e se antes a preocupação era dar conforto à elite da cidade, o debate buscava ampliar as redes de fornecimento para que fosse também possível atender as camadas populares que careciam de tal benefício.

A hidroeletricidade vinha como sonho e desejo a ser concretizado na Paraíba, especialmente em Campina Grande, pois esta cidade já era intitulada à época “capital do trabalho”, cidade “pólo de desenvolvimento”, e “Rainha da Borborema”. Representações poderosas sobre a cidade.

Editoriais indicavam a perspectiva no cenário de melhorias do espaço urbano, bem como anunciavam o progresso econômico tão esperado mediante uma satisfatória eletrificação, que durante décadas marcou como necessidade fundamental a Paraíba, em especial Campina Grande.

A Companhia que o Presidente Dutra mandou o engenheiro Alves de Sousa organizar cogitará do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, uma das maiores do mundo inteiro. O plano consiste em construir uma usina hidro-eletrica para 440 mil quilováticos, embora de início instale apenas dois grupos geradores de 56 mil quilováticos cada um.

A energia elétrica será a varinha de condão que fará de uma região pobre, mas de grandes possibilidades, um dos trechos mais ricos do Brasil. O trabalho de 440 mil quilováticos, equivalentes aos de onze milhões de operários, elevará água para regar as várzeas semiáridas criando um Egito fecundo em pleno Nordeste; iluminará cidades; movimentará trens e bondes; permitirá industrialização disseminada e intensa em todos os setores da atividade humana. Um polo de repulsão transformar-se-á num polo de atração. Surgirão iniciativas de todo o gênero. O Brasil inteiro dará um passo, um grande passo para a frente, alcançando mais depressa o grande posto que lhe está reservado no concerto das nações (A União, 15 de dezembro de 1948, p.2. A Companhia Hidro- Eletrica do São Francisco, Pimentel Gomes.)

A energia elétrica é representada como uma “varinha de condão”, capaz de gerar energia como num passe de mágica, representações marcantes que em plena década de 1940 ainda guardava o efeito

fantasmagórico da eletricidade, um equipamento que se colocava como novidade e solução de um problema que provocava grandes tensões na cidade.

A região do São Francisco era comparada à fertilidade do Egito com seu rio que proporcionava melhorias no sistema de irrigação da região africana. E visto até como melhor que o Rio Nilo, haja vista que São Francisco poderia gerar a abundância de energia elétrica.

Daí, atentamos para a historicidade que permeia a força simbólica atribuída a água que fez parte em grande medida do imaginário coletivo, marcada assim por fortes representações que acompanharam a vida cotidiana dos homens durante séculos, das sociedades mais tradicionais, até as mais contemporâneas.

De acordo com Roche (2000) o século XIX comungou de uma época em que a água se tornara um bem caro e precioso, haja vista que as sociedades industriais e urbanas por meio da utilização da água puderam modificar e dinamizar sua produção industrial e comercial, articulando as possibilidades de uso a serviço da ciência e da tecnologia, nos interessando aqui a sua utilização enquanto força motriz hidráulica. “Elas apareciam na dinâmica urbana e no contexto de uma mudança profunda de mentalidade: a serviço das águas passando de uma concepção privilegiada e aristocrática para uma apropriação coletiva com a finalidade de controle social, sanitário e econômico”. (Roche, 2000, p. 208).

Na literatura cristã, médica e pedagógica a água se tornou fundamentalmente num elemento apologético da natureza; filósofos colocavam em relevo as inúmeras virtudes concedidas a água, trazendo à terra riqueza e fertilidade, garantindo ao homem sua saúde e crescimento, a garantia da riqueza e felicidade das nações; já a igreja concedia a dimensão da purificação dos corpos com o poder das “águas sagradas”, traços que encontraram nos séculos XIX e XX argumentos suficientes da sua importância.

Desta forma, as cachoeiras de Paulo Afonso limpas e abundantes, fizeram parte da trama das relações sociais aumentando o valor atribuído ao seu potencial hidráulico, cuja água e sua diversidade de utilização estavam no centro das políticas urbanas de geração de energia.

Em 1950 iniciam-se os trabalhos técnicos para a compra dos equipamentos para a eletrificação da Paraíba pela energia vinda de Paulo Afonso. O empréstimo de quinze milhões de dólares concedido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento à Companhia Hidroelétrica de São Francisco permitiria, em tese, a construção da infraestrutura necessária para o fornecimento aos municípios de Itabaiana, João Pessoa, Campina Grande, Esperança, Sapé, Areia e Espirito Santo.

O telegrama do Ministro Pereira Lira destinado ao governador do Estado, Oswaldo Trigueiro, nos informa,

O contrato para fornecimento do equipamento hidráulico e elétrico destinado a usina já foi firmado, estando sendo ultimados o exame das propostas de concorrência para o fornecimento do material das linhas primárias de transmissão, ligando Paulo Afonso a Recife e a Salvador. Desses 220 KWA se irradiarão outros 66 e 33 KWA, cujo material será objeto de futuras concorrências. (A União, junho de 1950, p. 6. Equipamentos para a Usina Hidro-Eletrica de São Francisco.)

Para o setor industrial campinense as melhorias eram muito bem vindas na medida em que se esperava que a energia elétrica pudesse incrementar os rumos industriais da cidade, ampliando assim a visibilidade e a afluência de investimentos. A grande preocupação dos empreendedores era o preço a pagar por essa energia. Reclamações não faltaram.

A energia de Paulo Afonso será distribuída pela CHESF entre as cidades e os Estados nordestinos. Nessa distribuição Campina foi completada com um presente de grego. Recife tem mais de meio milhão de habitantes, com uma indústria poderosa, em absoluta relação ao potencial econômico do grande Estado. A indústria pernambucana não pode sofrer nenhum colapso. Campina ainda não chegou à primeira centena de milhares de habitantes, possui uma indústria frágil, incipiente, ainda nos primeiros vagidos. Logicamente, a nossa cidade deveria ter energia mais barata, o que diminuiria o custo de produção, colocando-nos em pé de igualdade relativa com outros centros produtores, pois a Chesf venderá aqui a energia de Paulo Afonso 50% mais cara que do Recife. (Afirma Francisco Pereira, gerente da SANBRA – A miragem de Paulo Afonso – É preciso Gritar Logo Para não Gritar no Deserto. Jornal de Campina, 09/1952, p. 1).

Os industriais da cidade estavam no empenho de lutar bravamente por uma energia mais barata, haja vista que as indústrias faziam crescer e progredir a cidade, e nada mais justo do que baratear os preços do fornecimento da energia para as grandes empresas.

No desenrolar da construção de Paulo Afonso, nos chama a atenção a dimensão que adquire a cachoeira de Paulo Afonso, cuja potencialidade passa a ser representada pelo poder das águas que viriam como a redenção dos problemas referentes a iluminação.

Paulo Afonso é uma esperança para todos os homens que habitam a região do Nordeste Brasileiro, porque desenvolverá as fontes de riquezas existentes, ampliando ainda mais o parque industrial do Nordeste como também criará outras causas de desenvolvimento da região. É uma dificuldade que ninguém ignora. Fábricas não podem desenvolver a sua capacidade de produção, cidades permanecem mal iluminadas em virtude do seu desenvolvimento contínuo, tendo como exemplo esta cidade que há muitos anos luta para resolver este intrincado problema e cada dia se torna insolúvel. A cachoeira de Paulo Afonso é uma fonte exuberante de energia hidráulica. Agora estamos no tempo da prática no seu aproveitamento por dilatado período. (Jornal de Campina, 01 de janeiro de 1953, p. 5. Uma realidade redentora *Um sonho que será realidade.*)

A matéria reafirma as vantagens que Paulo Afonso proporcionaria através dos benefícios no setor industrial, favorecendo em grande medida o desenvolvimento de Campina Grande. São perceptíveis as dificuldades vivenciadas na cidade por conta do precário serviço prestado pela empresa, se tornando um elemento que impossibilitava a produção da indústria. Cidade sem iluminação suficiente diante da expansão intensa da malha urbana e mesmo com investimentos no setor pela municipalidade, não rendia resultados, pois as reclamações não cessavam. Desse modo, somente a implantação da hidroeletricidade de Paulo Afonso permitia a mudança tão desejada para a cidade, cujos recursos hídricos, inúmeras vezes citados, mostravam o investimento para a região.

Viajou a Paulo Afonso em visita as instalações da “hidro-elétrica”, o Clube Politécnico de Campina Grande. Encontra-se a frente da excursão nosso confrade Ottoni Barreto. Os sócios viajaram acompanhados das Exmas famílias. Ottoni Barreto fará a cobertura da viagem, e além da reportagem, baterá vários aspectos fotográficos da gigantesca empresa que redimirá o Nordeste impulsionando-lhe o progresso fabril-industrial ainda por demais incipiente. (Visita a Paulo Afonso. O Rebate, 04 de outubro de 1953, p. 2).

A redenção de Campina Grande, de acordo com as representações jornalísticas, dependia dos recursos hidroelétricos proporcionados por Paulo Afonso, o objetivo primordial era a ampliação dos incrementos industriais que a cidade poderia alcançar com os recursos hidroelétricos. Julgava-se que se nas décadas iniciais da implantação do serviço de energia elétrica, com motores acionados a óleo diesel na cidade, o fornecimento era considerado precário e ineficiente, a chegada do fornecimento de energia elétrica via Paulo Afonso não só traria melhorias para a dinâmica citadina como também ampliaria seu fornecimento para bairros e cidades circunvizinhas.

Cidade que, dia a dia, evolue para o plano da industrialização, destinada por fatores geográficos e econômicos, a se transformar, no futuro, no grande centro de manufatura das matérias primas regionais, Campina Grande, carece, entretanto, da energia suficiente para garantir o desenvolvimento de suas indústrias atuais e novos e mais poderosos investimentos de natureza industrial. Sem essa energia, abundante e barata, a cidade estará ameaçada, tolhida a sua caminhada para a conquista de uma grande indústria. (Os vereadores viajarão a Paulo Afonso. Jornal de Campina, 08/02/1953, p. 3)

O progresso industrial estava ligado ao maior incremento no setor energético, um discurso perceptível a nível nacional, período de debates acerca do desenvolvimentismo de JK. O fundamental residia em desenvolver a indústria para que conseqüentemente a cidade pudesse crescer e ampliar seus recursos.

Os argumentos desejam em grande medida ampliar os recursos para as indústrias para os futuros investimentos no setor elétrico, que por conta da precariedade no serviço de eletricidade impedia o desenvolvimento da cidade. O discurso jornalístico é enfático ao anunciar mais uma ameaça que aguardava a cidade caso não houvesse investimentos no setor energético.

Falar de industrialização naquele cenário refletia outros elementos componentes da sociedade campinense; tratar de seu progresso industrial era colocar em destaque as impressões positivas da cidade ante seus visitantes, eram lojas e comércio movimentados, e fundamentalmente, o fim definitivo dos problemas em relação ao sistema de iluminação da cidade.

Deparamo-nos, assim, com a preocupação pela busca por energia elétrica para a cidade. Toda uma repercussão e desejo do novo são construídos para a chegada da luz elétrica através da usina hidrelétrica de Paulo Afonso.

As águas da poderosa cachoeira, que foram até agora mero foco de atração para turistas e curiosos, irão mover as turbinas donde se espalharão, pelas redes que estenderão através de campos e cidades, os influxos civilizadores que a energia elétrica transporta e cria. Mas não se deve esperar, entretanto, que essa energia nos chegue por um milagre. Urge levar á Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco as reivindicações de nossa cidade e de nosso Município. (Os vereadores viajarão a Paulo Afonso. Jornal de Campina, 08/02/1953, p.3).

A eletrificação por meio de Paulo Afonso adquiria verdadeiro caráter mítico que levaria as regiões deficientes em seu fornecimento de energia, turbinas que permitiriam o incremento da vida urbana. Efetivamente, não se chegaria como um milagre, sendo indispensável reivindicar junto à Chesf o fornecimento desejado.

O poder do discurso jornalístico forneceu à cidade e aos seus leitores o aspecto fantasioso, celebrando Paulo Afonso enquanto verdadeiro prodígio para Campina Grande. Assim, as aflições provenientes do precário fornecimento de luz seriam redimidos com a implantação da Chesf.

Campina Grande compreendia a significação atribuída às cachoeiras do São Francisco, com suas inúmeras quedas de água e a riqueza que transformaria em energia toda potencialidade natural, Paulo Afonso acabava por ser anunciado e representado com grande expectativa. É como se a usina assumisse o papel de divisor de águas com relação a um período anterior, marcado pelo retrocesso, e instituísse um presente que iria mudar em efetivo os rumos, trazendo novos foros de “civilização” e “progresso” para Campina Grande.

Era momento de toda a cidade se mobilizar para adquirir mais concessões e abandonar por completo um passado de tensões em prol do bem maior para a cidade: a energia elétrica. Representadas como “fortes” e “afoitas” as correntezas da cachoeira de Paulo Afonso que se



formavam destacavam a abundância de água que poderia gerar energia, água que corria por todos os lados das rochas, numa imensidão de águas.

Representações similares podem ser apreciadas em Fortaleza quando da chegada do fornecimento de energia elétrica por meio da Hidroelétrica de Paulo Afonso, em 1965. Segundo Silva Filho (2004, p. 1) a implantação da hidroeletricidade também produziu expectativas, marcando a possibilidade de um fornecimento regular, abundante e barato, cuja oferta da eletricidade da região sofria com os percalços de irregularidade nos serviços elétricos que não mais atendiam a demanda da cidade que se expandia em suas transformações urbanas. Em meio ao conjunto de opiniões expressos na imprensa, no período da solenidade, era perceptível a relevância do empreendimento que se constituía como um divisor de águas - abismo intransponível a separar a pobreza atávica da terra do futuro promissor já decantado.

Despertou grande interesse a campanha iniciada pelo nosso jornal, da ida a Paulo Afonso de uma Comissão composta de vereadores, industriais, jornalistas, etc. com o fim de obter uma quota maior de energia para nossa cidade. O futuro de Campina Grande depende muito de dois fatores: energia barata e em abundancia e solução do angustiante problema dagua. Sem energia e sem água a cidade sucumbirá. (Grifo nosso. Jornal de Campina, 08 de fevereiro de 1953, p.3 Os vereadores viajarão a Paulo Afonso.).

O editorial clarifica a dimensão dada à necessidade urgente de melhorias no fornecimento de energia elétrica, e somando-se a isto, a água na cidade. A dramaticidade constrói o enredo na medida em que, sem luz e água, Campina Grande de acordo com os discursos jornalísticos estava fadada ao desaparecimento. Com isto, percebemos que a fala é construída de forma bastante incisiva na busca de articular argumentos coerentes que pudessem convencer o leitor como também a empresa Chesf de que a cidade carecia do recurso necessitando de cota maior do que lhe havia sido dada.

A carta em que o jornalista Wiliam Ramos Tejo, resumindo suas impressões de viagem a Paulo Afonso, reúne observações valiosas para quantos se interessam pelo problema de energia elétrica na Paraíba e do Nordeste, sobretudo em suas relações com a nossa cidade. Fruto de um acurado espirito público, de uma visível preocupação pelo progresso de nossa terra, a carta em apreço conclui sugerir junto a Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco uma melhor quota de energia para Campina Grande. Cumpre manter a Cia informada das nossas necessidades e das possibilidades de nossa expansão industrial. Já os órgãos de classe, como a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, estão empenhados nesse trabalho, sobretudo no tocante ao aumento da quota reservada a Campina Grande e ao estabelecimento de uma tarifa única para os centros do litoral e núcleos do interior. Faz-se urgente, portanto, que a nossa Câmara, num trabalho organizado e sistemático, integre-se nessa luta, que será comum a todas as forças vivas da sociedade campinense, visando objetivar essas conquistas. (Jornal de Campina, 08 de fevereiro de 1953, p.3 Os vereadores viajarão a Paulo Afonso.).

Fica perceptível que os investimentos da Chesf não seriam fracionados em pedaços iguais para todos os Estados. A promessa de energia barata e econômica começa a desfazer as expectativas favoráveis para grande parte da população que não poderia pagar por um serviço caro, haja vista que os valores dos impostos cobrados em Campina Grande seriam superiores a outras regiões, como por exemplo, Recife.

Neste cenário em que críticas são produzidas em relação a Companhia da Chesf fica evidente o campo de forças que se processam entre os estados que buscam investimentos por meio do Rio São Francisco. Assim, para além das disputas vislumbradas entre o Nordeste e Centro- Sul não podemos perder de vista as questões inter-regionais que também foram marcadas por disputas na efetivação de concessões por meio da hidroeletricidade de Paulo Afonso.

Somando-se a isto, um quadro de tensões se instaura, pois não bastava simplesmente adquirir subscrições e implantá-la na cidade, mas necessitava, sobretudo, de medidas burocráticas impostas pela Chesf, que de fato não eram de bom grado para a elite comercial que aos poucos se construía na cidade. Continuemos,

O Dr. Honorato de Freitas, assistente da presidência da Hidro-Elétrica nos informou que Campina Grande teria apenas 5.000 kw horas de energia. Essa quantidade de energia é muito pequena para o desenvolvimento do nosso parque industrial. Por isso a luta por mais quantidade de energia e revisão das atuais tarifas já começou. Campina Grande, dentro de breves dias seguirá a primeira Comissão que entrará em entendimentos com a presidência da Hidro-Elétrica em Paulo Afonso. Para nossa cidade a solução desse problema é vital e aqui repetiremos as palavras do snr. Francisco Pereira, gerente da Sanbra, que ao ser abordado pela nossa reportagem, afirmou: Teremos de lutar por uma maior quantidade de energia e pela urgente revisão dos preços de energia do interior. Mesmo preço para todas as cidades do Nordeste. Do contrário, a nossa indústria sucumbirá. (Jornal de Campina, 08 de fevereiro de 1953, p.3. Luta por maior quantidade de energia.)

Assim, os jornais, em nome da indústria e o comércio local, começam a exigir da municipalidade a tomada de providências em se tratando de aumentar a capacidade de geração de energia hidráulica para a cidade. Desta forma, a Federação das Indústrias da Paraíba e os vereadores da Câmara Municipal iam à busca de justificar maior capacidade de energia, tendo em vista as potencialidades industriais que começavam a se desenvolver em Campina.

Neste contexto, os vereadores criaram uma comissão para ir a Paulo Afonso, cujo objetivo não mais era visitar a obra grandiosa, mas, fundamentalmente, reivindicar uma maior quantidade de energia para a cidade que há tanto tempo necessitava desta oportunidade.

Outros editoriais não traziam perspectivas satisfatórias em se tratando da “redenção por meio de Paulo Afonso”. Representações pessimistas foram elaboradas pelos comerciantes da cidade quanto aos benefícios que poderiam advir da hidrelétrica no tocante ao fornecimento de energia em quantidade suficiente para atender às demandas de Campina Grande. Muito embora tais representações não figurassem entre as mais estimadas nos discursos dos intelectuais e políticos da cidade.

A primeira vista está tudo no melhor mundo possível, e Paulo Afonso redimirá o Nordeste. Mas a verdade é muito outra, pelo menos no que toca a Campina Grande. Industrial Clovis de Matos de Sá, esclarecido e combativo capitão de Indústria, na última reunião da Chesf aqui realizada na presença do coronel Borenhauser Junior, frisou que “Campina atualmente possui muito mais energia que a prometida por Paulo Afonso num futuro remoto, mesmo que se faça a montagem da sub-estação transformadora de 5.000 kilowatts” [...] Pediu uma revisão para que Campina Grande ao invés de progredir com a energia de Paulo Afonso, tivesse seu progresso retardado e mais uma desilusão em sua história. A prometida energia de Paulo Afonso, mesmo com a tal sub-estação daria apenas para atender a uma quinta parte de suas necessidades no momento. (Meia cidade sem energia. Jornal de Campina, 7 de setembro de 1952, p.3).

É possível apreender do editorial a necessidade de mais energia em se tratando da que seria disponibilizada para a cidade com a construção de Paulo Afonso. Ironicamente, se afirma que a energia elétrica que a cidade possuía era naquele momento superior aos quilowatts que a cidade teria por meio da Chesf. A assertiva parece ser contraditória, pois não se tratava de uma cidade dotada de satisfatório fornecimento energético, tendo em vista que as fontes nos mostram a falta de investimentos, serviço precário e uma quantidade significativa de artérias da cidade que na década de 1950 conviviam com suas ruas às escuras.

Para tanto, devemos considerar que se tratavam de argumentos que visavam atender as indústrias da região, pois certamente não seria suficiente 5.000 quilowatts para fábricas em crescimento, estabelecimentos públicos e comerciais, bem como, os domicílios da cidade. Notadamente, aos poucos, se renunciava que Paulo Afonso não seria uma obra tão redentora como se imaginava, pois talvez não pudesse atender à demanda por energia elétrica em Campina Grande.

É perceptível que nos anos em que foi construída a hidrelétrica, ficou marcado o caráter redentor que inspirava as sensibilidades e as esperanças para o Nordeste através de imagens e relatos com os aspectos mais marcantes da construção. Configurava-se de fato a promessa de energia barata e econômica que pudesse favorecer o grande impasse energético de Campina Grande.

Em 15 de março de 1955, é assinado o contrato com a Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco, para o fornecimento de energia elétrica para Campina Grande, autorizado pela lei nº 470.

Meses depois, a Prefeitura Municipal firma contrato com a Siemens Companhia de Eletricidade para a remodelação da rede elétrica no intuito de efetivar um melhor fornecimento na medida em que a rede, postes e fiação necessitavam de revisões e de novos equipamentos, tudo deveria estar organizado para receber a energia elétrica tão esperada.

Assim, a cidade foi agraciada com a energia elétrica gerada a partir de Paulo Afonso em 1956, sendo entregue a estação distribuidora à Prefeitura pela empresa Siemens do Brasil. Simbolicamente, houve na ocasião a benção das instalações da empresa de eletrificação pelo Bispo Dom Otávio Aguiar, característica marcante em eventos dessa magnitude, como forma de trazer energias positivas aos rumos da eletrificação da cidade, que certamente mudaria por completo a iluminação em Campina Grande.

Quando o fornecimento da Chesf é implantado é perceptível uma crescente ampliação da eletricidade em Campina Grande e na zona rural: em 1958 é implantada a energia elétrica em Lagoa Seca, o que demonstra claramente a “Política da Luz” que fazia parte das imagens elaboradas na gestão de Elpídio,

Vai ser inaugurada hoje a luz elétrica (extensão da CHESF) de Lagoa Seca. É esta uma bela iniciativa da atual gestão municipal que está pretendendo olhar melhor para os problemas do município, não limitando sua ação à orbita da cidade. Os distritos merecem ser olhados com maior solicitude pelas administrações municipais. O esquecimento das sedes distritais e das áreas rurais pelos Prefeitos tem ocasionado a (em muitos casos) lamentável fragmentação de municípios prósperos, com a autonomia de vilas que se transformam em cidades. [...] O prefeito Elpídio de Almeida não esquece o problema. Planos de extensão das linhas da CHESF estão na pauta das realizações municipais. A ligação de Lagoa Seca à rede eletrificadora do São Francisco sem ser uma realização espetacular, mostra, entretanto, que a administração municipal pensa nas áreas próximas da sede. O que desejamos é que, antes do termino da atual gestão, vilas prosperas como Queimadas ou Galante ou Fagundes venham a ser dotadas do grande e inestimável melhoramento que é a energia elétrica. (Diário da Borborema, 15 de Agosto de 1958, p.4. Melhoramento para Lagoa Seca)

Muito além do que a melhoria para a população rural, para o prefeito campinense, seus intuítos e objetivos versavam, sobretudo, na busca da ampliação dos empreendimentos que a eletrificação poderia favorecer ao incremento das relações econômicas da cidade e região. A ação do gestor nada mais era do que uma exigência necessária a Campina Grande, sem necessariamente, ser um benefício concedido bondosamente pelo gestor. Em 1958, quase após três décadas da inauguração da energia da cidade, com recuos e avanços dos serviços elétricos, era hora de ampliar os recursos, assim como inaugurar localidades ainda desprovidas de redes e serviços elétricos.

No mesmo ano da inauguração, são iniciados os serviços de extensão da rede elétrica aos povoados de Santa Terezinha, Marinho, Campinotes, Genipapo e Floriano. Tal investimento permitiu a ampliação do fornecimento para a zona rural e zonas mais afastadas do centro das cidades e suas principais artérias.

### **3. A luz, sempre a luz: A hidroelétrica de Paulo Afonso**

Nesta sessão gostaríamos de mostrar como Campina Grande redefiniu sua dinâmica quando em referência ao seu fornecimento de energia elétrica, atentando para as permanências e mudanças após a implantação da hidroeletricidade.

As crônicas, cartas de reclamação e editoriais trazem indícios que coloquem em relevo não as melhorias, mas sim, a decepção. A iluminação permanece precária. Não é nosso objetivo apresentar uma solução do fim dos problemas do sistema elétrico da cidade, mas o que nos chama atenção é justamente uma cidade que se revela nos meandros da urbanização trazendo consigo o binômio progresso e civilização quando fala do seu sistema de iluminação que se coloca como moderno por excelência.

Inicialmente, a efetivação da hidroeletricidade por meio da usina de Paulo Afonso data do ano de 1956, e projetou em grande medida investimentos do setor elétrico que se mostrava bastante defasado. Paulo Afonso se colocava como a redenção de problemas que se estendiam durante décadas. Durante este período, a distribuição de energia melhorou consideravelmente, no entanto dois anos após sua efetivação começa-se a anunciar a sua inutilidade.

Um novo cenário de justificativas passa a elaborar as razões para a precariedade do sistema de iluminação elétrica de Campina Grande. A trama é revelada para nós quando os jornais em estudo<sup>45</sup> nos mostram os impasses da eletricidade que se faziam presentes nas casas e ruas da cidade.

De acordo com dados do IBGE do ano de 1955, a cidade de Campina Grande era considerada o maior empório comercial do interior nordestino, intitulada por alguns como “Portas do Sertão”. Possuidora das características de uma cidade mercado, funcionavam na cidade 245 indústrias dos mais variados ramos de produção: couros e peles, massas alimentícias, artefatos de couros, beneficiamento do algodão e agave, refinamento do açúcar, peças e máquinas fundidas, entre outras.

---

<sup>45</sup> A partir de agora iremos nos valer dos jornais publicados entre 1957 e 1960. Jornal *Evolução* de 1958-1959, publicado semanalmente e *Diário da Borborema*, primeiro jornal diário instalado na cidade no dia 2 de outubro de 1957, pertencente à cadeia dos Diários e Rádios Associados, fundada por Assis Chateaubriand.

Somando-se a isto, seguia os parâmetros que se pautavam no binômio progresso e desenvolvimento que eram fortes no discurso modernizador do Brasil dos anos 1950. Desse modo, a cidade de Campina Grande, buscava, sobretudo, manter as representações que a intitulavam de símbolo do progresso e do desenvolvimento que se destacava no cenário nordestino.

Todo um conjunto de características faziam de Campina uma cidade grande e com ares de prosperidade, com construções arquitetônicas, espaços de lazer e sociabilidades e um comércio significativo proveniente da produção algodoeira; produzia-se imagens de desenvolvimento que eram impressos nos principais jornais da cidade. Tais representações reforçavam ainda mais o empecilho que a falta de energia significava para a dinâmica da cidade, não era à toa que os jornalistas se viam na incumbência de mostrar o problema vivido na cidade que se tornava um caso intrigante para os rumos de crescimento e destaque de Campina Grande.

Notadamente, o centro deixa de ser cidade ampliando suas artérias, cujas queixas acerca da precariedade do fornecimento de luz pode ser percebido em bairros distantes do perímetro central. Agora os jornais passam a tratar das artérias principais dos bairros mais periféricos da cidade, citando o bairro Monte Castelo na zona leste:

Apesar de nossas reclamações anteriores, parece que nada foi feito para solucionar esse grave problema que vem prejudicando a população campinense. Não só continua a mesma situação nas ruas já citadas aqui anteriormente, mas temos recebido mesma reclamação de outras em que a energia elétrica é deficiente, quando não totalmente nenhuma. Para o sr. Diretor do (des) S.E.M, vamos citar as ruas de que recebemos queixas: Rua São Luiz, Mato Grosso, Rua Chile e Rua 7 de setembro, Venâncio Neiva, Afonso Campos e adjacências. Por quanto tempo ainda seremos obrigados a bater nesta tecla? (Evolução, 6-12 de julho de 1958, p.3. A cidade e seus problemas. A luz, sempre a luz.)

É perceptível que o fornecimento era precário não por conta do custeio do serviço, mas, sobretudo, pelas redes de transmissão não chegarem aos espaços mais distantes e quando chegavam não atendiam a demanda daquela região.

Um funcionário da nossa empresa, residente à Rua Mato Grosso, no Monte Castelo, vinha sendo atormentado pela escuridão dominante em sua casa, que espelhava a situação geral de toda a rua. Não é que a sua modesta moradia estivesse privada de instalações elétricas ou em falta com os cofres públicos. Tudo normal; menos a maneira de a luz se apresentar. Conforme nos contou o reclamante, a energia chegava em doses homeopáticas, numa concorrência exemplar com a luz dos rústicos candeeiros. Como toda pessoa de bom senso, resolveu dar uma solução ao caso, colocando uma lâmpada de cem velas. Só deu sinal de vida a Prefeitura, através de um fiscal, multando em Cr\$ 95,00 o nosso amigo. De certo esse “zeloso” funcionário é um inimigo rancoroso de campanha “melhor luz, melhor visão”, pois enquanto reinava a escuridão, nenhuma providência tomou, como era dever seu, mas apressou-se em entrar em ação, quando, já não mais tolerando a falta de luz, o nosso

reclamante resolveu violar o “black- out” injusto. Fazemos nota que atos como este não se repitam, pois acreditamos que não faltará “energia” de parte do poder público, para sanar essa irregularidade. (Evolução, 28-04 de outubro de 1958, p.3. Quem quer boa luz paga caro).

Podemos perceber que por meio do jornal *Evolução*<sup>46</sup> a dinâmica se altera, na medida em que é abordado a carência de eletricidade em outros bairros. A coluna citada intitulada “A cidade e seus problemas”, apresenta o exemplo de um homem comum que também enfrentou a crise do sistema elétrico da cidade, oriundo do Monte Castelo, bairro relativamente novo na cidade, talvez não tivesse assistido a intermediação da energia térmica, passando diretamente para a hidráulica, uma novidade, que em pouco tempo já se mostrava inútil.

Diante o mal fornecimento, não podemos perder de vista que a ausência de luz estimulava práticas ilícitas para que se pudesse melhorar a qualidade da iluminação doméstica, como mostra a ação do funcionário do jornal. Já que nada era feito, decidiu ele mesmo fazer algo possível para melhorar o serviço, mas logo, foi multado por intervir de algum modo na prática considerada contravenção prevista no Código Penal da época.<sup>47</sup>

A prática das ligações clandestinas, foram denunciadas pelos Serviços Elétricos Municipais como sendo uma das razões para a ineficiência do serviço, haja vista que prejudicava o fornecimento, bem como reduzia a voltagem de geração para outros domicílios.

Segundo declarações dos responsáveis, uma das razões do “déficit” dos serviços elétricos consistia no consumo clandestino de energia. E logo se argumentou que muita gente pelos bairros, principalmente “engomadeiras” faziam suas ligaçõezinhas camufladas. Daí o prejuízo...

Entretanto, fomos informados de que, embora existam esses casos, quando imediatamente se cortava a luz, o desvio maior era praticado pelos “grandes” da terra. Houve gente de quem a Prefeitura, descobrindo a “esperteza” chegou a cobrar 70 mil cruzeiros equivalente ao prejuízo causado. E não ficou apenas nesse caso: há inúmeros outros... Até em possantes geladeiras foram descobertas ligações diretamente...

Felizmente a Prefeitura resolveu “acordar” e agora está exercendo rigorosa fiscalização, medida que só merece os nossos elogios, porquanto, não é justo que, exatamente os poderosos, consumam gratuitamente a energia que é de todos, já é tão pouca e nos faz tanta falta. (Jornal *Evolução*, 14-20 de Dezembro de 1958, p.6. O

---

<sup>46</sup> Há poucos indícios sobre o jornal *A Evolução*, publicado nos anos de 1957-1958, publicado semanalmente. Por meio da leitura do jornal podemos reconstituir as suas características partidárias e ideológicas. O jornal se dedicava a falar em nome da população expondo as reivindicações da cidade como também destacando questões políticas, econômicas e sociais.

<sup>47</sup> No Diário da Borborema eram publicados comunicados da Prefeitura de Campina Grande de seus Serviços Elétricos Municipais normas a serem cumpridas pelos consumidores. “As ligações feitas sem autorização dos SERVIÇOS ELÉTRICOS MUNICIPAIS são contravenções previstas no Código Penal e estão sujeitos a multa de Cr\$ 300,000 e corte imediato.” Serviços Elétricos Municipais. Diário da Borborema, 13 de Novembro de 1957, p. 2.

furto (de energia) era dos grandes *Só se corta luz de pobre- intensa fiscalização da Prefeitura*).

Os “gatos”, ou seja, a prática de ligações clandestinas começavam a definir as práticas cotidianas, o título da matéria em letras garrafais nos chama atenção, na medida em que, não eram os pobres que faziam “gatos” da energia, mas os ricos que desmedidamente desviavam a energia pública e privada.

Em 1958, ano marcante no cenário de reclamações e críticas, o diretor dos Serviços Elétricos Municipais, Zacarias Ribeiro, procura esclarecer as razões da baixa qualidade do serviço de luz, diante das inúmeras queixas publicadas nos jornais da cidade.

Aproposito (sic) das inúmeras reclamações feitas a Repartição dos Serviços Elétricos Municipais, contra a constante interrupção do fornecimento de energia elétrica em diversos trechos da cidade, procurou a nossa reportagem ouvir na tarde de ontem o sr. Zacarias Ribeiro, chefe daquele serviço, com a finalidade de apurar as causas de tais reclamações.

#### CONDIÇÕES PRECÁRIAS DA RÊDE ELÉTRICA

De início, o sr. Zacarias Ribeiro, aludiu as reclamações feitas a reportagem desse jornal, as quais no entanto deveriam ser dirigidas diretamente a ele, para que somente assim os possíveis erros ou defeitos pudessem ser sanados. Por outro lado, agradeceu e solicitou a constante ajuda desse matutino, apontando outros possíveis defeitos num trabalho natural de cooperação e interesse pela resolução dos problemas.

[...] assegurou-nos que as possíveis interrupções no fornecimento de energia elétrica na cidade, estão pura e simplesmente condicionados ao precário estado em que se encontra a rêde elétrica, provocando, sobretudo, nesse época invernosa, circuitos e outros possíveis defeitos.

Afirmou, por outro lado manter a repartição Serviços Elétricos Municipais “comandos” trabalhando dia e noite, com a finalidade de atender a quaisquer chamados, partam de onde partir. Assegura que até o momento nenhum destes chamados deixou de ser atendido, propondo a quem queira informar o contrário, que se dirija aquele serviço, para os necessários esclarecimentos.

#### O PROBLEMA DA BAIXA TENSÃO

Indagado pela reportagem acerca da constante oscilação da corrente elétrica o que segundo os proprietários das oficinas e maquinismos vem prejudicando não só o serviço, mas também a aparelhagem elétrica, assim se expressou o sr. Zacarias Ribeiro: “Quanto a isto tem razão os reclamantes, mas infelizmente os Serviços Elétricos Municipais não podem resolver de imediato o problema. A oscilação da corrente elétrica nas ruas João Suassuna, Índios Cariris, Siqueira Campos e outras, é decorrente de sobrecarga na corrente de baixa tensão, que fornece energia para os motores e máquinas daquelas artérias.

Acontece, que dispõe os Serviços Elétricos de uma grande reserva de ligações para alta tensão, não sendo possível fazer mais nenhuma ligação na cidade, para baixa tensão. Por outro lado, a maior parte das ligações de baixa tensão fornecem energia para pequenas oficinas, cujos proprietários não podem arcar com as despesas de uma mudança de corrente, custando uma ligação, para alta tensão cerca de Cr\$ 150.000,00.

Afirmou o sr. Zacarias Ribeiro, que sabedor da situação financeira daqueles pequenos proprietários de oficinas, diante da situação que atravessamos, não tomará



medidas drásticas naquele sentido, cortado a corrente de baixa tensão, levando-os a fazer uma despesa impossível com a instalação de uma alta tensão.

Adiantou no entanto, que num futuro não muito distante, os Serviços Elétricos Municipais serão forçados a tomar esta medida, pois as grandes indústrias a serem instaladas nessa cidade forçarão essa tomada de atitude, além do fato injustificável de uma sobrecarga na corrente de baixa tensão, quando dispomos sobrejamente de ligações para alta tensão. (Diário da Borborema, 13 de julho de 1958, p. 4 Condições precárias da rede elétrica *Fala sobre as reclamações feitas pelos consumidores, o sr. Zacarias Ribeiro – Problema da baixa tensão.*)

À causa das interrupções eram justificadas, fundamentalmente, pela precariedade das redes elétricas, como sugeria o Diretor dos Serviços Elétricos. As fontes nos alertam para a disputa havida entre os pequenos proprietários de oficinas com as indústrias na cidade; assim, é construído um espaço de tensões que aumenta, cuja riqueza econômica encontrava na eletricidade grande parte de seus benefícios, uma luz que em grande medida deveria favorecer os “grandes” da cidade, caracterizados pela indústria. Na fala da direção do Serviços Elétricos Municipais tudo se encaminhava para uma satisfatória administração, cuja empresa estava sempre a disposição de seus clientes, no caso de possíveis problemas de ordem técnica, algo que estava na dimensão da teoria, pois quando determinados espaços públicos eram alvos de blecautes nada de efetivo era feito ou solucionado.

A energia elétrica nas ruas e domicílios a partir das 18:00 até as 22:00 horas, faltava por completo, sendo praticamente impossível utilizar qualquer equipamento elétrico, pois poderiam sofrer descargas elétricas ou curtos-circuitos. Os jornalistas, representantes ora da elite local, ora da população, incitavam o questionamento sobre o que de fato acontecia com a energia elétrica da cidade, haja vista a hidroelétrica de Paulo Afonso já havia enviado seus recursos para a Paraíba.

Em um único dia a energia elétrica de determinadas localidades era desligada inúmeras vezes, faltando todas as noites, cuja chave de transmissão da área central da cidade sofria desligamentos diários, motivo de queixas dos comerciantes daquele setor.

Gostaríamos de saber a quem nos dirigir para reclamar a deficiência dos nossos serviços elétricos. Já temos nos referido ao assunto, mas em vão. Parece que reclamar algo de nossas autoridades é querer apagar fogo com gasolina.

Vamos repetir para o Sr. Diretor dos Serviços Elétricos Municipais a reclamação.

E’ a luz que não presta, sr. Diretor. A partir das 18 horas, até as 21 ou 22, ninguém consegue mais ligar um rádio ou qualquer aparelho elétrico. Em muitas ruas a energia fornecida não atinge 100 volts, segue! Com tanta energia enviada de Paulo Afonso, nada justifica essa deficiência.

Façamos justiça, porém. Existem algumas ruas como metade da Maciel Pinheiro, a Afonso Campos e adjacências, em que a situação é outra... muito pior! Ali é frequente e completa a ausência de energia. No dia 21, por exemplo, foi cortada inúmeras vezes, durante toda a noite, chegando mesmo a prejudicar os trabalhos desse jornal; na semana que seguiu o processo continuou, como já vinha sendo feito

antes: desligamentos quase diários da chave correspondente aquela zona. Coragem, sr. Diretor! Veja se consegue prestar os reais serviços a coletividade com esses (dos) Serviços Elétricos Municipais. (Jornal Evolução, 29-05 de julho de 1958, p. 3. A cidade e seus problemas AINDA SÔBRE A LUZ.)

Há muito se discutia a ineficiência do serviço, cujas queixas não demoraram a retornar às páginas dos jornais. As dificuldades dos usos da eletricidade faziam parte até mesmo do processo de impressão dos jornais, que por falta de energia, viam seus trabalhos prejudicados pelos efeitos negativos do fornecimento de Paulo Afonso.

A cada matéria publicada nos jornais são mostradas as consequências de uma cidade imersa na escuridão. As tensões se intensificam, não se tratava apenas de uma falta com a indústria e o comércio, mas também o desrespeito contra a moral e os bons costumes da boa sociedade campinense; sem energia se estimulava as práticas de vandalismo e atos indecorosos, o que contribuía para “manchar” a imagem da cidade para seus visitantes.

Apesar de dispor há mais de dois anos da energia de Paulo Afonso Campina Grande continua sendo uma cidade escura. Injustificadamente a Prefeitura não atenta para esse aspecto de tão mal efeito para as pessoas que nos visitam, que se mostram surpresas, via de regra, quando lhe dizemos que temos, já, energia de Paulo Afonso. Ruas situadas em pleno coração da cidade como as ruas Vidal de Negreiros, Afonso Campos e Miguel Couto, para citar apenas as mais movimentadas, possuem escassa iluminação. Raros são os postes que tem lâmpadas e quando isso ocorre as lâmpadas são de 25 velas, no máximo. A falta de iluminação adequada inclusive facilita, para não dizer estimula, a prática de atos indecorosos por parte de indivíduos sem escrúpulos. Pedimos ao Sr. Diretor dos Serviços Elétricos Municipais que dê um pouco mais dê atenção à iluminação da cidade. (Jornal Evolução, 10-16 de agosto de 1958, p. 3. A cidade e seus problemas CIDADE ÀS ESCURAS.)

As representações se misturam: os elogios e as críticas são feitas ao mesmo tempo, de fato os jornais acabam por colocar em relevo a ambiguidade que rege os assuntos da eletricidade de Campina Grande. De “cidade desenvolvida e próspera”, as representações sobre Campina Grande se alicerçavam em imagens de “cidade escura”, “angustiante problema”, “cidade cuja luz não presta”, “cidade de trevas”. O aspecto negativo refletido com a falta de luz elétrica surpreendia não só visitantes, mas, sobretudo, os próprios cidadãos que de fato não compreendiam as razões de um fornecimento precário, mas que possuía todos os requisitos para atender à demanda da cidade.

Um evento interessante que merecemos destacar diz respeito a vinda do Presidente Juscelino Kubitschek para Campina Grande, referendando ainda mais a necessidade de se ter uma cidade

apresentável e desenvolvida como era anunciada, sendo importante sombrear os elementos que a tornavam precária e atrasada, como era o caso do mal fornecimento de energia elétrica.

Para tanto, o então Prefeito da cidade Elpídio de Almeida, endereça um telegrama ao representante da Chesf em João Pessoa, por saber que no sábado e domingo em que a cidade receberia a visita de J. Kubitschek, iria faltar energia, algo que de fato não poderia acontecer numa cidade do porte de Campina Grande. O telegrama solicitava: “Informado a suspensão de energia sábado e domingo próximos solicito urgente providencia evitar suspensão pelo menos sábado virtude grande prejuízo indústrias locais e presença nesta Cidade Presidente da República. Saudações (a) Elpidio de Almeida- Prefeito.”

No *Diário da Borborema*, na sessão de queixas e reclamações, também se colocava em relevo o problema da falha dos poderes públicos para com a cidade.

Já tivemos ensejo de veicular nessa secção inúmeras queixas de nossos leitores, denunciando a existência de trechos complementares às escuras, em diversas ruas campinenses. Ultimamente, essas reclamações procedem da Rua 13 de maio, da Floresta, da Afonso Campos e Desembargador Trindade. Não faz mal que rejeitamos o apelo. Desta vez, porém, a nossa solicitação nos leva dois endereços: à Prefeitura pelos seus Serviços Elétricos Municipais e os moleques de gravata, “os filhinhos do papai” que apedrejam as lâmpadas das vias públicas por mero sadismo, ou jogando futebol em nossas ruas, como se não tivéssemos tantos lugares apropriados para a prática do popular esporte. E vamos ver se com dois endereços o nosso apelo logra a alcançar maior ressonância. (*Diário da Borborema*, 20 de dezembro de 1958, p. 4. De quem é a culpa? Queixa e reclamações *Iluminação Pública*.)

Agora, os próprios “filhos da elite” passam a ser representados como ameaça para os melhoramentos urbanos de Campina Grande.

O sentimento de frustração toma o lugar da grande euforia com a decantada energia elétrica vinda de Paulo Afonso. Nada do que havia se esperado e planejado com a geração da hidroeletricidade de fato se concretizou, os editoriais rememoravam toda a trajetória da cidade quando convivia com a deficiência da iluminação elétrica.

Na verdade, por dilatado tempo, o nosso município amargou o drama da falta de energia elétrica, quando a cidade passou a viver perigosamente às escuras, com sua indústria parada, o seu comércio funcionando irregularmente, quanto ao seu horário normal, os escritórios dos profissionais liberais fechando mais cedo, os hospitais e casa de saúde tolhidos no seu aperfeiçoamento técnico e as donas de casa experimentando, à noite, os vexames dos jantares sem iluminação, sob as constantes despesas das velas e dos candeeiros que, astronomicamente, se valorizavam nas mercearias e bodegas.

Melhorando, temporariamente, a situação, foram instalados os primeiros motores da Prefeitura, constituindo-se uma noite de festa para a cidade. Tudo, então, se

iluminou, passando o campinense a desfrutar uma existência mais feliz, com seu passeio sem pilhas e seu cinema certo, depois das canseiras do dia.

Porém, a felicidade não durou muito, sobrevivendo as famosas “quebras” dos motores, pois as unidades adquiridas não suportavam a elástica evolução da cidade, voltando a população a viver no escuro, dentro da crua realidade de uma comunidade sem luz. Foi quando nos acenaram com a redentora promessa da energia de Paulo Afonso. E a promessa foi cumprida, por um trabalho conjugado das nossas autoridades federais e municipais. Campina Grande recebeu a luz da cachoeira com um entusiasmo de festa, acreditando, piamente, no advento de uma nova era para nosso Município. A ilusão porém, mais uma vez, durou pouco, pois não tardou o campinense a expiar, novamente, frequentes escuridões, com a iluminação das suas noites cortada frequentemente, pela falta de energia da CHESF, com prejuízos, também durante o dia, para sua indústria e para sua vida comercial, pela ausência repetida de eletricidade.

Estamos vivendo, atualmente, a mesma crise antiga, apesar de menos intensa, embora não menos grave. (Diário da Borborema, 29 de novembro de 1958, p. 4. Campina Grande ainda não resolveu, seu problema de água e de luz. A falta de luz.)

Descrivendo tensões, esperanças, vivências que a vida cidadina por meio da eletricidade produzia no cotidiano dos campinenses, desde sua inauguração até a chegada de Paulo Afonso, é retratada ora com euforia, ora com uma série de percalços. A luz tão imaginada e sonhada, ganha a cada fonte uma significação mais ampla, na medida em que, produzia a condição favorável do espaço urbano, associada a características repletas de positividade, esperanças, tocando fortemente o campo do sensível. Caracterizando, fundamentalmente a representação da luta do bem contra o mal, a escuridão e a luz, respectivamente.

O trecho ainda retrata a vida urbana de Campina Grande quando nos anos iniciais da implantação do melhoramento moderno tão esperado para a cidade, trazendo assim seus impasses e desdobramentos. A energia elétrica precária acabou por trazer consequências negativas para uma cidade que desejava ser moderna e progressista.

Para que se efetivasse a implantação da hidroeletricidade muitas tensões e conflitos fizeram parte da vida campinense, traço vislumbrado na lembrança de uma cidade completamente paralisada nos seus espaços público e privado. A iluminação não foi fruída sem interrupções, fazendo-se necessário os antigos recursos para geração de energia, já que o melhoramento moderno parecia ser tão incerto.

Assim, é projetada a hidroeletricidade como geração de energia que efetivamente mudaria os rumos da produção e do consumo da eletricidade. Toda uma cidade se prepara para receber este melhoramento, indicativo do fim das oscilações e falta constantes de energia. Promessa de incremento e espaço público e privado e vida tranquila com o conforto moderno na cidade de Campina Grande.

Cotidianamente eram publicadas notícias que informavam os prejuízos causados pelas constantes interrupções no fornecimento de luz. Grande parte das reclamações impressas nos jornais vinham dos comerciantes e industriais que questionavam o abuso e o descaso dos Serviços Elétricos Municipais,

Constantes interrupções vêm se verificando no fornecimento de luz e força a Campina Grande, causando sensíveis prejuízos nos serviços de nossas fábricas, oficinas e demais estabelecimentos que não podem prescindir do concurso de energia elétrica, como de resto, ao comércio, que se priva de manter iluminadas as suas vitrines.

Os industriais e comerciantes reclamam com justificadas razões, contra a CHESF, pois não houve, até agora, um só dia em que tais interrupções não ocorressem, variando de vinte minutos a três horas, como ocorreu ontem, quando a cidade deixou de receber fornecimento de energia e luz das onze até as quinze horas.

#### AUSÊNCIA DE EXPLICAÇÃO

A falta de explicação para esses fatos, por parte da CHESF, se constitui um abuso a mais nessa série de deficiências, sendo a população invariavelmente surpreendida com a sustação de seu fornecimento de energia, ficando horas e horas, a espera de sua volta, refletindo-se tudo isso, de maneira alarmante no índice de produção da cidade.

#### OUTRAS DEFICIÊNCIAS

Campina Grande que necessita, para seu consumo diário, de um total de energia de ordem de quinze mil amperes, está recebendo, no momento, apenas dez mil, outra deficiência de fornecimento feito pela CHESF, com repercussões, também no volume de produção de nossa terra.

#### URGEM PROVIDÊNCIAS

Os senhores dirigentes da CHESF e o próprio Governo Municipal, estão na obrigação de adotar providencias imediatas que defendam Campina Grande dessa falta constante e imprevista do seu fornecimento de energia, estabelecendo, em última análise, avisos prévios, notificações preventivas a população, toda vez que a cidade tenha que ficar privada de luz, durante o dia ou a noite, por motivos superiores, não são raros os casos de paralisação das maquinas industriais em pleno trabalho de produção, acarretando imensos prejuízos aos seus proprietários, e a hipótese, ainda mais grave, a falta de luz, no instante em que, nos estabelecimentos hospitalares, esteja se efetivando uma delicada intervenção cirúrgica, fazendo periclitir vidas preciosas. (Diário da Borborema, 20 de setembro de 1958, p 1. Constantes as interrupções no fornecimento de energia *Causam sérios prejuízos ao comércio e a indústria Ausência de explicação por parte da CHESF reclamam comerciantes e industriais*).

O que importava para os cidadãos era que os Serviços Elétricos Municipais voltassem a atenção para o panorama das relações econômicas que em grande medida moviam a cidade, cidade que necessitava de eletricidade para se dinamizar. A ausência de luz paralisava uma cidade, pois enquanto não havia energia a produção das indústrias era comprometida, as atividades comerciais com seus estabelecimentos sem luz de certa forma não atraíam clientes, haja vista que uma das ferramentas mais importantes do marketing do consumo eram as vitrines, que necessitavam de iluminação. De tanto insistir nos prejuízos causados, apelava-se agora para as vidas, que por conta da

falta de luz nos hospitais, poderiam ser facilmente ceifadas por causa da má qualidade dos serviços elétricos prestados em Campina Grande.

Quando foi inaugurado o fornecimento de energia da CHESF em Campina Grande, ficamos todos ufanos em considerar que havia sido resolvido, de um modo definitivo, o angustiante problema de luz e força desta cidade, e não mais voltamos nosso pensamento para os motores da velha Empresa de Luz e Força que, cansados, deixavam de funcionar inopinadamente quando não mais lhes era possível carregar o enorme peso da rede elétrica que suportavam. Isso acontecia frequentemente, naquela época, sendo os motores os únicos responsáveis não só pela deficiência de luz elétrica como pelas paradas sem aviso prévio, as vezes dias inteiros.

Agora, porém, estamos sofrendo as mesmas deficiências de luz elétrica sem aviso prévio, apesar de os velhos motores se encontrarem aposentados e alguns já vendidos para outros fins.

Todo o enorme crédito e satisfação que a muito bom gosto abrimos para a CHESF está sendo destruído por esta empresa, que não se deu ainda o trabalho de calcular os enormes prejuízos que a suspensão de energia elétrica vem acarretando ao comércio, a população e as indústrias locais.

Gostaríamos de pedir a atenção dos dirigentes da CHESF para esse fato tão irritante e que tem sucedido com frequência nos últimos tempos – A falta de energia elétrica. Quanto à deficiência qualitativa de luz fornecida já foi explicada pelo atual Diretor dos Serviços Elétricos Municipais, em recente entrevista a este jornal, a qual decorre de pequeno número de transformadores ainda existentes, todavia o sr. Prefeito prometeu solucionar o assunto dentro das possibilidades do Município, resta, no entanto, que a CHESF não interrompa mais o fornecimento de luz e energia a esta cidade, por motivos que não sabemos e que ela ainda não dignou nos informar. (Diário da Borborema, 29 de outubro de 1958, p. 1. Inexplicável a paralisação no fornecimento de energia da CHESF *Prejudicados o comércio, a população e a indústria – Nenhuma satisfação ao público já foi dada pela empresa fornecedora de energia.* )

A falsa promessa passa a tomar conta dos discursos apresentados nos jornais da cidade. Diferentemente de algumas cidades em seu processo de urbanização que viam no passado a glória em Campina Grande o passado ganhara uma conotação negativa, algo que só deveria ser rememorado no intuito de modificar as tentativas frustradas em torno da energia elétrica da cidade.

O que antes significava redenção passa a ser o grande castigo de Campina Grande. Os intelectuais da cidade, ao denunciarem a precariedade e o irregular fornecimento de energia, faziam questão de provocar a memória dos cidadãos, colocando em relevo a decepção em terem construídos expectativas na certeza de que tudo seria resolvido. Anteriormente à chegada da eletricidade de Paulo Afonso, o motivo de tamanha precariedade se dava pelo sucateamento dos motores; agora, com a hidroeletricidade, os problemas refletiam não mais os motores que representavam a iluminação da cidade, mas sim, a inutilidade prestada pela Companhia da Chesf que, com a falta de qualidade do seu fornecimento, causava prejuízos à vida comercial da cidade.

Toda confiança depositada na CHESF acabava por representar agora o seu avesso, pois a reduzida iluminação concedida pela empresa, a colocava como a nova vilã dos assuntos referentes à iluminação.

A ausência de energia elétrica num certo momento se tornou elemento rotineiro vivenciado na cidade: surpresa era quando tinha luz em Campina o dia todo. A cidade acabava por se adaptar à falta de luz, sendo inexistente o melhoramento para o conforto dos cidadãos.

Ultimamente vem faltando energia em nossa cidade, em dias certos e marcados, como se obedecendo a um plano predeterminado de irritação coletiva. Industrias são prejudicadas e a população é privada do elementar conforto que lhe proporciona a energia elétrica, justamente nos dias feriados quando pode permanecer em casa. Tudo isso, por que? Que consertos sem fim estariam sendo feitos, já que ninguém nota os resultados e, em certos bairros a energia é cada vez pior? Limpeza dos condutores? Queda dos postes? Ou será que a mesma equipe que montou a adutora de Boqueirão, montou a Usina de Paulo Afonso? Em tudo isso o povo pensa. Conjectura os maiores absurdos. Admite qualquer causa, até a falta d'água a Cachoeira, menos a verdade, por que ela, paradoxalmente, é inadmissível, porquanto, pasmem os leitores, não temos luz por não pagar a Prefeitura suas contas estando quase quatro meses de atraso. Esta é a verdadeira razão embora todos neguem. Conforme os campinenses sabem a Prefeitura é uma distribuidora da energia que lhe fornece a CHESF, pagando à Companhia uma certa taxa e nos revendendo por um preço maior. Até certo ponto parece que a Hidroelétrica tem razão: não corta nossa luz a Prefeitura quando não pagamos em dia? Logo, a Chesf corta, pelo menos em alguns dias, a energia, quando não recebe seu dinheiro... Ela a (Chesf) só erra se deixar todo mundo sem luz, pois devia cortar, especialmente, a luz da casa do sr. Prefeito, responsável pelo atraso, e dos vereadores, nossos representantes que não fazem nada para resolver o problema. (Jornal Evolução, 16-22 de novembro de 1958, p. 6. A verdade sobre a falta de luz *A prefeitura não paga as contas*)

O artigo expõe outro problema: em paralelo à precariedade de luz, a cidade vivenciava a falta de água. Desta forma, em tom debochado, se diz que a equipe responsável pela montagem da adutora de Boqueirão<sup>48</sup>, julgada incompetente por esse veículo, era ironicamente comparada de ser a mesma da empresa de luz, que refletia também seu grau de ineficiência.

A municipalidade podia tentar enganar ou ludibriar aqueles que usufruíam do serviço, os jornais destacavam às artimanhas da política e dos desvios de dinheiro dos serviços públicos. A causa para os constantes apagões se dava, justamente, pelas inadimplências da prefeitura para com a Chesf, responsável pela eletrificação de Campina Grande. Jornalistas concordavam com o corte de energia,

---

<sup>48</sup> De acordo com Souza (2013) o ano de 1957 foi marcado pela política desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek que, no plano local, visava ampliar o sistema de abastecimento de água para Campina Grande. Com isto, nos anos de 1951 a 1957 o governo estadual juntamente com o governo federal projetam a construção do Açude de Boqueirão, seguido por um sistema adutor em 1958, os quais visavam reduzir a insuficiência e precariedade do abastecimento que antes era efetivado por meio do Açude Vaca Brava, em Areia, cidade vizinha a Campina Grande.

mas sugeriam o desligamento de energia dos domicílios dos grandes políticos, os verdadeiros causadores do atraso das contas.

A indignação era maior pelo fato dos consumidores pagarem em dia suas contas de energia elétrica procurando evitar desligamentos e prejuízos no funcionamento de seus aparelhos elétricos, mas que de fato seus pagamentos não eram repassados para a Chesf, que em medida preventiva cortava os serviços temporariamente.

Após ser impresso nos jornais o fato considerado revoltante para os campinenses que consistia na ausência dos pagamentos por parte dos Serviços Elétricos Municipais, a imprensa se sentia na obrigação, enquanto porta voz das demandas da cidade, divulgar os acordos e pagamentos das dívidas. Com isto, cada editorial deveria surtir a tranquilidade e a esperança para os cidadãos que iriam respirar o progresso no cenário das melhorias urbanas.

Inicialmente, seria exigido da Chesf o aumento da carga de geração, já que a força disponível não mais atendia à demanda das ligações públicas e particulares. Destacava-se que após as negociações fazia-se necessário pagar as contas de luz, já que grande parte dos estabelecimentos públicos estavam em atraso. Enquanto as repartições não efetivassem o pagamento, não se normalizaria os serviços de luz e força da cidade.

O que efetivamente viria a modificar o fornecimento residia na crescente ampliação da energia elétrica. De maneira recorrente e incisiva se falava na busca por dinamizar as indústrias, o comércio e o fornecimento no espaço privado. As representações jornalísticas explicam a necessidade e a importância dos benefícios da eletricidade para as cidades que desejavam crescer mediante a urbanização.

A notícia da ampliação do fornecimento de energia a nossa Hidro-Eletrica de São Francisco, não poderia vir em melhor ocasião. Com efeito, volta-se a insistir na necessidade de intensificar a industrialização de Campina Grande e o momento é o melhor possível dentro dos planos de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. A energia elétrica é um dos pontos essenciais para se pensar em desenvolvimento industrial. O que significa para nossa cidade de dispor de três vezes mais energia do que atualmente, só no futuro podemos devidamente avaliar. A maioria das cidades do Nordeste tem fome de eletricidade, com exceção do Recife, para onde a CHESF fez dirigir, desde o início, um fornecimento bastante amplo. Para nossa cidade, por exemplo, o consumo já havia chegado aos limites do fornecimento. O prefeito Elpidio de Almeida teve bastante visão, quando providenciou o aumento da capacidade de fornecimento da eletricidade na sub- estação da CHESF nesta cidade. Amanhã, terá ele o reconhecimento dos seus concidadãos de ter empreendido que uma cidade só progride na medida em que dispunha de eletricidade. A notícia da ampliação dos limites de fornecimento pela CHESF da eletricidade para nosso futuro, significa que aquela empresa está vendo compensação financeira para o empreendimento aqui. O pagamento dos fornecimentos feitos é a melhor maneira de se conseguir mais atenção da companhia para nossas aspirações de aumento da



capacidade da sub-estação. A extensão da eletricidade nos distritos que deverá ser obra das próximas administrações, encontra desde logo a mais ampla possibilidade, em vista das disponibilidades locais de energia. (Diário da Borborema, 21 de abril de 1958, p 8. Mais energia elétrica).

As representações acerca da eletricidade passam a ser relacionadas ao desenvolvimento industrial e econômico, desta forma, os projetos de criação da SUDENE se encaixavam perfeitamente nas pretensões de um melhor fornecimento de energia para Campina Grande.

Diante as decisões tomadas, os jornais da cidade noticiam a redução paulatina das queixas em relação ao fornecimento de energia elétrica na cidade. Neste cenário, fazia-se necessário a implantação de empresas distribuidoras de energia elétrica, já que a principal função da Chesf era gerar e transmitir, porém não efetivava a distribuição. Quando a Chesf se instaura na Paraíba são criadas a Codebro (Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano) e Eletrocariri (Sociedade de Economia Mista Eletro Cariri S.A), posteriormente ocorre a fusão das duas empresas o que permitiria maior distribuição na Paraíba, sendo assim criada a Saelpa em 1964.<sup>49</sup>

Nesse interim, é perceptível a crescente expansão das redes elétricas e descentralização dos serviços, como por exemplo, a execução de chaves de emergência implantadas nos bairros da cidade, no intuito de reduzir os desligamentos e queimas de equipamentos ou prejuízos em estabelecimentos públicos e privados.

Os jornais campinenses nos remetem aos rumos do fornecimento da hidroelétrica de Paulo Afonso na cidade. Os indícios discursivos evidenciam os conflitos da imprensa que traziam em suas páginas os desapontamentos acerca do fornecimento de luz em Campina Grande. Neste contexto, é possível perceber a disparidade entre os jornais *Diário da Borborema* e *Evolução*, visto que, se por um lado ambos concordavam que existia uma má prestação dos elétricos, por outro divergiam quanto aos seus responsáveis, onde é perceptível as pertencas políticas em relação ao gestor da cidade.

As tramas se prolongam quanto mais se aproxima a chegada de novos equipamentos para a geração de energia por meio de Paulo Afonso, e os jornais nos informam sobre as tensões que marcaram as promessas de luz abundante e barata capaz de promover o progresso e desenvolvimento da indústria e do comércio campinense assim como proporcionar uma vida privada cotidiana mais confortável às populações da cidade e do seu entorno: abre-se uma porta para o consumo. É o que veremos a seguir.

---

<sup>49</sup> PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. *Do Azeite de Mamona à Eletricidade Anotações para uma História da Energia Elétrica na Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Editora Rivaisa, 1994.

### CAPITULO III

#### O DESEJO DE CONSUMO: A ELETRICIDADE NO COTIDIANO CAMPINENSE

##### 1. A propaganda se instaura: nos meandros da modernização e da tecnologia

Quem pesquisa em jornais se depara com a variedade de elementos que constroem a escrita jornalística. Os jornais que utilizamos como fontes de pesquisa nos permitem compreender como foram elaboradas, sobre a cidade de Campina Grande representações acerca de suas práticas cotidianas e sobre os melhoramentos urbanos tão caros para uma cidade dita moderna.

O processo de urbanização promoveu consideráveis alterações nos padrões de habitação, hábitos de consumo e comportamentos da população que vivia nos centros urbanos após 1930. No que se refere a Campina Grande, teremos um processo de crescimento da cidade, dinamizando seus transportes, teremos ainda o desenvolvimento de algumas atividades industriais incrementadas pela exportação do algodão e pelo comércio atacadista. A Rainha da Borborema, como era decantada, começa a ser desenhada, surgindo a necessidade de ampliação dos serviços elétricos, não só iluminando ruas e casas, mas, sobretudo, se tornando mola propulsora das atividades econômicas locais.

É neste sentido que os anúncios publicitários começam a ser difundidos nos jornais da cidade nas décadas de 1940 e trazem, em grande medida, vestígios da cultura material da elite local, bem como nos faz compreender as representações construídas em torno da adoção dos equipamentos elétricos.

Nosso objetivo reside em perceber o papel da imagem publicitária para a aquisição de determinados equipamentos que, para seu satisfatório funcionamento, necessitavam da energia elétrica, entendendo ainda a recorrência dos anúncios que, mesmo numa cidade habituada com um sistema de energia elétrica bastante precário, desencadeou o desejo, seduziu e sensibilizou os membros da elite campinense que podiam adquirir tais equipamentos.

A publicidade trazia os benefícios, a comodidade e o conforto na adoção de geladeiras, fogões, ferro elétrico, rádio, liquificadores, enceradeiras, luminárias, aparelhos que faziam funcionar a casa, contribuindo para a comodidade de seus moradores, uma sintonia com as práticas sociais adotadas pela sociedade abastada da contemporaneidade.

É perceptível a difusão e o destaque para uma infinidade de anúncios de aparelhos elétricos que começavam a fazer parte dos hábitos de consumo de parte da elite campinense, reflexo do cenário brasileiro beneficiado pelas políticas públicas que estimulavam o consumo. Desta forma, não podemos dissociar os informativos publicitários do campo de produção da cultura material configurando o aumento e a difusão do consumo na sociedade brasileira, e Campina Grande não foge deste contexto.

Para tanto, iremos analisar os anúncios publicitários percebendo a dinâmica citadina, atentando para alguns aspectos do cotidiano, assim como as sensibilidades projetadas pelo desejo da aquisição destes variados equipamentos expostos nos jornais da cidade.

Tomar a propaganda como fonte de pesquisa se constitui num desafio metodológico, haja vista que nos deparamos com a necessária atenção à minúcia para a análise das ilustrações, a compreensão do texto escrito e, fundamentalmente, a relação entre imagem e texto. As imagens produzidas pela publicidade são elaboradas por meio de artifícios para que se possa em efetivo atingir seu público consumidor, consumo este que se restringe a um grupo social que detêm determinado poder aquisitivo. Teremos assim a produção de mensagens sofisticadas com argumentos capazes de seduzir e encantar o público leitor que as recepcionam. Os anúncios denotam o objetivo claro que é incentivar o consumo.

Gilberto Freyre (1963) foi um pioneiro na pesquisa sociológica tomando os jornais como fonte para pensar sobre a escravidão analisando anúncios jornalísticos sobre os escravos brasileiros no século XIX. Ele recorreu aos jornais Diário de Pernambuco, o Jornal do Comércio como também periódicos da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Rio Grande do Sul. Por meio desses jornais, o autor buscou perceber na época em estudo a dinâmica social que permeava a sociedade brasileira, atentando, fundamentalmente, para os anúncios em que os escravos eram vistos por meio de suas características étnicas, sexuais, idade e outras atribuições físicas.

A tecnologia que ganha corpo nos séculos XIX e XX, associada aos progressos da imprensa, promove o momento propício para a multiplicação e ampla difusão da imagem enquanto elemento de consumo em massa. É justamente na República que os meios de comunicação são mais difundidos; desta forma, a imprensa se profissionaliza, aperfeiçoando sua tipografia, apostando em ilustrações, cujas impressões moviam a uma velocidade que correspondia às necessidades da vida urbana.

Luca e Martins (2006) colocam em relevo que a imprensa mais profissionalizada permitiu a proliferação de melhorias no segmento econômico; por meio da imprensa, enquanto veículo de disseminação de informações, cresceram as possibilidades da propaganda e da publicidade, e os

jornais e as revistas, ao descobrirem este novo recurso apostaram no consumo nas suas mais variadas formas.

Se a escrita restringia a população analfabeta das informações verbais editadas nos jornais, a imagem produzia um alcance bem maior, na medida em que através do poder imagético há a contribuição de reforço e apreensão mais efetivos dos meios de comunicação. “Assim, enriquecido, o periodismo potencializou-se com base em litografias precisas, caricaturas inventivas, imagens arrebatadoras, soluções fotográficas inusitadas” (LUCA e MARTINS, 2006, p. 45).

Desse modo, a visualidade se afirma através de sua publicação em jornais e revistas se tornando bastante difusos no espaço urbano. Assim, a sociedade contemporânea colocou em destaque a visão como principal capacidade sensitiva, trazendo a intensificação da produção do setor social voltado para o consumo através da visualidade.

Do ponto de vista metodológico acerca da imagem enquanto fonte documental já é possível verificar entre os historiadores um debate bastante avançado. Segundo Meneses (2012), é somente no século XIX que a imagem adquiriu o estatuto de documento, fornecido pela rápida difusão da fotografia, passando a ser estudada pelas ciências humanas. Não se pode negar que a história esteve à margem de todo o debate empreendido pioneiramente pela antropologia visual e pela sociologia.

Muito embora as imagens como fonte de pesquisa histórica ainda pareçam um campo relativamente pouco explorado se torna veículo de apreensão das práticas socioculturais, valores materiais e transformações que são produzidos por uma dada sociedade.

Ainda segundo Meneses (2000, p. 105), para uma satisfatória leitura de um documento visual, faz-se necessário considerar a relação entre texto e imagem, dando-lhes sentido a partir de questões históricas que estão imbricadas na visualidade. Desta forma, devemos atentar para o que o texto nos diz, no objetivo de compreender o que efetivamente representa a imagem. Assim, o texto contribui na percepção do visual, na medida em que completa as informações onde a imagem, por si só, carece de outras explicações.

Com isto, não podemos perder de vista que leituras adequadas se constroem na forma como norteamos a fonte mediante seu material textual e visual, articulando, fundamentalmente o cruzamento com outras fontes, bem como um questionamento histórico preciso.

Estaremos pautados nas reflexões metodológicas de Meneses (2000) quando analisa a imagem publicitária de um fogão a gás do século XIX, no Rio de Janeiro. Seu trabalho contribui para nossa pesquisa, na medida em que, verificaremos os atributos de valor de uso, economia, conforto,

tecnologia, status, que recorrentemente também estarão presentes nos anúncios publicitários difundidos na cidade de Campina Grande.

Faremos uma leitura da imagem publicitária partindo das concepções teóricas e metodológicas propostas por Roland Barthes (1990), efetivando assim uma análise semiótica verificando os aspectos simbólicos dos anúncios, como também, percebendo a imagem que apresenta os elementos que compõe a cena. Compreenderemos os pressupostos da retórica visual que constroem em grande medida os anúncios publicitários, atentando para uma análise dos equipamentos enquanto representação do vivido, representação que influencia nos comportamentos, práticas e cotidiano.

## **2. Energia elétrica a baixas voltagens: o empecilho no consumo e eletrodomésticos**

Embora alguns fatores não permitissem a utilização de determinados equipamentos elétricos devido a precariedade e a irregularidade no fornecimento de energia elétrica em Campina Grande, não cessavam de modo algum os anúncios que despertavam o valor do consumo atribuído aos aparelhos movidos a eletricidade que faziam funcionar e dinamizar as práticas do espaço privado.

A produção de uma variedade de maquinarias simplificava em grande medida os trabalhos domésticos, em especial, no espaço da cozinha, servindo para a redução de tempo e esforço na casa de quem pudesse pagar por elas. Outra grande revolução no espaço privado foi justamente a chegada dos pequenos motores elétricos que reduziam o barulho em se comparado aos grandes geradores elétricos, motores que necessitavam apenas uma tomada de corrente elétrica para seu funcionamento.

A rápida e progressiva evolução da indústria e da tecnologia no setor de energia elétrica vinha criando um novo mercado e novos hábitos de consumo, lançando um número cada vez maior de equipamentos e utensílios domésticos, como geladeiras, ferros de passar, chuveiros, fogões, ventiladores, máquinas de lavar e costurar, aspirador de pó, secadores de cabelo etc.<sup>50</sup>

As vantagens da eletricidade eram claras: uma iluminação limpa e segura, sem fuligem nos tetos, e a utilização prática e eficiente de determinados equipamentos que até então funcionavam por meio de gases nocivos.

É importante considerar a introdução de novas tecnologias pela indústria elétrica americana, sobretudo na produção de eletrodomésticos que foram em maior ou menor grau, incorporados ao cotidiano brasileiro. Essas novas tecnologias possibilitaram, em grande medida, acesso a estes

---

<sup>50</sup> CENTRO de Memória da Eletricidade no Brasil. A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.p.222.

equipamentos no Brasil, o que dinamizou o desejo de consumo embalado pelos anúncios publicitários. No final da Segunda Guerra Mundial, um novo padrão de consumo se efetivou a partir da ação das empresas por meio das propagandas vinculadas em jornais e revistas, assim como através da forte penetração dos valores culturais norte-americanos no país, traço da política do American way of life, tornando-se bastante difundido no Brasil.

Desde a segunda década do século XX já era perceptível na Europa e nos Estados Unidos o grande impacto dos eletrodomésticos movidos a eletricidade. Assim foram produzidos fogões, refrigeradores, ventiladores, ferros de passar, enceradeiras, lavadora de roupas, entre outros. Inicialmente, foram verificados problemas de ordem técnica, como por exemplo, os curtos-circuitos, tendo essas máquinas que passarem por testes e revisões, e somente nos anos de 1940 é que tiveram suas vendas e utilizações expandidas para além do mercado europeu.

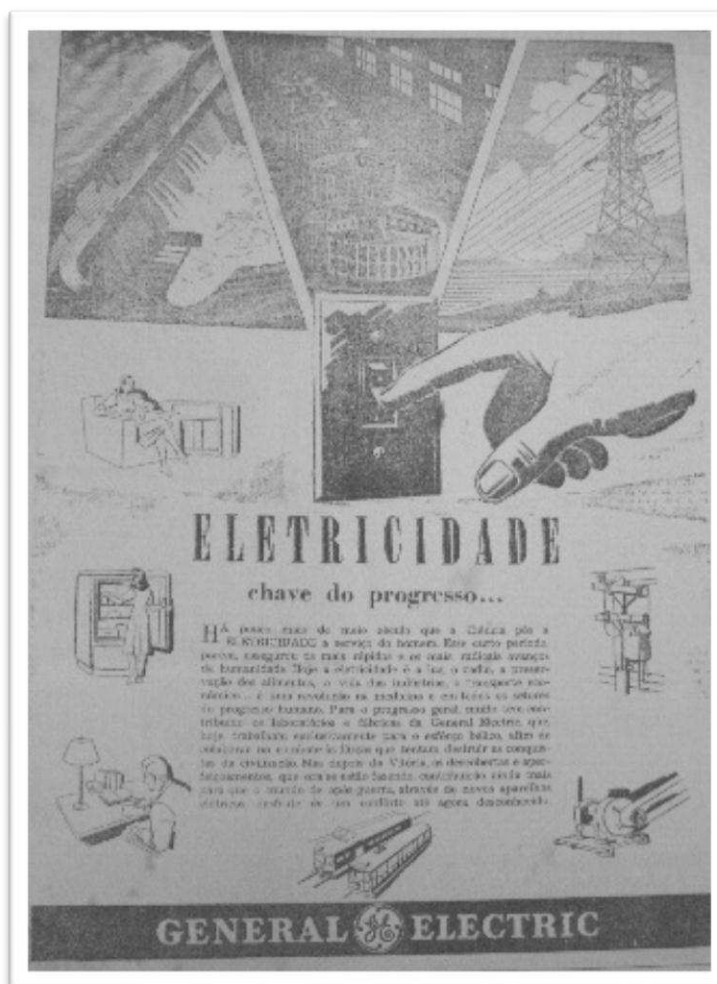


Imagem 9: A União, 23 de agosto de 1943

A GE se apresenta, por meio da imagem, como uma empresa que sabe como fazer a geração de energia por meio da produção de equipamentos mais sofisticados como as bobinas geradoras e as torres de transmissão assim como produtos elétricos para uso doméstico. Este anúncio nos convida a apreender as representações imagéticas construídas em torno da eletricidade, reafirmando sua capacidade de automação. Para além dos usos publicitários dotados de apelo ao consumo, nos mostra como a eletricidade era representada de uma maneira bem mais ampla: “*Eletricidade chave do progresso*”. A imagem mostra que com apenas um toque no interruptor a corrente elétrica oferecia uma série de possibilidades de conforto, benefícios nos espaços público e privado e comodidade toda a sociedade.

A General Electric obteve grande destaque no cenário da indústria elétrica norte-americana controlando substancialmente a tecnologia do setor elétrico, sendo líder nos assuntos referentes à eletricidade, tendo assim total monopólio da tecnologia de fabricação de lâmpadas e outros equipamentos elétricos.

Este anúncio da GE foi produzido no período da Segunda Guerra Mundial. Podemos trazer um momento em que as propagandas anunciam que naquele período a produção das indústrias elétricas estava dedicada em exclusivo para os fins bélicos; após a guerra, seriam produzidos novos aparelhos que pudessem ainda mais dinamizar o conforto do homem.

Como sugere Tota (2000), Nelson Aldrich Rockefeller usou de toda sua influência para convencer seus pares da Ford, da General Eletric e da General Motors para continuarem a investir em propaganda, mesmo sem ter o que vender no período da guerra. Desta forma, os empresários deveriam estimular a produção propagandística, mesmo sem retorno imediato, em prol da Política da Boa Vizinhança, traço que explica a produção em massa de anúncios publicados em vários jornais do Brasil.



Imagem 10: A União, 27 de junho de 1943

Neste anúncio publicitário é mostrado a preocupação em conservar os aparelhos elétricos produzidos pela General Eletric: *“Todos os recursos disponíveis da General Eletric estão a serviço da Vitória. Vençamos a Guerra o mais rapidamente possível e de forma completa. Quando a Vitória for alcançada, a General Eletric voltará a criar e a fabricar os aparelhos que tanto contribuem para o bem-estar de todos nós”*.

Não eram apenas anúncios que estimulavam o consumo no espaço privado com a aquisição de uma infinidade de aparelhos elétricos para serem usados na moradia, mas também um ganho para o espaço público na eletrificação das ruas, bondes, estabelecimentos comerciais e, certamente, a aquisição de produtos da General Eletric significava status e consumo de qualidade.





Imagem 11: A União, junho de 1940

Os refrigeradores que vislumbramos nos anúncios só começaram a ser produzidos em massa nos Estados Unidos pela General Electric em 1939. A conquista do refrigerador permitiu a solução da conservação dos alimentos. Neste sentido, no caso brasileiro a situação era precária, tendo em vista as altas temperaturas climáticas aqui verificadas e que dificultavam a aquisição, fabricação e conservação do gelo, importado, em muitas vezes, dos Estados Unidos e da Argentina.

A eletrificação das casas provocou grandes mudanças na privacidade e na ampliação do conforto doméstico, promovendo a criação de novos hábitos e comportamentos sociais. A todos os benefícios proporcionados pela instalação da energia elétrica que incluíam as possibilidades de ampliação do lazer e instrução noturnos; novos hábitos de higiene e limpeza e novas práticas de sociabilidade vinham ainda se associar as possibilidades casa vez mais reais de mecanização das residências. (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2001, p. 240)

A presença dos anúncios jornalísticos publicados na imprensa em Campina Grande atendem a dinâmica dos projetos empreendidos por Nelson Rockefeller, auxiliar do Presidente Roosevelt nos assuntos referentes as relações internacionais, que visavam por meio dos anúncios propagandísticos

estimular o consumo dos produtos de grandes empresas, assim como colocar em relevo o progresso e desenvolvimento atribuído aos Estados Unidos.

O *Frigidaire* possuía todos os elementos modernos e eficientes que outros refrigeradores não possuíam: beleza, espaço amplo e economia. A Imagem feminina recorrente nos anúncios se tornava emblema de justificativa da aquisição de um satisfatório produto; as qualidades se uniam as exigências que eram a ordem do dia no que diz respeito ao conforto e salubridade da casa. O anúncio é atraente: *“Qualquer que seja a sua conveniência, não deixe de examinar esta serie completa, do novo Frigidaire para 1940. Seu estylo é ainda mais bello. Sua operação, é ainda mais econômica. Seu funcionamento é 100% silencioso. Faça uma demonstração hoje mesmo. Não perca a oportunidade de possuir o mais moderno e completo dos refrigeradores Frigidaire”*<sup>51</sup>

Afinal, as opções eram variadas e os argumentos convincentes, o impacto social promovido pelo estímulo ao consumo de equipamentos elétricos se torna contemporâneo da própria eletricidade que, aos poucos, se instaurava nas cidades e nas casas de famílias mais abastadas da sociedade.

Desta forma, os equipamentos confortáveis traziam um novo estilo de morar e viver, redesenhando as configurações da “cozinha moderna” com a praticidade que proporcionava ao lar. Neste contexto, não podemos falar de conforto sem associá-lo ao consumo de produtos que constroem as novas formas de viver bem. As noções de conforto estiveram relacionadas, em grande medida, com o cenário de transformações urbanas que ocorreram nas cidades, contribuindo para as modificações em relação a adoção de objetos que pudessem favorecer melhorias na dinâmica do espaço privado.

Essa situação não era característica apenas do século XIX e do começo do século XX. Em certas revistas da década de 1950, por exemplo, muito do que era considerado pela publicidade um conforto relacionado à funcionalidade e à praticidade estava, ao mesmo tempo, inserido no universo do luxo e da riqueza. Em plena era de massificação dos aparelhos eletrodomésticos, logo após a segunda grande guerra, algumas dessas revistas foram insistentes em convidar qualquer mulher a aderir à voga das cozinhas equipadas com novas máquinas “fáceis e confortáveis de usar. (SANT’ANNA, 2000, p, 54)

Como outras regiões do Brasil, Campina Grande guardadas as devidas proporções, passa a aderir às práticas do conforto mediante o desenvolvimento econômico vivido na cidade. Para tanto, os jornais da cidade passam a trazer anúncios publicitários que sublinhavam a necessidade de “comodidade”, “praticidade”, “luxo” e “conforto” que alguns equipamentos domésticos proporcionavam ao lar, como por exemplo, os aparelhos elétricos.

---

<sup>51</sup> A União, julho de 1940.



Imagem 12: A União, novembro de 1940

A conservação dos alimentos era garantido como atesta o anúncio acima. Homens e mulheres desejariam ter um refrigerador em seu lar: “*Variaram nos motivos da escolha*” mas, por outro lado, concordavam na escolha: um *Frigidaire*. Desse modo, era enfatizado constantemente a redução do consumo ao adquirir o aparelho, somando-se a isto se tornava no mercado de eletrodomésticos o único dotado de paredes refrigeradas, evitando a possível contaminação de odores dos alimentos ao se misturarem no refrigerador, não perdendo de modo algum seus valores nutritivos. E mais ainda contundente posicionar a General Motors como: “*líder universal das indústrias de automóvel e refrigeração. Examine um Frigidaire*”.

A publicidade anuncia liderança dos refrigeradores *Frigidaire* que traziam o moderno, sofisticação e sobretudo, as novidades da eletricidade. A General Motors obteve grande destaque no Brasil graças aos apelos publicitários que despertavam o desejo do consumo no público leitor. A liderança da General Motors fez parte da empreitada, em 1926, da instalação no Brasil do Departamento de Propaganda da GM, objetivando a produção publicitária que pudesse atingir o consumo por parte dos brasileiros com traços e similitudes da experiência e competitividade do mercado americano. Grande parte das agências de propaganda estavam a serviço das Companhias de Eletricidade: General Motors, General Electric, Mc Cann-Erickson. Lideravam o mercado

propagandístico com uma série de anúncios para a venda de refrigeradores entre outros equipamentos elétricos. Também nos assuntos propagandísticos é perceptível a influência norte-americana, com o crescente destaque dos Estados Unidos que ao entrar na Segunda Guerra apostavam na forma atraente, requintada e de bom gosto na apresentação de produtos para serem veiculados na mídia impressa.

Temos, no período em estudo, anúncios com técnicas que eram possíveis a época: desenhos tipográficos que marcavam as imagens através de traços rabiscados que davam o tom à propaganda; não deixavam de ser atraentes trazendo de forma latente a ideia de consumo.

Para além das mais diversas e recorrentes propagandas que apelavam para a visualidade nas vantagens e possibilidades de consumo, as donas de casa se sentiam atraídas pelo conforto e praticidade proporcionando a redução das tarefas domésticas.



Imagem 13: A União, 1940

A imagem publicitária afirma a positividade dos equipamentos elétricos, enfatizando seus benefícios, eficiência e qualidade, projetados cotidianamente no inconsciente coletivo dos potenciais consumidores.

Espaço amplo, coloca em relevo as utilidades do refrigerador que a cada anúncio se moderniza e amplia as possibilidades de uso: “*Melhor em tudo interna e externamente*”. Mais uma vez a Imagem feminina é representada como símbolo de beleza o que nos faz lembrar as representações sobre a *fada elétrica*, agora resignificada através de seus equipamentos elétricos. O toque mágico se associava ao “progresso” e à “civilidade” de uma sociedade que fazia usos da eletricidade.

É fundamental percebemos nesta imagem uma particularidade: a sensualidade da rainha coroada do lar que é também representada como uma fada, com sua vara de condão. Um misto de tradição e modernidade: a rainha, a fada é ao mesmo tempo uma mulher que adere à moda das pernas de fora, roupa justa e salto alto. Uma nova mulher que pratica um novo consumo.

A geladeira nos anúncios dos jornais das cidades sempre foi a “menina dos olhos” no desejo de aquisição de um equipamento elétrico. A partir dos anos de 1950 aumentam o número de lojas em Campina Grande que tinham como principal atrativo as geladeiras. Embora fosse de custo elevado, as facilidades na forma de pagamento progressivamente permitiriam a sua aquisição. A ampliação do consumo de aparelhos elétricos se deu basicamente pelo seu crescente barateamento possibilitado pela produção no país, não havendo a necessidade de importação; somando-se ainda as vantagens em expansão dos créditos para a aquisição de bens duráveis, perceptíveis nos finais da década de 1950.

Assim, neste período, encontramos em Campina Grande lojas como a *Costa Santos e Cia*, *Ottoni S.A*, *Raimundo Luz e CIA*, *Eletrolar* e *Eletrocasa* que, nos anúncios publicitários do *Diário da Borborema*, traziam a variedade de marcas de refrigeradores desde GE até outras marcas que despontavam no cenário do mercado de eletrodomésticos.



Imagem 14: Diário da Borborema, Outubro de 1958.

Bastante sofisticado os refrigeradores da GE eram recorrentemente estampados nas páginas do Diário da Borborema. A GE continua a liderar as vendas, e agora é acrescentado um novo atrativo: a possibilidade de compra em prestações sem o pagamento de entrada. Somando-se a isto, poderia se encontrar variedade de modelos, bem como contava com um dispositivo adaptado na base do aparelho, capaz de deslizar em qualquer piso, facilitando assim a limpeza e mudança de local.

O refrigerador veio revolucionar a gastronomia no que diz respeito a conservação, condicionamento dos alimentos, novas sobremesas geladas, a feitura de sucos, as práticas alimentares foram resignificadas. Hoje, nos parece banal congelar alimentos, fazer sobremesas geladas e rápidas, ter um refrigerador sofisticado, mas, ao nos reportamos ao passado através destes indícios, percebemos o status e emblema de poder que significaria ter uma Frigidaire, ou qualquer outro equipamento elétrico.

A rua Venâncio Neiva e João Pessoa, localizadas no centro da cidade, promovia verdadeira apoteose dos refrigeradores nos mais variados modelos e marcas. O impacto, deslumbramento e desejo de consumo não fugiram do imaginário campinense, os jornais nos indicam a variedade de lugares que contavam com estabelecimentos comerciais que vendiam equipamentos domésticos movidos a eletricidade. Assim, ao caminhar nas principais ruas do centro de Campina Grande era

inevitável não cruzar com vitrines convidativas com inúmeras possibilidades de compra de refrigeradores.



Imagem 15: Jornal de Campina, 1952

Imagem 16: Diário da Borborema, julho de 1958.

Mais uma marca compõe as opções de compra: *Gelomatic*. A mesma trazia novidades tecnológicas na indústria de geladeiras: *colorido internamente, sete pés cúbicos, congelador horizontal, unidade selada, luz embutida*, e sobretudo, a facilidade na forma de pagamento. Como forma de atrair consumidores, as vantagens eram valiosas: um produto que valia menos do que a sua qualidade, mostrando que o preço poderia ser bem mais em conta do que outras marcas, se tornando favorável a compra do mesmo.

Sendo assim, a compra desse equipamento era possível por meio da ampla comercialização na cidade, traço que é atestado na propaganda que trazia preços e formas de pagamento acessíveis ao bolso e despesas familiares dos consumidores. As lojas citadas nos anúncios propagandísticos ganham destaque nesse cenário quando proporcionam condições de crédito que favoreciam em grande medida a aquisição dos produtos elétricos, ampliando assim a rede de consumidores.

Segundo Silva Filho (2010, p. 295), o sistema de crédito se tornou um forte aliado no processo de difusão das inovações tecnológicas do espaço privado, haja vista que permitia a compra de produtos de maneira imediata com parcelamento, sem a necessidade de pagar uma entrada para poder adquiri-lo, ou seja, em curto período de tempo com condições e prazos, sem poupar dinheiro era possível se ter determinados equipamentos elétricos. Para tanto, o crédito como legítimo meio de adquirir bens materiais se constituía como uma estratégia comercial voltada para a disseminação de um estilo de vida que se moldava nos parâmetros urbano-industriais, cuja noção de supérfluo, aos poucos era substituída pela necessidade que proporcionava novas demandas impostas pela sociedade modernizada.

O espaço também parece atraente, na medida em que ambas imagens (14, 15 e 16) apresentam a comodidade que permite a parte interna, que se apresenta ampla, onde a porta também passa a ser aproveitável para o condicionamento de produtos.

As geladeiras estavam a serviço de todos os gostos e situações. Até mesmo para as localidades em que o sistema elétrico era precário ou que não contava com energia elétrica, existia a possibilidade de adquirir o equipamento movido a querosene.





Imagem 17: O Rebate, 1952

O anúncio nos ajuda a compreender essa dinâmica paralela que se produz nos jornais. A chamada publicitária anuncia refrigeradores a querosene, “*A grande geladeira das pequenas cidades*”<sup>52</sup> com letras em negrito estampavam o anúncio tentando atrair às compras os habitantes das cidades que não dispunham ainda do serviço de eletricidade ou aqueles que não dispunham de um serviço satisfatório, como era o caso de Campina Grande.

A *Gelomatic* possibilitava a utilização de um equipamento considerado moderno, entretanto para seu perfeito funcionamento utilizava métodos vistos como “atrasado” e “obsoletos”. Tais anúncios propagandísticos atestam ainda uma cidade que não deixou de conviver com outras formas de geração de energia, ainda mais quando a eletricidade não funcionava em perfeito estado.

Acrescidos aos anúncios de geladeiras elétricas, a *Consul*, por exemplo, possuía modelos que também eram acionados a querosene, atendendo as cidades que ainda não possuíam o sistema de eletrificação, como se apresenta o anúncio publicitário abaixo:

<sup>52</sup> O Rebate, Agosto de 1952.



Imagem 18: Diário da Borborema, Agosto de

A Consul movida a querosene, possuía dois modelos de eficiência garantida que permitiam semelhantes características de um modelo elétrico. A imagem feminina não deixa de estampar as diversas personagens publicitárias, pois tanto a mulher mais sofisticada como a mais modesta de acordo com o apelo publicitário, poderia usufruir do conforto moderno em seu lar.

A inauguração da loja *Frigidaire* na cidade no ano de 1958, proporcionou grande euforia ao jornal Diário da Borborema que anunciava a chegada em Campina Grande do conforto e da comodidade de uma série de equipamentos elétricos. Sobre o ato inaugural:

Em modernas instalações de estilo funcional foi inaugurada ontem às 10 horas na Rua Venâncio Neiva, a LOJA FRIGIDAIRE, filial da Sociedade Comercial Araújo LTDA- da praça desta cidade, fato que coincidiu com a abertura da exposição dos novos modelos Frigidaire Futurama de 1958, o que pode haver de mais modernos e perfeitos para refrigeração doméstica.

Artigos vendidos pela Loja Frigidaire:

Como o próprio nome está indicando, a Loja Frigidaire, vende com exclusividade os produtos de refrigeração da Linha Frigidaire, encontrando-se ainda nos seus balcões, enceradeiras, liquidificadores, ferros elétricos, radiolas, rádios, logplayings e muitas outras utilidades para o lar.

A instalação numa das principais artérias de nossa cidade, do modelar estabelecimento da firma Sociedade Comercial Araújo LTDA, é mais uma valiosa contribuição dada por essa conceituada empresa, ao progresso de Campina Grande e ao bom gosto de seus habitantes.

Conta com a loja com expositores magníficos onde são colocados à vista dos fregueses todos os produtos de sua distribuição em nossa praça. Registrando o

acontecimento, o “Diário” sente-se no dever de congratular-se com o sr. Antonio Ismael, chefe da Sociedade Comercial Araújo LTDA em Campina Grande, e que vem realizando no seu ramo na obra de verdadeiro desbravamento entre nós. (Diário da Borborema, 03 de Agosto de 1958, p.5 .Inauguradas ontem as modernas instalações da Loja Frigidaire.)

Funcionalidade e tecnologia se tornam elementos essenciais na qualificação dos requisitos modernos presentes na Loja da Sociedade Comercial Araújo LTDA em Campina Grande. A empresa é representada de maneira positiva, na medida em que estava contribuindo para o progresso da cidade no que diz respeito às possibilidades de aquisição de equipamentos elétricos modernos, podendo estar bem próximo de seus consumidores tendo apenas uma vitrine para separá-los. Campina Grande com uma loja deste porte estaria sintonizada com os parâmetros das grandes cidades brasileiras, não só possuindo uma *Frigidaire* em sua cozinha, mas também uma infinidade de aparelhos elétricos.

Os jornais, em Campina Grande, assim como apresentavam os produtos elétricos e suas possibilidades de utilização, também traziam as frustrações e desapontamentos dos consumidores por possuírem um sistema de eletrificação precário, insuficientes para as demandas dos seus equipamentos. Os anúncios se tornavam concorrentes dos editoriais e artigos que questionavam os Serviços Elétricos da cidade, cujo cenário de projeções de um consumismo decantado nos jornais, aos poucos vai sendo sombreado pelos impedimentos do usufruo de determinados equipamentos elétricos.

Grande parte das reclamações dos jornais da época enfatizam a impossibilidade de usufruir as novas tecnologias produzidas pela indústria de eletrodomésticos. Assim, as frustrações pelo fraco desempenho da energia elétrica na cidade surgem como mais intensidade, a partir do fornecimento da hidroeletricidade por meio da Cachoeira de Paulo Afonso em 1956.

A usina de Paulo Afonso fez desencadear inúmeras representações sobre o quanto ao fornecimento de luz da cidade, foi também objeto de fortes críticas uma vez que estava fornecendo um serviço insuficiente ao bom uso de aparelhos elétricos que tanto anunciavam as lojas por meio dos jornais.<sup>53</sup>

Os habitantes e casas comerciais em geral das ruas Maciel Pinheiro, Floriano Peixoto, Afonso Campos e adjacências estão reclamando da falta de luz naqueles logradouros. Diariamente, entre 6 e 7 horas da noite, é cortada inexplicavelmente a energia durante 30 minutos ou mais, causando sérios prejuízos aos comerciantes e grande mal estar às famílias. Convém que a repartição competente providencie com

---

<sup>53</sup> Alguns dos debates sobre os impasses no fornecimento de energia elétrica em Campina Grande desde a sua implantação em 1920 podem ser vistos em BRANDÃO, C.A. *Entre o sonho e a realidade: implantação e recepção da luz elétrica em Campina Grande nas páginas dos jornais (1920-1940)*. 2011. Monografia. (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

urgência para sanar essas irregularidades, pois nada justifica esse estado de coisas, em caráter permanente (Jornal a Evolução, 15-21 de junho de 1958, p. 3. A cidade e seus problemas.)

Tanto o espaço público como o privado sofriam com as irregularidades do serviço elétrico. As ruas citadas eram endereços dos estabelecimentos comerciais e residências das principais famílias da cidade. Assim, no horário da noite, em que certamente as donas de casa faziam uso da eletricidade para incrementar as suas refeições, tinha seus objetivos frustrados, na medida em que, neste horário segundo a empresa que prestava o serviço de energia elétrica, havia uma sobrecarga no serviço, por conta das inúmeras instalações que acabavam por funcionar simultaneamente, ou seja, o fornecimento de energia da cidade ainda era insuficiente para a utilização de uma série de equipamentos elétricos.

Os prejuízos que são colocados em relevo estavam relacionados à baixa energia associada pela falta de transformadores que concorria para a queima dos equipamentos que não resistiam à tão baixa tensão. Fato que se tornou um verdadeiro caos na cidade, pois os comerciantes viam a perda de seus lucros dos produtos vendidos e os consumidores que adquiriam por um preço elevado os viam se danificarem em pouco tempo de uso.

Diversos comerciantes e moradores dessa cidade, em pontos não muito afastados do centro, tem comparecido à nossa redação solicitando do nosso intermédio providencias aos Serviços Elétricos Municipais, no sentido de regularizar imediatamente o fornecimento de energia elétrica, o qual está bastante deficiente por falta de transformadores de linha.

Essa deficiência tem causando transtornos tanto aos comerciantes como aos particulares, de vez que vem ocasionando a queima constante dos aparelhos elétricos como geladeiras, ferros de engomar, liquidificadores e outros.

A queda da voltagem se constitui um problema tão sério que soubemos que uma firma do Rio de Janeiro oficiou a um seu revendedor nessa praça comunicando que os seus refrigeradores não gozam de garantia alguma nas praças de Campina Grande e Belém do Pará.

Como se vê é uma situação, além de prejudicial, vexatória para nossa cidade e urge, portanto, uma providencia enérgica da Prefeitura no sentido de ser sanado êsse mal. (Diário da Borborema, 20 de abril de 1958, p. 1. Deficientes os serviços elétricos do município *Reclamam comerciantes de diversos pontos da cidade- Urgem providencias da prefeitura.*)

Certamente devido à grande quantidade de produtos que acabavam por se danificar por conta das quedas de voltagem na cidade. Sendo assim, os comerciantes não poderiam mais ser assegurados quando o produto era danificado, pois as empresas fornecedoras dos aparelhos elétricos suprimiam as garantias para regiões que possuíam irregular fornecimento de energia elétrica, tendo em vista que não se tratavam de defeito na fabricação, mas de efetivo mal uso. A cidade era, por extensão, publicamente desqualificada.

Diante de toda efervescência dos anúncios publicitários que estimulavam o consumo, somando-se às facilidades na aquisição de equipamentos que viriam a facilitar a vida moderna. Campina Grande, nas representações jornalísticas, parecia se distanciar cada vez mais dos padrões de consumo tão caros à época.

Em edições anteriores já tivemos oportunidade de registrar o descontentamento de grande parte dos comerciantes como também moradores dessa cidade, em relação ao problema da estabilidade na distribuição de energia elétrica da CHESF, a qual por falta de transformadores de linha, sofre variações desordenadas que prejudicam os proprietários de aparelhos elétricos, desde os mais simples, como ferros de engomar e rádios, até as geladeiras, de custo elevado.

Efetivamente, a duas semanas publicamos em nossas colunas as queixas partidas de comerciantes e moradores de logradouros um tanto afastados do centro da cidade e, que, por falta de transformadores, sofrem as consequências do fornecimento irregular de energia.

Diariamente, verificam-se danos nos aparelhos elétricos, sendo enorme o prejuízo, como também pela situações incômodas que acarretam, quando um ferro de engomar ou uma geladeira se danificam em pleno momento de uso.

É uma situação que não deve permanecer e para a qual chamamos, mais uma vez a atenção da Prefeitura, a fim de que a mesma providencie, por intermédio dos Serviços Elétricos Municipais, a instalação de transformadores nos logradouros afastados do perímetro urbano.

Os prejuízos tem sido grandes, principalmente para o comércio, que necessita de ter sempre em funcionamento suas instalações elétricas e seus aparelhos como geladeiras, liquidificadores e outros.

Cremos que a Prefeitura pode resolver de vez tão angustiante problema, mandando colocar os transformadores necessários a normalização do serviço de distribuição de luz e força a esta cidade. (Diário da Borborema, 7 de maio de 1958, p. 2. Continua deficiente a distribuição de energia *Causando prejuízos aos consumidores – Situação que tem de ser superada-* )

A solução para o caso viria com a instalação de transformadores para que se evitassem ou reduzisse as quedas na voltagem, elemento norteador dos discursos para a execução de melhorias. Fica evidente que não eram apenas os domicílios que faziam uso dos equipamentos elétricos, mas também as casas comerciais que contavam para seu funcionamento instalações e equipamentos elétricos. Grande descontentamento certamente viria com a queima de um produto em seu momento de uso, protelando as atividades que careciam de sua utilização.

Apesar de tôdas as reclamações e dos prejuízos causados ao povo e ao comércio em geral, a direção dos Serviços Elétricos Municipais ainda não resolveu de modo definitivo a situação do fornecimento de energia elétrica a esta cidade.

Efetivamente, não pode permanecer por mais tempo a atual situação, que é de anomalia naqueles serviços, de vez que a rede elétrica que alimenta Campina Grande, não se sabe porque razões, vem sofrendo interrupções contínuas, com evidente prejuízo, não somente a população de modo geral mas, principalmente, para o comércio e a indústria que necessitam de abastecimento contínuo para seus aparelhos que dependem da eletricidade.

Nas casas de família, conforme já noticiamos algumas vezes, quase todos os dias aparecem rádios, liquidificadores e ferros de engomar danificados em virtude da irregularidade- quando não falta- no fornecimento de energia a nossa cidade.

Urgem, pois sérias providências da direção dos Serviços Elétricos Municipais, no sentido de que seja reparada essa situação vexatória para uma cidade que tanto depende da eletricidade, como é Campina Grande. (Diário da Borborema, 4 de julho de 1958. Irregular o fornecimento de energia elétrica à cidade *Vem sendo constantemente interrompido, com prejuízos sensíveis para a população e a indústria –Urgem providências a respeito-*)

Os argumentos para a regularidade no serviço de iluminação são bastante claros, na medida em que não eram apenas quedas de energia e apagões inesperados, mas, sobretudo, toda uma dinâmica citadina que era prejudicada pela baixa qualidade dos serviços de luz e energia prestados pela empresa dos Serviços Elétricos Municipais. A energia era desligada e os motivos para estas medidas repentinas em alguns casos não eram justificadas, em poucas vezes se anunciava nos jornais as interrupções no serviço.

A oscilação proveniente da baixa tensão era posta em relevo a cada editorial publicado nos jornais, pois prejudicava o funcionamento de determinados equipamentos acarretando a queima dos mesmos trazendo prejuízos exorbitantes, haja vista os custos altos dos equipamentos, cujos comerciantes e pequenos industriários ficavam a mercê dos rumos da eletrificação.

Campina Grande era representada como uma cidade que para ser dinamizada nas esferas do trabalho, lazer e sociabilidades, necessitava, sobretudo, da geração satisfatória de energia elétrica, principalmente por se tratar de uma cidade, que na década de 1950, começava a vivenciar uma nova fase de ampliação dos seus aparatos do comércio e da indústria.

Somando-se aos benefícios do rádio e sua crescente difusão na década de 1940 na cidade de Campina Grande, a propaganda anuncia utilidades assim como adereços para a decoração do lar. Nos jornais da cidade, os anúncios trazem rádios com as mais variadas marcas e possibilidades de compra e uso.

As noções de conforto da moradia e as possibilidades de estar a par das novidades que circulavam em outras partes do país e do mundo eram fortes argumentos que incentivavam a aquisição do aparelho, cujo refinamento era uma de suas características mais marcantes: “*cinco válvulas, cinco faixas semi- ampliadas, alto falante*” e mais ainda importado da Inglaterra cuja marca Marconi, a argumentação para a aquisição era incisiva: tinha fama internacional.



Imagem 19: A União, 27 de abril de 1952

Como sugere Souza (2006, p. 19), vários divertimentos públicos já podiam ser encontrados em Campina Grande na metade do século XX, no entanto foi somente com a inauguração das emissoras de rádio na cidade, que os divertimentos se tornaram notícia, obtendo maior visibilidade na mídia. Desta forma, o rádio obteve um papel importante na divulgação de tudo que acontecia no Brasil e no mundo, considerado aparelho de comunicação em massa, esteve a disposição de toda sociedade. Diferente do jornal impresso que exigia o letramento, o rádio com suas ondas sonoras poderia alcançar qualquer lugar, seja no lar de ricos ou de pobres.

Pelas ondas do rádio chegavam as notícias políticas, futebol, as músicas que estavam fazendo sucesso no sul do país e as radionovelas, verdadeira febre que atacou o Brasil nos anos de 40 e 50, e que despertavam a curiosidade, os sonhos e a imaginação dos ouvintes. Tudo podia saber através daquele artefato moderno de comunicação e, uma espécie de retransmissão oral, divulgar entre outras pessoas que não tivessem acesso a ele. (SOUZA, 2006, p, 24-25).

Efetivamente este equipamento eletrônico permitiu acesso às informações, com a divulgação de notícias que estavam à disposição de forma instantânea e de fácil compreensão. Em Campina Grande já se ouvia rádio desde os anos iniciais da década de 1920, com o sinal de transmissão da Rádio Clube de Pernambuco.

Apenas no ano de 1949 a cidade obteve mais qualidade no seu sistema de radiodifusão, quando foram inauguradas duas rádios na cidade. Embora sendo uma chegada tardia no conjunto de equipamentos modernos, não deixou de causar grande deslumbramento, como uma máquina que operava milagres e sonhos.

Assim, a indústria elétrica aliada à indústria fonográfica, proporcionava grande impulso da expansão radiofônica, a ampla utilização se explica em função dos serviços prestados pelo aparelho de rádio, bastante divulgado nos jornais da época.



Imagem 20: Jornal de Campina, 1952

O anúncio parecia garantir a possibilidade de apreciar os programas radiofônicos mais apazíveis por meio dos rádios da G.E, certamente apenas um não seria o bastante para toda uma família. Mas, as críticas ao sistema elétrico da cidade e seus impedimentos no espaço privado são



sensíveis quando revelam o mau funcionamento dos rádios em função da irregularidade da energia elétrica.

As manhãs de domingo são fechadas para nós que preferimos ficar em casa, ouvindo rádio. Falta luz das seis da manhã até as dez, e as vezes, dez e meia horas. É justamente nesse ponto que as emissoras de Pernambuco, Ceará e Sul apresentam os seus melhores programas, porque sabem que estamos em casa á vontade e somos amantes da boa música. E quando acontece um caso extraordinário, embora doloroso, com foi a morte do Professor Agamenon Magalhaes, governador do vizinho estado de Pernambuco, que, se não fora os rádios de automóveis que funcionam com bateria, ninguém teria tomado conhecimento do fato que constrictou o Brasil (Campina Grande Dia e Noite. Jornal de Campina, 1 de janeiro de 1953, p.2).

Diante disso, é justificada a preocupação dos campinenses com relação a ausência de eletricidade o que impedia que os aparelhos elétricos funcionassem: os melhores programas não poderiam ser apreciados, tendo em vista a ausência de luz nas horas ditas como fundamentais para que as pessoas estivessem sintonizadas com o mundo. A falta constante de luz aos domingos é destaque nas páginas de reclamações, no intuito de tornar público tais casos. Campina constantemente era representada como desinformada e atrasada, sendo a última a saber das informações que corriam no mundo.

Os bairros do Monte Castelo e José Pinheiro, considerados bairros periféricos, que mal sabiam o que era a luz de Paulo Afonso, por meio dos jornais reivindicam melhoramentos para usufruir de seus equipamentos:

O bairro do Monte Castelo está sofrendo uma série crise de energia elétrica. Naquele subúrbio, a partir das 17 horas até as 22, não se pode ouvir rádio. Como se sabe os programas radiofônicos são ainda uma atração em nossa terra, pobre de divertimentos baratos para o grande público. Não é possível que os habitantes daquele bairro proletário, continuem impossibilitados de ouvir um “fórrózinho”. (Jornal Evolução, 15 de abril de 1958, p. 3 Energia Fraca).

Os populares campinenses, que desejavam usufruir das novas tecnologias que a eletricidade proporcionava, como os aparelhos de rádio que puderam se tornar mais um elemento de sociabilidades, sem energia elétrica, ficavam impossibilitados de seus divertimentos.

Outro equipamento elétrico anunciado pelos jornais para as donas de casa campinenses para dinamizarem suas cozinhas era o “Exaustor Contact”, que tinha como objetivo manter a cozinha confortável e com higiene, evitando o calor, cheiro de frituras, fumaça, paredes sujas, mantendo a circulação do ar. O anuncio é prático e objetivo na argumentação: “*É fácil de instalar mesmo em*

*construções já concluídas, funcionamento silencioso. Consumo de energia igual ao de uma pequena lâmpada. Preço acessível*”. Trazia assim elementos que favoreciam a economia de energia, bem como ganhava uma atribuição destinada a convencer: preço acessível, com facilidades na aquisição.



Imagem 21: A União, abril de 1950

Podemos perceber na imagem que compõe o anúncio a presença de alguns equipamentos elétricos, a saber, o liquidificador, o fogão elétrico e a própria iluminação do espaço, elementos que mostram a necessária dinamização do espaço da cozinha, projetada e incrementada com a eletricidade, referendando a emergência de uma nova cultura material a ser praticada no espaço privado. Muito embora, as fontes hemerográficas não tragam indícios da utilização dos exaustores em Campina Grande, sabemos por outro lado, que nas lojas José Araújo, situada na Capital da cidade, era possível adquirir dentro das possibilidades econômicas o exaustor.



Imagem 22: Diário da Borborema, Dezembro de 1958

Os fogões elétricos também compõem o plantel de equipamentos movidos a eletricidade que podem ser apreciados nos anúncios dos jornais de Campina Grande. Embora se trate do ano de 1958, onde já era perceptível no cenário nacional certa ampliação da dinamização e tecnologia da imagem, ainda encontramos anúncios em formato preto e branco, sem atrativos para o olhar do consumidor, no entanto as descrições do produto despertam o interesse do público: *“Totalmente blindado e agora... Também em technicolor”*. Duas informações relevantes são apresentadas: um aparelho elétrico protegido contra fenômenos externos e a possível escolha no que diz respeito às cores.

*“De facil manejo e bellissima apresentação, os Fogoes Eletricos Gardini dao um toque de asseio e bom-gosto a sua cosinha. Fabricado com 7 modelos principais, você pode escolher o que melhor se adapta ao espaço e decoração do seu lar”*. Variedades nos modelos, fácil e de prático manuseio, informando o leitor para a nova dinâmica de funcionalidade exigida para sua utilização, características da própria natureza da publicidade.

Mais uma vez, teremos a eficiência do produto e seu poder de embelezar e ornamentar o lar; somando-se a isto, outras características lhe são acrescentadas: *“facil e agradável a preparação de*

*saborosos quitutes adquirindo agora o seu*”. Facilidades na feitura de alimentos apenas um fogão elétrico naquele momento poderia proporcionar- era o que assegurava a chamada publicitária-.

Neste fogão elétrico percebemos as características que reúnem eficiência, adaptabilidade, conforto, economia, beleza. Atributos que acompanham aparelhos elétricos vistos nos jornais anunciando o potencial da eletricidade na casa.

Entre outros produtos elétricos teremos os chuveiros e a enceradeira. Para além das marcas, é fundamental apreender o emblema de modernidade que se faz sentir através do incentivo ao consumo, proporcionando consideráveis mudanças na privacidade e conforto domésticos.



Imagem 23: O Rebate, 1952

A propaganda prometia a dinamização das casas. Neste anúncio, podemos perceber incentivos aos hábitos de higiene e limpeza: *“Prático, eficiente e perfeito fornece um jacto quente a qualquer momento!”*, resumia as vantagens do chuveiro elétrico, colocando em relevo o conforto que o mesmo poderia proporcionar. Embora o chuveiro elétrico fosse considerado um equipamento caro que de certo modo poderia ser destoante da realidade climática da cidade, o que nos chama atenção são suas publicações nos jornais e seus apelos de consumo. A forma como era produzido o efeito de aquecimento partindo da eletricidade, induzia a mudanças na sensibilidade corporal.

A enceradeira *Epel*, *“leve e silenciosa, dotada de inúmeras inovações, é a enceradeira elétrica mais procurada em todo o Brasil”*. As mulheres já poderiam reduzir energia física até então

canalizada para as atividades domésticas, uma vez que agora poderiam recorrer a um equipamento que facilitaria em grande medida seu trabalho, deixando o espaço privado com ares de uma casa moderna.

É desse modo que Campina Grande se apresenta o incentivo ao consumo de determinados bens duráveis adequados à modernidade, e mesmo que se reconheça os efeitos da precariedade em seu serviço de energia elétrica, sentem-se as modificações no seu espaço urbano. O objetivo era introjetar no inconsciente coletivo que a eletricidade, com seus equipamentos modernos e tecnológicos, não deveria ser apenas símbolo de status e riqueza, mas um bem material necessário para a o bem-estar no espaço doméstico.

Os moradores da Rua João da Mata estão reclamando a energia insuficiente fornecida aquela importante artéria. Os utensílios domésticos, movidos a eletricidade como geladeiras, liquidificadores, enceradeiras e etc. não podem ser utilizados, tal a insuficiência de energia.

Apelamos aos Serviços Elétricos Municipais, para que tomem as necessárias providências, sanando a irregularidade. (Jornal Evolução, 09-14 de junho de 1958, p. 3. A cidade e seus problemas.)

O trecho nos mostra a existência de uma dinâmica do espaço privado que efetivamente se fazia com uso de equipamentos elétricos, em especial as enceradeiras. Uma das ruas centrais de Campina Grande, a João da Mata era habitada por famílias abastadas que podiam financeiramente consumir das novidades do mundo moderno, mas por conta da falta de energia elétrica, protelavam seu uso.

O período pós-guerra amplia a produção de equipamentos elétricos que passam a ter seus preços barateados, haja vista a crescente instalação de indústrias de materiais elétricos no Brasil<sup>54</sup>. Novas tecnologias no campo da eletricidade começam a ser difundidas, como é o caso das lâmpadas fluorescentes, duospiral e néon, dinamizando a economia da iluminação pública e privada.

---

<sup>54</sup> LAMARÃO, S. T. N. ; CABRAL, L. M. M. ; CACHAPUZ, P. B. B. . Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

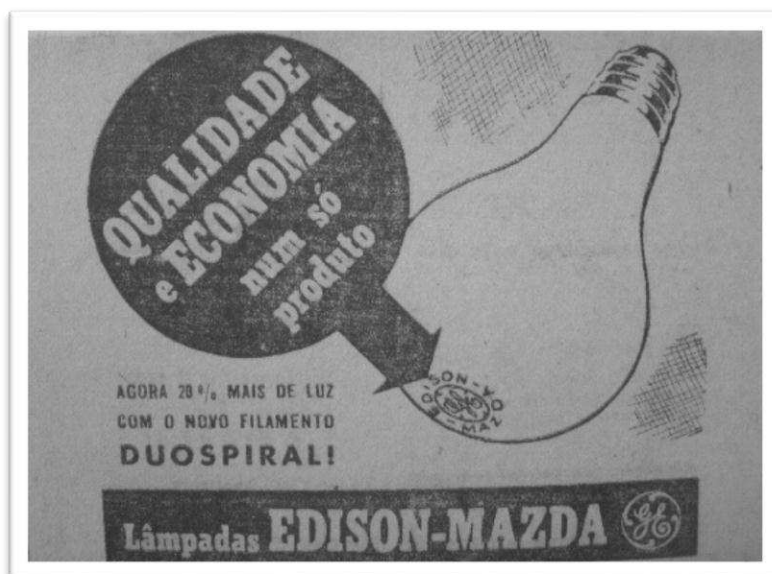


Imagem 24: A União, 1940



Imagens 25 e 26: Anúncios publicitários, O Rebate, 1951

As lâmpadas Edison-Mazda da GE e Osran enfatizavam suas características mais marcantes: “*Qualidade e economia*”, mostrando a nova tecnologia em possuir o filamento em duospiral o que permitia uma maior durabilidade do produto, bem como uma iluminação mais “*suave e difusa*”. Satisfazia ainda a economia, na medida em que favorecia até 20% de mais luz, ampliando assim a possibilidade de instalação em outros cômodos da casa.

E para reforçar a sua utilização nada mais sugestivo que sua aplicação em estabelecimentos públicos e particulares. As imagens 25 e 26 apresentam exemplos de uma cultura de consumo que ditava as regras do que efetivamente deveria ser aplicada à casa. Os personagens orientam o leitor ao consumo de lâmpadas elétricas que “*sempre brilham mais*” ao mesmo tempo em que proporcionavam “*luz mais difusa e suave*”, isto é, a GE como sinônimo de alta tecnologia, sofisticação e qualidade.

Entre as lojas que revendiam o produto, nos jornais de Campina Grande é destacado a variedade do material elétrico assim como a sua manutenção e instalação elétrica por meio da *Eletrocasa*,



Imagem 27: O Rebate, 1953

Um motivo de alegria!  
A SUA CASA FICARÁ COMPLETA, ILUMINADA POR BELÍSSIMOS LUSTRES.

Transformadores:

MATERIAL PARA: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E RESIDENCIAIS

**ELETROCASA**

Permanente estoque de cabos armados, massa de todos os tamanhos Chaves Blindadas e automáticas (trifásicas e monofásicas) — Fios de cobre nu — Fios e cabos vulcan e piratê — Fios Magnéticos, Lâmpadas, interruptores — Medidores elétricos etc.

Preços excepcionais para revendedores

**ELETROCASA — Da firma L. F. Assis & Cia —**  
Rua João Pessoa, 308 — Fone 1168 — Telegrama TÊCO — Campina Grande — Paraíba

Imagem 28: Diário da Borborema, Novembro de 1957

A publicidade campinense também incitava o consumo de equipamentos que poderiam valorizar o uso de lâmpadas. Estamos tratando dos lustres e luminárias que proporcionavam ao espaço privado um aspecto de luxo e riqueza. Para além do valor de uso era fundamental os atributos que dariam um aspecto de requinte para o lar, já que o conforto também funcionava como atestado de riqueza e poder. Cada modelo apresentado tinha a comodidade e satisfatórios efeitos iluminativos: *“Um motivo de alegria! A sua casa ficará completa, iluminada com belíssimos lustres.”* Adquirir um dos três modelos apresentados era garantia de *“beleza”*, *“elegância”* e *“distinção”*.



Outro elemento se torna importante no anúncio: a venda de transformadores para a instalação elétrica em indústrias, comércio e residências, uma boa opção para quem usufruía a eletricidade em indústrias e estabelecimentos comerciais.

A imagem do homem sorrindo atesta a satisfação daqueles adquiriram o produto; como atesta ainda que, no conforto do seu lar, poderia contar com uma boa iluminação. Abaixo das informações centrais do anúncio a empresa completa os produtos elétricos que poderiam ser encontrados na loja: *“Permanente estoque de cabos armados, lâmpadas, interruptores, medidores elétricos, fios para as mais variadas instalações.”*

Enquanto as lojas anunciavam a variedade de equipamentos e lâmpadas, contraditoriamente, os moradores dos bairros sentiam as dificuldades em se deslocar de um lugar para outro no período noturno, justamente pelos postes carecerem de lâmpadas para seu funcionamento, pois só tinham transformadores e postes nos bairros centrais da cidade, os mais afastados sofriam as carências e oscilações da energia elétrica.

Moradores do bairro da Liberdade escreveram para esta coluna, solicitando nossos serviços, no sentido de divulgarmos o seu apelo aos Serviços Elétricos Municipais, reivindicando a colocação de lâmpadas na Rua Almeida Barreto e 13 de Maio. Ambas se bem que localizadas em zonas diferentes dão acesso aquele bairro e, escuras como se encontram constituem um perigo aos que morando na Liberdade tem que se dirigir as suas casas altas horas da noite. Acolhemos o pedido porque a nossa secção foi criada para isto: transmitir aos poderes constituídos as justas reclamações da sociedade campinense. E, como não será a segunda, nem a terceira vez que focalizamos o problema, juntamos ao apelo um S.O.S do tamanho de um bonde. (Diário da Borborema, 30 de dezembro de 1958, p. 4. Queixas e reclamações. Ainda a escuridão.)

A queixa não é nova evidenciando mais uma representação pautada no medo da escuridão que impossibilitava os passeios e as sociabilidades noturnas. O pedido de socorro ainda era construído em letras garrafais mostrando o descaso da empresa de luz em se tratando de efetivar melhoramentos para bairros que começam a surgir.

Há certa variedade nos anúncios que trazem marcas da modernização, mas também fica evidente elementos da tradição. Se por um lado teremos inúmeros anúncios que insistem na adoção do “novo”, “moderno”, “confortável”, equipamentos associados à utilidade e ao embelezamento da casa, por outro lado, nos deparamos com equipamentos que não eram acionados à eletricidade, tendo assim outra via de geração de energia sem ser necessariamente a elétrica, como nos informam os anúncios que seguem. É importante ressaltar que tais anúncios evidenciam bem a experiência da população de Campina Grande com a energia elétrica que, precária, deixava espaços para outras fontes de energia.

O progresso tão almejado se tornava contraditório, na medida em que o mesmo jornal que anunciava as novas tecnologias que estavam a serviço das casas, também enfatizava produtos que, sob a ótica do moderno, já estariam relativamente obsoletos, como é o caso do “Kerosene Sol” que ano após ano, era anunciado nas páginas dos jornais. Entre os elementos que construíam a propaganda estavam os benefícios de se utilizar o querosene enquanto geração de energia: *“mais luz, não possui fumaça, não suja as paredes.”*<sup>55</sup> Com a afirmação incisiva: *“Ilumine melhor sua casa”*.



Imagem 29: O Rebate, 1952

Tais justificativas nos parecem explicar um cenário em que a energia elétrica pouco funcionava, cujas quedas e oscilações se tornaram constantes nos espaços públicos e privados de Campina Grande; certamente a iluminação da casa a querosene não deixaria o morador às escuras, o que naquele momento não poderia ser garantido pelos serviços da companhia de eletricidade de Campina Grande. Poder-se-ia executar atividades noturnas sem nenhuma preocupação, como atesta a imagem da jovem lendo a luz do “Kerosene Sol.”

<sup>55</sup> O Rebate, Agosto de 1952.

Em tom de decepção, são rememorados os bons momentos de uma energia elétrica satisfatoriamente fornecida à cidade nos anos iniciais a chegada da hidroeletricidade por meio de Paulo Afonso.

Todos estão lembrados quando recebemos a luz de Paulo Afonso. A alegria foi geral. Até que enfim poderíamos ouvir rádio o dia todo e ter nossas geladeiras trabalhando e gelando. Mas, é como diz o ditado, “o ovo de pobre é gôro”. Passados os momentos iniciais de boa luz, começamos a ter apenas, quando muito, 120 volts em casa. As geladeiras só “viam” depois das 10 da noite. Rádios em ondas curtas, é luxo para quem possuir transformador. Enceradeiras, só de dia, em certas horas.

A cidade inteira, sem entender o fenômeno, pergunta: o que é que há? Ninguém responde. O sr. Prefeito, preocupado em eleger seu filho deputado (aliás, coisa muito humana e justa) não se importa com o caso. Redes velhas e deficientes? Falta de transformadores? Quem sabe ou que entende disso na Prefeitura? O fato é que luz não tem.

Entretanto, o pior é que não é a falta de luz no centro da cidade, mas, nos locais onde ela não podia, ou não devia faltar. Assim não existe energia elétrica no aeroporto. Quem chega a Campina Grande (se chegar) fica logo pessimamente impressionado com um campo sem luz, um pátio sem luz e uma estação de passageiros ainda mais escura. E todos os dias pousam aviões à noite... Quem vai ao cemitério se surpreende com a escuridão, como se quisessem transformar o campo santo nas trevas de que nos falam os Evangelhos.

E’ necessário uma providência urgente, sr. Prefeito. Campina Grande não pode continuar às escuras. A energia de Paulo Afonso, que seria a Redenção do Nordeste, muito pouco está servindo ao povo de nossa cidade. E cada lâmpada que nos dá apenas o rendimento da metade do que deveria dar, cada geladeira que não trabalha, cada rádio que não se ouve, cada rua escura, é, digamos, para utilizar a linguagem popular, uma praga contra a administração de V. S.<sup>a</sup> E’ necessário reagir, urgentemente, sr. Prefeito. (Jornal Evolução, 14-20 de setembro, 1958. p. 3. Campina, Cidade Sem Luz.)

O editorial nos permite inferir como os equipamentos passaram a funcionar depois da implantação da hidroeletricidade por meio de Paulo Afonso. De nada adiantava ter um equipamento moderno e sofisticado, se não poderiam utilizá-los e usufruir de suas atribuições, já que a quantidade de voltagem não permitia qualidade no fornecimento, de fato 120 volts já não mais supria das necessidades de uma residência em Campina Grande nos finais de 1950.

Se Paulo Afonso trouxe expectativas de uma energia de qualidade, uma demanda maior que a sua oferta começa a também indicar problemas. As justificativas que antes ludibriavam os campinense passam a ser citadas em tom de engano e leviandade, tudo já havia sido dito ao povo: falta de transformadores, redes velhas ou aumento da demanda, o que iria ser dito para justificar a irregularidade agora? Mais uma vez, nos deparamos com o adiar constante para se utilizar os equipamentos elétricos, pois fazia-se necessário se submeter aos horários que tinha energia disponível, caso contrário, poderiam perder o aparelho por conta de baixa tensão, e quanto a isso os Serviços Elétricos não se responsabilizavam.

A noite escura caracterizava uma profusão de significados. A falta de segurança noturna que certamente sem energia elétrica provocava a desordem favorecendo as ações de delinquência no espaço público; a escuridão relacionada ao atraso daqueles que ao visitarem o aeroporto, emblema de modernidade, ficariam abismados com o descaso em se tratando de um benefício importante e essencial para aquele espaço. As trevas acabam por constituir os malefícios presentes em Campina Grande, cujo triunfo da luz só seria possível quando os espaços “sem luz” acima descritos fosse agraciados com uma energia elétrica de qualidade. O campo santo, sem luz, fora metaforicamente associado ao Inferno.

Somando-se a isto, podemos perceber que a luz é associada ao cristianismo com suas manifestações e cerimônias religiosas que trazem considerável simbolismo à iluminação. A luz é tomada como um elemento divino que estabeleceria relação entre Deus e os homens. Desta forma, a ideia de claridade constantemente remete ao combate metafórico contra as trevas. “Antiquíssimos estereótipos, ancestrais pontos de vista estavam ali agindo e classificavam do lado da sombra a desordem dos costumes, a insegurança, a ameaça social” (ROCHE, 2000, p.162)<sup>56</sup>

Embora fossem elaborados inúmeros debates técnicos acerca da produção de energia mais viável para a cidade o que se percebe é que independente da força motriz que iria gerar a eletricidade, sendo ela térmica ou hidráulica, interessava para os cidadãos usufruir do conforto que esta poderia proporcionar, era ter uma lâmpada que funcionasse com qualidade, um liquidificador ou geladeira sem danos com a baixa tensão. O importante era ter energia elétrica. Desejos de conforto e modernidade.

---

<sup>56</sup> ROCHE, Daniel. História das coisas banais Nascimento do consumo nos séculos XVIII - XIX. Rocco: Rio de Janeiro, 2000.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolhemos os jornais. Por meio deles foi possível construir uma teia de relações pautadas em tensões, tramas e conflitos do que a inovação técnica da eletricidade proporcionou no espaço urbano.

Diante da temática abordada neste estudo consideramos que os projetos de melhorias da eletricidade em Campina Grande se prolongaram durante as décadas de 1940 a 1960. Assim, dentre os projetos de melhoramentos no espaço urbano, a energia elétrica se tornou “ordem do dia” nos empreendimentos de gestores municipais e tema recorrente entre cronistas e intelectuais da cidade, cujos jornais se tornaram peças fundamentais na divulgação e desdobramentos desse aprimoramento para a vida cotidiana.

A partir de uma análise das fontes hemerográficas foi possível perceber os limites impostos pela utilização desse equipamento. Várias foram as vezes em que cronistas, jornalistas e políticos trataram a precariedade da energia elétrica como um símbolo de atraso no que diz respeito à trajetória da cidade nos padrões do desenvolvimento econômico.

Nas décadas de 1940 a 1960, novas representações são construídas em torno da energia elétrica da cidade. São novos bairros que surgem, teremos a efetivação de planos de políticas que viabilizassem a eletrificação não apenas do perímetro central, mais também das regiões mais afastadas e, fundamentalmente da zona rural.

Por meio das matérias jornalísticas buscou-se construir as vivências e expectativas da implantação do fornecimento de energia por meio da cachoeira de Paulo Afonso, que vinha como redenção e libertação da cidade no que diz respeito aos problemas vivenciados em torno do sistema elétrico da cidade, uma vez que a falta de luz deixava as ruas da cidade e seus domicílios em plena escuridão, provocando reações e justificativas das mais diversas para as melhorias no sistema. Os jornais procuraram convencer os seus leitores que, com a ausência de luz, a sociedade ficava vulnerável à ação de criminosos; impossibilitada em grande medida de aproveitar a noite, como, por exemplo, ir ao cinema, às praças e aos lazeres que as noites campinenses ofereciam. Neste contexto, não podemos nos esquecer do conforto nos domicílios que também eram prejudicados com o oscilar quase que constante de luz.

No contexto nacional, teremos a ampliação dos projetos de desenvolvimento do país no âmbito das melhorias do setor energético o que contribuiu em grande medida para este debate também

ser processado em Campina Grande. Neste sentido, o momento se torna propício para os debates efetivados por parte dos engenheiros eletricitas no intuito de aumentar as soluções do setor elétrico na cidade.

Somando-se a isto, ficou perceptível que grande parte das representações acerca da iluminação da cidade foram associadas às barganhas políticas. Assim, a eletrificação de Campina Grande se configurou numa forma dos gestores municipais ascenderem no campo da política local por meio das melhorias efetuadas nos Serviços Elétricos Municipais.

Críticas foram feitas à empresa de luz da cidade. O discurso progressista continuou pautado nas limitações no que se refere à implantação, fornecimento e manutenção deste equipamento moderno na cidade. Na ótica dos letrados, os Serviço Elétricos Municipais se tornavam a extensão da ineficiente e problemática Empresa de Luz e Força S.A de Campina Grande. Segundo os jornais, a indiferença da empresa fornecedora de energia elétrica crescia, na medida em que os anos se passavam, e nada de substancial era feito para um satisfatório fornecimento de luz.

Por meio deste trabalho, buscamos traçar os percursos enfrentados pela intitulada Rainha da Borborema, que pela carência e ineficiência do serviço de iluminação justificava as razões do empecilho do desenvolvimento da cidade, a à falta de lazeres noturnos, o uso de equipamentos movidos a eletricidade.

É justamente perceber que os projetos que conceberam a urbanização da cidade Campina Grande com seus melhoramentos técnicos considerados modernos, também foram marcados por desejos, expectativas, mas também desapontamentos, e o que hoje já nos parece banalizado, um dia significou para os campinenses uma novidade, cujos ecos vigorosos podemos ouvir contemporaneamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

A União (1930-1955)

Jornal de Campina (segunda fase- 1952-1953)

Evolução (1958)

Diário da Borborema (1957-1958)

Rebate (Jornais avulsos)

### Artigos e livros:

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. A eletricidade chega a cidade: inovação técnica e via urbana em Natal (1911-1940). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História. UFRN. Natal, 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003.

BAHIA, Juarez. Jornais: odisséia e epopéia. Três fases do jornalismo brasileiro. In: CASTELO BRANCO, Renato; MARTENSEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando (orgs.). *História da propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARTHES, R. “A retórica da imagem”, In: O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. 2ªed. Petrópolis: Vozes 2012.

BRANDÃO, C.A. Entre o sonho e a realidade: implantação e recepção da luz elétrica em Campina Grande nas páginas dos jornais (1920-1940). 2011. Monografia. (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Volume I: As Estruturas do Cotidiano. Tradução: Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: Historiografia Brasileira em perspectiva. Marcos Cezar de Freitas (org.) Editora Contexto: São Paulo, 1997.

CABRAL FILHO, Severino. A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007.

\_\_\_\_\_. A cidade desejada: Campina Grande, imagens e história. In: Antonio Clarindo B. Souza; Eugênis M. Dantas; Iranilson B. de Oliveira; Joel C. S. Andrade. (Org.). Cultura e Cidades. 1ª ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2009, v, p. 40-54.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de (org.) Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v.II.

CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. 2ªed. Campina Grande: Caravelas, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Ronaldo. História e conhecimento: Uma abordagem epistemológica. In: Novos Domínios da História. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CENTRO de Memória da Eletricidade no Brasil. A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ; PEIXOTO, Maria Do Rosário da C. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História (PUCSP), v. 1, p. 22-38, 2008.



CRUZ. A Cidade do Reclame: Propaganda e Periodismo Em São Paulo - 1890/1915. Projeto História (PUCSP), SÃO PAULO, v. 13, n.1, p. 81-92, 1996.

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

HELOISA DE FARIA (Org.) ; RAGO FILHO, Antonio (Org.) ; VIEIRA, Vera Lúcia (Org.) . História e Imprensa - Projeto História 35. São Paulo: EDUC, 2007. v. 1. 410p.

LAMARÃO, S. T. N. ; CABRAL, L. M. M. ; CACHAPUZ, P. B. B. . Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

LORENZO, H. C. ; COSTA, Vilma Peres . A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno. 1. ed. São Paulo - SP: Editora da UNESP, 1997.

LUCA, Regina Tânia. *Fontes Impressas* História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

MAIA, Doralice Sátyro ; Gutierrez, Henrique ; SOARES, M. S. M. . A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. Fênix (UFU. Online), v. 6, p. 1-14, 2009.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. Imprensa e cidade. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Paradidáticos. Cultura).

\_\_\_\_\_. A História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniram Barbosa. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

MENDES, Manuel Pessoa. O menino do Tracunhanhém. Brasília: Thesaurus, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: Iconografia e iconologia e além. In: Novos domínios da história. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

\_\_\_\_\_. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n.45, p. 11-36, 2003.

\_\_\_\_\_. O fogão da 'Société Anonyme du Gaz'. Sugestões para uma leitura histórica de imagem publicitária. *Projeto História* (PUCSP), São Paulo, n.21, p. 105-119, 2000.

PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. *Do Azeite de Mamona à Eletricidade Anotações para uma História da Energia Elétrica na Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Editora Rivaissa, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Rev. Bras. Hist.* vol.27 n°.53 São Paulo Jan./June 2007.

\_\_\_\_\_. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. *Narrativas, imagens de práticas sociais Percursos em História Cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

RAMINELLI, Ronaldo. *História Urbana*. In: *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

REDE, Marcelo. *História e Cultura Material*. IN: *Novos Domínios da História*.Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

ROCHA, Amaral Silva de Sousa. “A Sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque” (pp.51-80). In: *Revista de História Regional*, nº 2. Ponta Grossa: Imprensa Universitária da UEPG, 1997.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais Nascimento do consumo nos séculos XVIII - XIX*. Rocco: Rio de Janeiro, 2000.

RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: O império das luzes artificiais” (pp.97-101). Tradução de Eveline Bouteiller Kavakama. In *Projeto História*. 1999.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Propaganda e História: antigos problemas, novas questões*. *Projeto História*, São Paulo: n. 14, p. 89-112, 1997.

\_\_\_\_\_. História do conforto na cidade de São Paulo. Anos 90, Porto Alegre, nº14, dezembro de 2000.

SANTOS FILHO, G. M. Força e Luz: eletricidade e modernização no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. 124 p.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988 (pp. 513-619).

SILVA FILHO, A. L. M. Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano em Fortaleza(1945-1965). Programa de Estudos de Pós-Graduandos em História da PUC-SP. Tese de Doutorado. Dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Técnica e cultura material na cidade de Fortaleza (1945-1965). Projeto História (PUCSP), v. 40, p. 293-317, 2010;

\_\_\_\_\_. Fachos de luz, fios de progresso: Usos de objetos elétricos em Fortaleza(1945-1965). Texto integrante dos *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 2004.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. “Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas.” In: A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003.

\_\_\_\_\_. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)” (pp. 61-92). In: Revista Brasileira de História, vol.23, nº 46. São Paulo: ANPUH, 2003.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. História da mídia regional: o rádio em Campina Grande. EDUFCEG e EDUEPB. Campina Grande, 2006.

\_\_\_\_\_. Campina Grande nos anos 50: entre o sonho e a fantasia. ANPUH- XXII Simpósio Nacional de História, 2003. João Pessoa.

SOUZA, Fabiano Badú de. Modernidade à conta gotas: Por uma história do abastecimento de água de Campina Grande-PB. (1950-1958). Programa da Pós-Graduação em História/UFCEG, 2013.

SOUZA, Sandra ; SANTARELLI, Cristiane P. G. . Contribuições para uma história da análise da imagem no anúncio publicitário. Intercom (São Paulo. Impresso), v. 31, p. 133-156, 2008.

TOTA, Antonio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural In: Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.